

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIAS  
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**LUCAS ROCHA BARBUDA DE MATOS**

**O DRAGÃO E O URSO: A CONVERGÊNCIA ESTRATÉGICA SINO-RUSSA (2013-  
2021)**

**GOIÂNIA  
2023**

LUCAS ROCHA BARBUDA DE MATOS

**O DRAGÃO E O URSO: A CONVERGÊNCIA ESTRATÉGICA SINO-RUSSA (2013-  
2021)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

GOIÂNIA

2023

Matos, Lucas Rocha Barbuda de. 2023.

O dragão e o urso: a convergência estratégica sino-russa (2013-2021) /  
Lucas Rocha Barbuda de Matos. – Goiânia, 2023.

Total de folhas: 79 f. il.

Orientador: Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) -  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e  
Comunicação, Goiânia, 2023.

1. China 2. Rússia 3. Convergência Estratégica 4. Securitização 5.  
Ocidente. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito,  
Negócios e Comunicação. II. O dragão e o urso: a convergência estratégica  
sino-russa (2013-2021)

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

LUCAS ROCHA BARBUDA DE MATOS

### **O DRAGÃO E O URSO: A CONVERGÊNCIA ESTRATÉGICA SINO-RUSSA (2013-2021)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

Aprovada em 15 de junho de 2023.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado (Orientador – PUC Goiás)

---

Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa (PUC Goiás)

---

Me. Pedro Henrique Vigné Alvarez de Steenhagen (Universidade de Fudan)

*Who cares if one more light goes out, in the sky of a million stars?  
It flickers, flickers  
Who cares when someone's time runs out, if a moment is all we are? Or quicker, quicker?  
Who cares if one more light goes out?  
Well, i do.  
(Linkin Park)*

## AGRADECIMENTOS

De maneira breve, quero fazer meus agradecimentos. Primeiramente, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que me possibilitou ser pesquisador bolsista de iniciação científica por dois anos. Dando continuidade, agradeço aos diversos professores que foram verdadeiros guias nessa jornada de quatro anos, especialmente o prof. Giovanni Okado, orientador de monografia, e o prof. Pedro Pietrafesa, que me orientou durante os dois anos de pesquisa de iniciação científica. Faço um agradecimento especial ao Pedro Henrique Vigné Alvarez de Steenhagen, que gentilmente aceitou compor minha banca diretamente da China. Aos queridos professores Aline Borghi, Danillo Alarcon, Guilherme Batista, Leandro Borges e Renzo Nery, obrigado por serem espelhos e inspirações do que há de melhor nas Relações Internacionais.

À minha mãe, Diva Helena Rocha, que sempre permaneceu, minha gratidão eterna. Ao meu pai, obrigado por tanto. À minha irmã, Letícia Rocha de Matos, todo meu amor e agradecimento, foram anos difíceis, de muitas saudades e de irmandade que apenas se solidificaram. Ao meu avô, Tadeu, obrigado pelos anos de paciência, de curiosidade e de expressões infinitas de orgulho pelo meu caminho. Aos que não puderam me ver chegar até aqui, mantenho-os vivos em minha memória. Tia Patrícia e tio Gilmar, em minha memória e imaginação reservei um espaço especial para o abraço que vocês me dariam em comemoração pelo fim dessa etapa.

Quero fazer um agradecimento especial às pessoas que cuidaram da minha saúde mental durante todo esse ciclo. Primeiro, Gabriela Ciriaco, que, apesar de ter me abandonado para construir seus primeiros milhões, é o rosto e o símbolo do bem que a terapia psicológica faz e a necessidade de que pessoas como ela se multipliquem. Camila Vaz, que me acolheu tão bem, faz as perguntas mais difíceis de responder e, acima de tudo, me lembra semanalmente de que ainda há muito para viver. Obrigado pelos sorrisos gentis, pela serenidade, pela empatia, por ser o encontro mais aguardado das minhas semanas. No mar agitado da mente, vocês foram a ilha que me permitiu respirar e continuar nadando em direção à felicidade. Obrigado por tanto.

Foram quatro anos de idas e vindas, mas os amigos permaneceram. Isadora Cristina, João Marcos, Pedro Paulo e Natalia Maria, vocês foram um ponto sólido que preencheram a graduação com afeto, parceria e empatia. Darcília do Prado, você foi de representante de sala para o elemento central dos meus dias, dos meus planos e do meu futuro. Por tudo isso e muito mais, dedico-lhe todo meu amor. Aos demais colegas, a ideia de ter uma rotina se tornou muito mais leve com vocês, obrigado por tanto amor, por todas as risadas, lamentações e sonhos. Sentirei muitas saudades.

## RESUMO

No século XXI, os objetivos de política externa da China e da Rússia se alinharam, constituindo uma convergência estratégica entre os dois países, isto é, seus objetivos no cenário internacional só seriam alcançados por meio da cooperação entre eles. Diante disso, o presente trabalho objetiva responder à seguinte pergunta: quais os efeitos produzidos pela convergência estratégica sino-russa no século XXI? A hipótese investigada é que a convergência estratégica entre os países gerou uma securitização simultânea da ameaça ocidental liderada pelos Estados Unidos da América. Utilizando-se da metodologia qualitativa, baseada no estudo de caso interpretativo com aplicação da teoria da securitização, os documentos mais recentes de política externa e defesa demonstram que a ameaça ocidental liderada pelos Estados Unidos é compartilhada, com ressalvas, por ambos os países. Primeiramente, o objeto referente da segurança para Moscou, ao contrário de Pequim, não se limita ao estado e abrange a nação russa. Em segundo lugar, a Rússia realizou uma securitização completa da ameaça ocidental, ao passo que a China adotou um discurso securitizante, com perspectivas de completar o processo no futuro. Por fim, conclui-se que a convergência estratégica sino-russa fez com que os dois países alinhassem suas políticas externas com propósitos de securitização, embora estejam em estágios diferentes.

**Palavras-chave:** China; Rússia; convergência estratégica; securitização; Ocidente.

## **ABSTRACT**

In the 21st century, the foreign policy objectives of China and Russia aligned, constituting a strategic convergence between the two countries, that is, their objectives in the international scenario would only be achieved through cooperation between them. Given this, the present work aims to answer the following question: what are the effects produced by the Sino-Russian strategic convergence in the 21st century? The investigated hypothesis is that the strategic convergence between the countries generated a simultaneous securitization of the western threat led by the United States of America. Using the qualitative methodology, based on the case study with the application of securitization theory, the most recent foreign policy and defense documents demonstrate that the western threat led by the United States is shared, with reservations, by both countries. First, the referent object of security for Moscow, unlike Beijing, is not limited to the state and encompasses the Russian nation. Second, Russia carried out a complete securitization of the Western threat, while China adopted a securitizing discourse, with prospects of completing the process in the future. Finally, it is concluded that the Sino-Russian strategic convergence made the two countries align their foreign policies with securitization purposes, although they are at different stages.

**Keywords:** China; Russia; strategic convergence; securitization; West.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMT – Anti-Ballistic Missile Treaty  
AIIB – Asian Infrastructure Investment Bank  
BRI – Belt and Road Initiative  
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul  
CFE – Treaty on Conventional Armed Forces in Europe  
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas  
ESI – Estudos de Segurança Internacional  
EUA – Estados Unidos da América  
INF – Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty  
ISIS – Estado Islâmico da Síria e do Iraque  
KLP – Keeping a low profile  
NDB – New Development Bank  
NPR – Nuclear Posture Review  
NSS – National Security Strategy  
OCX – Organização para a Cooperação de Xangai  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
PCCh – Partido Comunista da China  
PCUS – Partido Comunista da União Soviética (PCUS)  
QUAD – Diálogo de Segurança Quadrilateral  
RPC – República Popular da China  
SFA – Striving for Achievement  
START – Strategic Arms Reduction Treaty  
TPP – TransPacific Partnership  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 AS RELAÇÕES SINO-SOVIÉTICAS (1950-1991) .....</b>	<b>14</b>
1.1 STÁLIN, KRUSCHEV, MAO E A ERA DE OURO (1950-1960) .....	14
1.2 DO DISTANCIAMENTO AO CONFLITO (1960-1978) .....	18
1.3 A REAPROXIMAÇÃO SINO-SOVIÉTICA (1978-1991) .....	23
<b>2 AS RELAÇÕES SINO-RUSSAS NO PÓS-GUERRA FRIA: DO ALINHAMENTO DAS POLÍTICAS EXTERNAS À CONVERGÊNCIA ESTRATÉGICA .....</b>	<b>27</b>
2.1 O CENÁRIO INTERNACIONAL NA DÉCADA DE 90 E AS POLÍTICAS EXTERNAS DA RÚSSIA E DA CHINA.....	27
2.2 A CONVERGÊNCIA ESTRATÉGICA SINO-RUSSA NO SÉCULO XXI .....	38
<b>3 ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE XI JINPING E DE VLADIMIR PUTIN.....</b>	<b>45</b>
3.1 DEFESA NACIONAL DA CHINA NA NOVA ERA (2019) .....	45
3.2 CHINA E O MUNDO NA NOVA ERA (2019) .....	49
3.3 A SECURITIZAÇÃO NO CASO CHINÊS .....	54
3.4 ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL DA FEDERAÇÃO RUSSA (2021) .....	55
3.5 CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA DA FEDERAÇÃO RUSSA (2016) .....	59
3.6 A SECURITIZAÇÃO NO CASO RUSSO.....	62
3.7 AS SECURITIZAÇÕES DA CHINA E DA RÚSSIA E A CONVERGÊNCIA ESTRATÉGICA.....	63
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>71</b>

## INTRODUÇÃO

Em 2012, Vladimir Putin retornou à presidência da Rússia. Um ano depois, Xi Jinping tornou-se presidente da China. Em março de 2013, “[o] presidente Xi Jinping descreveu as relações entre China e Rússia como uma das relações bilaterais mais importantes do mundo e a melhor entre grandes países” (GLOBAL TIMES, 2019, online, tradução própria)<sup>1</sup>. Putin, em junho de 2013, disse que “as relações entre China e Rússia alcançaram um patamar sem precedentes em termos de confiança mútua e qualidade de cooperação” (CHINA, 2013, online, tradução própria)<sup>2</sup>. Desde então, as relações entre Moscou e Pequim estão em níveis sem precedentes e demandam o escrutínio na área de Relações Internacionais.

Braekhus e Overland (2007) defendem que a relação entre Rússia e China deve ser definida como convergência estratégica, na qual os objetivos de política externa de ambos os Estados só podem ser concretizados com a cooperação do outro, isto é, há uma interpolação de objetivos que se converte no alinhamento de suas políticas externas. Trata-se de um processo em curso desde meados da década de 1990 e se acentuou no século XXI, no qual os dois países se apresentam ao mundo como opositores à ordem do Ocidente capitaneado pelos Estados Unidos da América (EUA) e defendem a visão de um sistema internacional multipolar (LIU; XU, 2022). Com isso em mente, o recorte temporal estabelecido é de 2013 a 2021, pois se trata do período em que os mandatários da China e da Rússia acentuaram a convergência estratégica sino-russa. Entende-se, sem perder o foco nesse recorte, que a análise histórica do relacionamento entre ambos os países é indispensável à compreensão dessa convergência.

O trabalho visa responder a seguinte pergunta: quais os efeitos da convergência estratégica entre Rússia e China no século XXI? Parte-se da hipótese de que a convergência estratégica entre China e Rússia, entre 2013 e 2021, gerou uma securitização simultânea e coordenada da hegemonia ocidental, expressa nos documentos de defesa e de política externa mais recentes. Em primeiro lugar, é preciso delimitar o que se compreende como Ocidente: um espaço geográfico e político que possui expressão de poder na política internacional, compreendendo os países da Europa e os EUA, o qual possui a liderança reconhecida do Ocidente, dada sua capacidade de regular e expressar sua hegemonia.

É importante explicar a securitização. Trata-se de um conceito criado pela Escola de Copenhague, uma das principais vertentes teóricas dos Estudos de Segurança Internacional

---

<sup>1</sup> No original: “*President Xi described China-Russia relationship as one of the world’s most important bilateral relationships and the best of major-countries relations.*”

<sup>2</sup> No original: “*Putin said that Russia-China relationship has reached an unprecedented high in terms of the level of mutual trust and quality of cooperation.*”

(ESI)<sup>3</sup> no pós-Guerra Fria (BUZAN et al., 1998). A securitização possui premissas congruentes com a teoria construtivista das Relações Internacionais, a qual entende que a construção de significados e identidades no sistema internacional é central, enfatizando a dinâmica intersubjetiva dos atores internacionais (ADLER, 1999; WENDT, 1992).

Buzan e Hansen (2012) definem que há cinco questões orientadoras nos ESI: primeiro, o objeto de referência – o que deve ser protegido; segundo, a natureza das ameaças, isto é, se são externas, internas, ou transacionais; terceiro, os setores da segurança: limitados ao escopo militar ou mais abrangentes; quarto, a concepção no tocante à política de segurança, visando responder se é possível ir além de perspectivas militares ou, por outro lado, pode-se transformá-la; quinto, a epistemologia: como o conhecimento deve ser produzido, sobretudo, em torno do aspecto metodológico. Desse modo, a fim de compreender a Escola de Copenhague e a securitização, é importante enquadrá-la em tais questões orientadoras.

Primeiramente, Buzan et al. (1998), estabelece que o objeto de referência da Escola de Copenhague é bem amplo, sendo resultado de um processo de construção subjetivo. Buzan e Hansen (2012) afirmam que os objetos de referência da corrente são centrados nas coletividades, ressaltando, mais uma vez, noções subjetivas de pertencimento a um grupo, revelando um processo de construção de significados. Quanto à natureza das ameaças, Buzan et al. (1998) apontam que elas podem ser internas, externas ou transnacionais.

No tocante à terceira e à quarta questões orientadoras, elas estão interrelacionadas. Buzan e Hansen (2012) estabelecem que os setores da segurança e a própria política de segurança, na lente da Escola de Copenhague, podem adquirir várias faces. Isso significa que ela pode adquirir contornos altamente variados, sendo definidos pela construção intersubjetiva de significados da realidade, podendo assumir contornos militaristas ou mais amplos, como o societal e de coletividades. Assim, a corrente prega uma visão mais abrangente de como enxergar e lidar com dinâmicas de segurança.

A quinta questão orientadora representa o cerne da Escola de Copenhague: a epistemologia da corrente consiste na análise do ato de fala – *speech act* – (BUZAN et al., 1998). Ressalta-se que este não se expressa apenas em discursos orais, mas, também, podem ser percebidos em documentos (BUZAN et al., 1998). Em termos metodológicos, analisa-se esse ato no sentido de compreender como ele cria significados intersubjetivos em torno do que é segurança – e estar seguro –, gerando efeitos objetivos e subjetivos na realidade social. Assim,

---

<sup>3</sup> A Escola de Copenhague faz parte da corrente abrangente dos ESI, apresentando-se como uma via média entre a vertente crítica e tradicional. Para aprofundamento, ler o artigo de Duque (2009).

a Escola de Copenhague criou um arcabouço teórico de análise de elementos no ato de fala que geram efeitos na dinâmica de segurança nacional e internacional.

A securitização consiste no “estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial com uma capacidade suficiente para ter efeitos políticos substanciais” (BUZAN et al., 1998, p. 35, tradução própria)<sup>4</sup>. Em outras palavras, o discurso denota que a existência do objeto de referência está em risco por conta de uma ameaça – que pode ser interna, externa ou transnacional –, e assim se cria uma demanda pela tomada de ações que levem à quebra de procedimentos normais no que diz respeito ao modo de lidar com problemáticas. Com isso, a securitização costuma ser definida como um processo de quebra das regras do jogo, estabelecendo-se uma situação atípica que demanda ações excepcionais.

Buzan et al. (1998) estruturam três unidades de análise no processo de securitização: o objeto referente, o ator securitizador e os atores funcionais. O primeiro diz respeito ao que está ameaçado e que precisa ser assegurado, geralmente representado pela população do Estado, o Estado em si ou a nação, mas pode incluir valores (por exemplo, democracia ou religião), meio ambiente (desde espécies até a biosfera), entre outros. O segundo consiste em quem profere o discurso securitizador, isto é, o emissor do ato de fala, normalmente é o líder executivo do Estado. Por fim, os atores funcionais são aqueles que influenciam a dinâmica de segurança de um Estado, desde que não sejam “o objeto referente ou o ator que demanda segurança em favor do objeto referente, são atores que influenciam de forma significativa as decisões na área de segurança” (BUZAN et al., 1998, p. 36, tradução própria)<sup>5</sup>.

Os referidos elementos estão presentes na análise do ato de fala, estruturando a securitização. Buzan et al. (1998) descrevem a securitização como um fluxo, a saber: ameaça à existência do objeto de referência → discurso do ator securitizador → uma audiência com poder para legitimar a tomada de ações excepcionais → adoção de ações excepcionais, com o envolvimento de atores funcionais → repercussão nas dinâmicas de cooperação e conflito entre as unidades e Estados por meio da quebra das regras do jogo. (BUZAN et al., 1998). Portanto, reitera-se o processo de construção de significado, fomentado pelo amplo manuseio de medidas intersubjetivas – sobretudo do ato de fala – envolvido na securitização. Portanto, reitera-se o processo de construção de significado, fomentado pelo amplo manuseio de medidas intersubjetivas – sobretudo do ato de fala – envolvido na securitização.

---

<sup>4</sup> No original: “*intersubjective establishment of an existential threat with a saliency sufficient to have substantial political effects.*”

<sup>5</sup> No original: “*the referent object or the actor calling for security on behalf of the referent object, this is an actor who significantly influences decisions in the field of security.*”

O método para a realização do trabalho é qualitativo. A priori, esse método diz respeito a trabalhos que, no geral, utilizam análises holísticas e profundas de um número limitado de casos – ou apenas um caso (KING *et al.*, 1994). Outro ponto relevante é que pesquisas qualitativas, no geral, dispensam o uso de técnicas estatísticas (JOHNSON *et al.*, 2016). O método qualitativo do trabalho se baseia no estudo de caso interpretativo. A escolha pela metodologia do estudo de caso se deu pois ele propõe vias holísticas e profundas para a compreensão de eventos significativos (YIN, 2003). Os estudos de caso possuem ramificações e é importante escolher o que mais se adequa ao objetivo da pesquisa. No presente trabalho, o escolhido foi o estudo de caso interpretativo. Um estudo de caso interpretativo se preocupa mais com o acontecimento em si do que com uma busca pela criação de uma teoria geral (LIJPHART, 1971). Em outras palavras, a escolha do estudo de caso interpretativo implica na simples aplicação da teoria. Levando isso em consideração, a teoria escolhida para analisar o objeto de estudo é a da securitização, proposta pela Escola de Copenhague.

O trabalho pretende investigar quais são os efeitos gerados pela convergência estratégica entre China e Rússia. Para isso, é utilizada a análise de documentos oficiais dos dois países. Pela parte chinesa, são analisados os seguintes: “Defesa Nacional da China na Nova Era” (2019) e “China e o Mundo na Nova Era” (2019). Da Rússia, são analisados os seguintes: “Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa” (2021) e o “Conceito de Política Externa da Federação Russa” (2016). Tais documentos foram escolhidos pois expressam posições oficiais dos respectivos estados e apontam perspectivas mais recentes dentro do recorte temporal analisado. Não foram escolhidos discursos orais dos chefes de Estado por causa da limitação de páginas e de tempo do trabalho. Assim, analisam-se possíveis elementos dos documentos que remetem à securitização e seus efeitos.

O trabalho é estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, é feito um retrospecto das relações entre a China e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) durante a Guerra Fria, de 1950 até 1991, explicitando as dinâmicas de aproximação, afastamento, ceticismo e confiança entre os dois países. No segundo capítulo, examina-se a convergência estratégica sino-russa a partir da década de 1990, destacando o cenário internacional desta década e as mudanças que levaram ao alinhamento de políticas externas dos dois países, especialmente a partir do século XXI. No terceiro capítulo, parte-se para a análise dos documentos oficiais que apresentam a posição da China de Xi Jinping e da Rússia de Putin quanto às questões de política externa e segurança nacional, com o propósito de verificar a ocorrência de uma possível securitização simultânea e coordenada da hegemonia ocidental.

## **1 AS RELAÇÕES SINO-SOVIÉTICAS (1950-1991)**

As relações sino-soviéticas são marcadas por dualidades, contendas e disputa pela supremacia no bloco soviético no pós-guerra. Embora os dois países coadunassem a mesma ideologia política, o que os coloca no mesmo lado na Guerra Fria, havia diferenças basilares sobre diversas questões da forma pela qual o socialismo e o bloco socialista deviam posicionar-se no mundo, principalmente na relação com o Ocidente capitaneado pelos EUA (LUTHI, 2008). Isso levou, em última instância, a um conflito entre as partes, em 1969 (LUTHI, 2008).

Mudanças nas lideranças dos países perpetraram mudanças significativas nas relações bilaterais, a exemplo da chegada de Krushev ao poder, em 1953, o que deu início à chamada “Era de Ouro” das relações sino-soviéticas (GOULART; SILVA, 2018). Do mesmo modo, um líder pode mudar a percepção do parceiro socialista e permitir um novo florescimento das relações interestatais, a exemplo do combo Deng Xiaoping e Gorbachev, os quais foram essenciais no processo de reaproximação entre China e União Soviética (MORI, 1988). Com isso em mente, o capítulo objetiva analisar as relações sino-soviéticas durante a Guerra Fria.

O presente capítulo é dividido em três seções, a saber: a década dourada, que compreende desde a revolução socialista na China, em primeiro de outubro de 1949, até 1960, data do célebre discurso de Krushev no congresso do partido dos trabalhadores da Romênia, criando desavenças entre os países. A segunda seção se estende de 1960 a 1978, ano da chegada de Deng Xiaoping ao cargo de presidente da China, representando o início da melhora das relações sino-soviéticas. A terceira seção abrange o período de 1978 até 1991, quando ocorreu a dissolução da URSS e início da reaproximação entre Pequim e Moscou.

### **1.1 STÁLIN, KRUSCHEV, MAO E A ERA DE OURO (1950-1960)**

Diante da política de contenção dos EUA, o mais novo membro do bloco socialista mundial, a República Popular da China (RPC), não tinha outra opção a não ser se alinhar com a URSS (KISSINGER, 2011; MUNHOZ, 2020). Com isso em mente, em fevereiro de 1950, Stálin e Mao Tsé-Tung assinaram o Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviética, o qual permaneceria em vigor por 30 anos (KISSINGER, 2011). O tratado estabeleceu cooperação política, econômica e militar, a exemplo da obrigatoriedade de ação da outra parte caso fossem atacadas pelo Japão ou um de seus aliados (LUTHI, 2008).

Uma das principais consequências do tratado de 1950 foi a criação do Conselho Soviético, o qual consistia em um grupo de técnicos soviéticos das mais diversas áreas que foi enviado para a China a fim de propor ações para o desenvolvimento chinês (LUTHI, 2008). O primeiro plano quinquenal chinês, foi resultado direto das proposições do Conselho Soviético,

de modo que Mikhailova (2013) argumenta que o desenvolvimento chinês só foi possível pelo apoio direto e indireto da URSS. Não obstante, o tratado também estabelecia alguns elementos limitantes para China, a exemplo de renunciar à Mongólia e de dar concessões especiais para a URSS na Manchúria e em Xinjiang (GOULART; SILVA, 2018).

Entre junho de 1950 e julho de 1953, ocorreu a Guerra da Coreia (MUNHOZ, 2020). Até outubro de 1950, os coreanos do norte estavam em ampla desvantagem, até o ponto em que as forças sul-coreanas se aproximaram da fronteira com a China, marcando a entrada do país no conflito (HOBSBAWM, 2015; MUNHOZ, 2020). Desse modo, os chineses conseguiram expulsar as forças sul-coreanas da porção setentrional da Coreia, contando com amplo apoio soviético nas mais diversas frentes (HOBSBAWM, 2015; MUNHOZ, 2020). Portanto, a Guerra da Coreia marcou o primeiro movimento coordenado entre os países.

Stálin entendia que a URSS estava em uma posição de liderança do bloco socialista mundial, de modo que quaisquer países que seguissem essa orientação eram tidos como aliados submissos e comprometidos com a agenda e modelo soviético (KISSINGER, 2011; MUNHOZ, 2020). A RPC, por sua vez, propunha um modelo não hierárquico de relacionamento dentro do bloco socialista, isto é, a China e a URSS coexistiriam como potências aliadas dentro do movimento socialista mundial, sem que houvesse a submissão da primeira à segunda (KISSINGER, 2011; MUNHOZ, 2020). Diante disso, Stálin adotou uma postura ambígua, na qual a China era considerada como relevante, porém, deveria ser parte do plano soviético, ao passo que Mao Tsé-Tung reconhecia a vanguarda soviética no movimento socialista mundial, porém, o papel da Pequim jamais seria de alinhamento automático e submissão (ALLISON, 2020; KISSINGER, 2011; MUNHOZ, 2020).

Em março de 1953 – durante a Guerra da Coreia –, Stálin morreu, sendo sucedido por Nikita Krushev (FITZPATRICK, 2023). Após a morte de ex-líder, deu-se início a disputas políticas dentro do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), de modo que Krushev precisava de apoio político para chegar ao poder, e ele conseguiu esse apoio em Mao Tsé-Tung, criando um vínculo que demandava boas relações com o vizinho chinês (SHEN; XIA, 2012). Além disso, Krushev conferiu à China uma importância muito maior se comparado a Stálin. Com isso, teve-se início à Era de Ouro sino-soviética, até 1956 (GOULART; SILVA, 2018).

O vigésimo Congresso do PCUS, ocorrido em fevereiro de 1956, marcou um divisor de águas nas relações sino-soviéticas (GOULART; SILVA, 2018). Isso se deu por duas razões: primeiro, Krushev, visando combater a ala stalinista do país, apresentou um relatório no qual tecia duras críticas ao regime stalinista, especialmente em relação ao culto da personalidade e o uso excessivo de força contra opositores (FITZPATRICK, 2023). Em segundo lugar, a URSS

declarou o desejo de colocar em prática o princípio da coexistência pacífica em suas relações com o bloco capitalista. Mao Tsé-Tung criticou o relatório de Krushev, tanto por sua opinião não ter sido requisitada quanto pelas repercussões internas ao seu regime, haja vista que as declarações do líder soviético também poderiam ser aplicadas à China.

Quanto ao princípio da coexistência pacífica, trata-se de um elemento diametralmente oposto à linha de ação chinesa em relação ao bloco capitalista, denominada guerra revolucionária permanente (MIKHAILOVA, 2013). Em síntese, a China entendia que o combate constante ao mundo capitalista nas mais diversas frentes, inclusive militar, era parte natural e indispensável do movimento socialista mundial. A URSS, por sua vez, defendia que apenas em um mundo pacífico e estável seria possível alcançar o desenvolvimento, opondo-se a qualquer movimento de tensão contra a superpotência ocidental (LUTHI, 2008). Assim, teve-se início à disputa de visões dentro do mundo socialista, gerando, em última instância, uma competição intrabloco entre China e URSS.

É importante ressaltar que o distanciamento entre URSS e China foi gradual e constante, não contando com marcos explícitos. Bekkevold (2022) argumenta que os desacordos entre os dois países se deram em quatro eixos: diferenças ideológicas entre os socialismos, a inserção internacional do bloco socialista, a hierarquia intrabloco socialista e questões de segurança nacional. Quanto ao primeiro eixo, tratou-se de uma disputa entre os dois países para definirem quem, de fato, implementou o modelo socialista verdadeiro, o que implicava que o modelo do outro país era falho no avanço rumo ao comunismo (RADCHENKO, 2010). Os soviéticos, por exemplo, tinham severas críticas ao Grande Salto Adiante de Mao, ao passo que os chineses também apontavam inúmeros elementos incongruentes à ótica socialista no modelo do vizinho do norte.

O segundo eixo diz respeito às disputas sobre qual deve ser o caminho tomado pelo bloco socialista no cenário internacional, isto é, a coexistência pacífica – proposta soviética – ou a guerra revolucionária permanente – proposta chinesa –, como já foi apontado anteriormente. O terceiro eixo diz respeito à disposição hierárquica dentro do bloco socialista, explicitando a percepção chinesa de que o país está em desvantagem e submissos à agenda e modelo soviético, reduzindo sua autonomia e sendo obrigado a fazer concessões à URSS (LUTHI, 2008). Em última instância, esse eixo leva a uma disputa pela liderança do bloco socialista, haja vista que as duas proposições de relações entre os dois países eram, necessariamente, excludentes, produzindo um cenário de disputas de visões.

O quarto eixo é muito significativo porque aglutina elementos dos outros três eixos. Em janeiro 1955, por exemplo, ocorreu a primeira crise do Estreito de Taiwan, na qual os chineses

invadiram algumas ilhas, como a Yangshan, do arquipélago, gerando altíssima tensão entre a China e os EUA, a ponto do secretário de Estado do país, Robert Dulles, declarar a possibilidade de uso de armamento nuclear estratégico (KISSINGER, 2011). Em maio de 1955, foi criado o Pacto de Varsóvia, acordo de segurança coletiva entre países socialistas, do qual a China se negou a participar integralmente (LUTHI, 2007). Goulart e Silva (2018, p.67) apontam um elemento que foi significativo na divergência de visões entre os dois países:

em junho de 1958, a União Soviética apresentou um conjunto de propostas de cooperação e integração militar entre os países. Os principais pontos dos planos diziam respeito a instalações conjuntas de inteligência técnica, estações de comunicações navais de longa distância e a criação de uma força conjunta de submarinos para operar ao longo da costa chinesa e no Pacífico – todas instaladas em território chinês e pagas pelos soviéticos. Tais acordos não apenas foram veementemente recusados pela China, mas também acusados de representar uma tentativa soviética de controlar o país militarmente.

Em agosto de 1958, ocorreu a segunda crise do estreito de Taiwan, na qual a China bombardeou algumas ilhas do arquipélago, explicitando o princípio da soberania absoluta do país sobre as ilhas e o combate aos movimentos independentistas da ilha (KISSINGER, 2011). Os EUA, similarmente à primeira crise, fizeram ameaças pesadas e as tensões reduziram. Diante das crises dos estreitos, a URSS se posicionava de maneira contrária às ações enérgicas dos chineses, haja vista que incitava tensões com os estadunidenses, o que ia contra o princípio da coexistência pacífica (GOULART; SILVA, 2018).

Um elemento que explicita o ceticismo soviético em relação aos chineses é o programa nuclear chinês. Em suma, a URSS foi imprescindível para o desenvolvimento da bomba nuclear da China, pois proveu capital humano, financeiro e científico para isso, porém, nunca forneceu tecnologia de última geração, revelando falta de confiança (JIFENG; YANQIONG, 2009). Shen e Xia (2012) argumentam que o protótipo da bomba nuclear chinesa – A-bomb – já estava pronto, porém, Krushev decidiu, não apenas não entregar para os chineses, como também encerrou o apoio ao programa nuclear do país.

Em síntese, nas duas primeiras décadas do pós-guerra, as relações sino-soviéticas foram marcadas, predominantemente, pelo ceticismo e competição, com um breve hiato de relações extremamente frutíferas entre 1953 e 1956, nos primeiros anos de Krushev, período que ficou conhecido como a era de ouro. A partir do discurso de Krushev em 1956, no vigésimo Congresso do PCUS, China e URSS começaram a se estranhar, como no caso de disputas pela primazia no interior do bloco socialista, e a diminuir a intensidade das relações bilaterais, como se verá na seção adiante.

## 1.2 DO DISTANCIAMENTO AO CONFLITO (1960-1978)

Em 1960, Krushev discursou no congresso do partido dos trabalhadores da Romênia (LUTHI, 2008). Dois pontos foram incisivos: primeiro, o líder soviético reiterou o princípio da coexistência pacífica como norteador do movimento socialista (LUTHI, 2008). Em segundo lugar, chamou Mao de “ultra-esquerdista”, isto é, a postura do líder chinês era tão radical que se tornou um empecilho para o desenvolvimento do socialismo (LUTHI, 2008). Na China, a situação político-econômica era catastrófica em decorrência do Grande Salto Adiante, o que foi apontado como um sintoma do socialismo falho de Mao, fazendo com que a URSS determinasse o retorno do Conselho Soviético, até então essencial para o desenvolvimento do país (RADCHENKO, 2010).

Em outubro de 1962, ocorreu a Crise dos Mísseis<sup>6</sup> (HOBSBAWM, 2015). A China foi altamente crítica à postura de Krushev, acusando-o de covardia e de ter agido de maneira independente do resto do bloco socialista. Esse mesmo discurso foi repetido várias vezes diante da *détente*<sup>7</sup> entre os EUA e a URSS (MUNHOZ, 2020). Em 1963, Mao, diante de amplas crises internas dos mais variados tipos, anunciou o Movimento Educação Socialista (SOUZA, 2018), que consistia em “uma campanha nacional de doutrinação política e ideológica de “retificação” do partido visando afastá-lo da influência do moderno “revisonismo krushevista” e reavivar o socialismo no seio do Partido.” (SANTANA, 2009, p.18). Esse movimento simbolizou o início da construção da imagem de que a URSS representava uma ameaça ao bloco socialista internacional. Além disso, Mao entendia que o revisionismo krushevista dava ao líder soviético o papel de traidor, pois, em tese, a coexistência pacífica e a crítica ao modelo chinês significava submissão ao Ocidente (RADCHENKO, 2009). Portanto, na visão de Pequim, apenas o maoísmo era a opção que, em essência e na prática, representava o socialismo mundial, ao passo que Krushev propunha um revisionismo sórdido e que colocava em risco todo o conjunto de países que se opunham ao bloco capitalista (RADCHENKO, 2009).

O ano de 1964 contou com vários eventos significativos no desenvolvimento das relações sino-soviéticas. Primeiramente, em agosto de 1964, ocorreu o incidente do golfo de Tonquim, o que colocou os EUA, de maneira direta, na Guerra do Vietnã, produzindo um cenário em que o Estado que capitaneava o Ocidente estava posicionado militarmente em um país vizinho à China e, mais do que isso, ameaçou as forças aliadas socialistas no país<sup>8</sup> (MUNHOZ, 2020). À primeira vista, a expectativa era de congruência de forças contra o

---

<sup>6</sup> Para maiores informações, ler Kennedy (2023).

<sup>7</sup> Período de redução das tensões entre EUA e URSS na Guerra Fria. Para maiores informações, ler Munhoz (2020).

<sup>8</sup> Localizadas no Vietnã do Norte, porção setentrional do país.

inimigo em comum, porém, o nível de desconfiança entre as partes era tão grande que houve disputas de narrativas sobre o que deveria ser feito em relação ao Vietnã (LUTHI, 2008).

O Vietnã do Norte seguia a retórica socialista chinesa, de modo que os soviéticos se recusavam a apoiar de maneira incisiva – com armas e com dinheiro (LUTHI, 2008) –, e mesmo com a cobrança de Mao por maior apoio de Krushev, Moscou se mostrou relutante. Em suma, a Guerra do Vietnã explicitou a disputa entre a China e a URSS pela influência no Vietnã, revelando que os dois países temiam que o outro tivesse um controle amplo sobre a Ásia (LUTHI, 2008). London (1967, p.26, tradução própria)<sup>9</sup> argumenta que

[e]mbora um Vietnã unido sob a liderança comunista parecesse teoricamente desejável do ponto de vista soviético, a sinistra presença da China Vermelha quase sugeriria, na prática, que um Vietnã dividido pode não ser totalmente repulsivo para o longo prazo para os planejadores de políticas da URSS.

Pelo lado chinês, Radchenko (2010, p.364, tradução própria)<sup>10</sup> consta que “Mao estava tão preocupado, em 1965, com a ameaça soviética no norte quanto com a ameaça americana no sul”. Assim, havia entraves sobre o caminho a ser tomado em relação ao Vietnã.

O segundo evento de 1964 ocorreu em 14 de outubro, quando Krushev sofreu um golpe de Estado e Brezhnev assumiu o poder (FITZPATRICK, 2023). De acordo com Griffith (1966), o líder planejou mudanças na política externa do seu país, com foco especial na melhoria das relações com a China. O terceiro evento aconteceu em 16 de outubro de 1964, quando a China foi bem-sucedida ao detonar sua primeira bomba atômica (GOULART; SILVA, 2018). Ao adicionar a variável nuclear, o nível de tensão e desconfiança aumentou, pois o potencial chinês de competição foi catalisado no mesmo nível da percepção da ameaça pelos soviéticos.

Com Brezhnev, a postura soviética em relação à Guerra do Vietnã mudou consideravelmente, de modo que o país se engajou no conflito e deu amplo apoio às forças do norte, mudando a perspectiva que antes tinham: agora, a vitória do lado do norte seria utilizado como capital político para que o país se tornasse um aliado soviético, o que, de fato, ocorreu com a unificação do Vietnã, em 1975 (GARVER, 1981; RADCHENKO, 2010). Apesar do claro apoio de Brezhnev ao Vietnã do Norte, a China ainda via a URSS como uma ameaça ao movimento socialista, tendo como principal evidência a revolução cultural empreendida por Mao em 1966, representando o acme do Movimento Educação Socialista, iniciado em 1963 (SANTANA, 2009).

---

<sup>9</sup> No original: “*Although a united Vietnam under communist leadership would seem to be theoretically desirable from the Soviet point of view, the ominous background presence of Red China would almost suggest in practice that a divided Vietnam may not be wholly repulsive to the long-range policy planners of the U.S.S.R.*”

<sup>10</sup> No original: “*by 1965, Mao was probably as much concerned with the Soviet threat in the north as with the American threat in the south.*”

Tucker (1967, p.14, tradução própria)<sup>11</sup> ressalta que as relações sino-soviéticas durante a revolução cultural foram “agravadas pelo desejo de Mao de unir a China contra o espectro da agressão estrangeira e a “conspiração” – uma consideração dos EUA, URSS e certos traidores chineses”. Radchenko (2010, p.365, tradução própria)<sup>12</sup> adiciona que “havia um claro ângulo antissoviético na Revolução Cultural, desde que Mao fez uma conexão explícita entre a “restauração capitalista” soviética e o revisionismo soviético”. Já os soviéticos acreditavam que as campanhas antissoviéticas da RPC eram uma mera tentativa de esconder o fracasso do maoísmo no país e a insatisfação popular (LUTHI, 2008).

Em agosto de 1968, as forças do Pacto de Varsóvia foram acionadas para intervir na Tchecoslováquia<sup>13</sup> (HOBSBAWM, 2015; MELO, 2018), o que foi interpretado pela China como uma ameaça, pois temiam ser os próximos a sofrer uma intervenção (LUTHI, 2008). Desse modo, acentuou-se um processo que já vinha ocorrendo há alguns anos: a mobilização de forças nas fronteiras sino-soviéticas e o fomento de agitações internas pelos dois lados (BEKKEVOLD, 2022).

A ameaça percebida pelos chineses se materializou nos entraves fronteiriços entre a URSS e a RPC, os quais são sintetizados por Gerson (2010, p.19, tradução própria)<sup>14</sup>:

[a] China acusou os soviéticos de “intrusão” 16 vezes na Ilha Zhenbao, entre 23 de janeiro de 1967 e 2 de março de 1969, e 18 vezes na Ilha Qiliqin, ao norte de Zhenbao, entre novembro de 1967 e 5 de janeiro de 1968. Ao todo, a China alegou que os soviéticos “provocaram” 4.189 incidentes de fronteira entre 15 de outubro de 1964 e 15 de março de 1969. Os soviéticos acusaram a China de 488 “violações deliberadas da fronteira do estado da URSS”, entre junho e agosto de 1969, e uma fonte posterior afirma que houve até 8.690 incidentes de fronteira envolvendo 35.000 chineses, incluindo 3.000 soldados, entre 1965 e 1968.

Em 2 de março de 1969, a China preparou uma armadilha para a URSS nas Ilhas Zhenbao (LUTHI, 2008). Soldados de ambos os lados trocaram tiros, embora o lado soviético tenha sido o mais prejudicado. Alguns dias depois, a URSS revidou com uma emboscada na mesma ilha, porém, não causou grandes avanços para nenhum dos lados e os chineses mantiveram o controle da ilha (LUTHI, 2008). Uma pergunta é alvo de escrutínio de inúmeros

<sup>11</sup> No original: “*aggravated by Mao’s desire to unify China against a spectre of foreign aggression and “conspiracy” – a conspiracy of the U.S.A., U.S.S.R., and certain Chinese traitors.*”

<sup>12</sup> No original: “*there was a clear anti-Soviet angle to the Cultural Revolution, since Mao made an explicit connection between Soviet “capitalist restoration” and Chinese revisionism.*”

<sup>13</sup> Movimento conhecido como Primavera de Praga, na qual o socialismo não-alinhado tchecoslovaco foi tido como uma ameaça para as forças do Pacto de Varsóvia. Para maiores informações, ler Melo (2018).

<sup>14</sup> No original: “*China accused the Soviets of “intruding” 16 times on Zhenbao Island between 23 January 1967 and 2 March 1969, and 18 times on Qiliqin Island north of Zhenbao between November 1967 and 5 January 1968. In all, China claimed the Soviets “provoked” 4,189 border incidents between 15 October 1964 and 15 March 1969. The Soviets accused China of 488 “deliberate violation[s] of the USSR state border,” between June and August 1969, and a later source claims that there were as many as 8,690 border incidents involving 35,000 Chinese, including 3,000 soldiers, between 1965 and 1968.*”

estrategistas: como um país com capacidades militares inferiores – a RPC – pôde atacar um país com superioridade militar em todos os âmbitos, inclusive nuclear? Allison (2020) argumenta que a resposta se dá na estratégia chinesa denominada defesa ativa<sup>15</sup>. Gerson (2010, p.24, tradução própria)<sup>16</sup> a descreve como “ações ofensivas para propósitos inerentemente defensivos.” O autor complementa que, “na visão de Mao, o ataque em Zhenbao foi uma ação defensiva – isto é, dissuasiva – destinada a sinalizar força e determinação para evitar futuras agressões soviéticas” (GERSON, 2010, p.25, tradução própria).<sup>17</sup> Portanto, mesmo diante do inimigo mais poderoso, a RPC reagiu com força militar.

Fravel (2019) ressalta a dimensão psicológica da estratégia da defesa ativa, pois as ameaças são percebidas por meio de processos subjetivos. No caso chinês, a ameaça soviética era tão latente, urgente, e o risco de destruição do país era tão crível que era imprescindível a tomada de ações preemptivas. Em suma, os chineses se sentiam atacados por qualquer ameaça soviética, em um processo de construção do inimigo iniciado ainda na era Krushev, no que Luthi (2008) descreve como “psicose de guerra”, haja vista o altíssimo nível de insegurança percebido por Mao.

Em agosto de 1969, novos confrontos armados ocorreram na fronteira entre os dois países em Xinjiang, com os soviéticos eliminando um esquadrão de patrulha chinês inteiro (LUTHI, 2008). Entre agosto de 1969 e o final do ano, chineses e soviéticos se viram diante da iminência de uma guerra generalizada e um conflito nuclear (LUTHI, 2008). Em face da hecatombe nuclear, os dois lados decidiram reduzir as tensões no início de 1970. Radchenko (2009) argumenta que as relações sino-soviéticas na década de 60 são marcadas pela luta pela supremacia no bloco soviético, a qual atingiu seu auge no conflito de 1969.

Após esses acontecimentos, a análise do governo estadunidense foi de que a China via a URSS como uma ameaça superior aos EUA, de modo que Washington deu início à aproximação com os chineses em 1971, quando Henry Kissinger, então Conselheiro de Segurança Nacional, fez uma visita secreta à Pequim (KISSINGER, 2011; MUNHOZ, 2020). Em 1972, Nixon foi à China, um ponto de inflexão na história da Guerra Fria (MUNHOZ, 2020). Nessa visita, foi feito o comunicado de Xangai, o qual estabelecia os pontos que guiariam as relações sino-estadunidenses a partir de então, e um dos pontos era que ambos se opunham

---

<sup>15</sup> Para maiores informações, ler Fravel (2019).

<sup>16</sup> No original: “*offensive actions for inherently defensive purposes. Under this logic, virtually any Chinese aggression would be conceptualized by Beijing as reactive and defensive in nature, since actions were viewed to be a response to some perceived threat.*”

<sup>17</sup> No original: “*in Mao’s view, the attack at Zhenbao was a defensive – i.e., deterrent – action intended to signal strength and resolve to prevent future Soviet aggression.*”

a qualquer tentativa de hegemonia na região da Ásia-Pacífico, em uma mensagem clara para Moscou (WILSON CENTER, online). Assim, Pequim se aproximou de Washington para se opor à supremacia soviética no bloco socialista.

Tancredi (2018) e Kissinger (2011) apontam que a linha de ação dos EUA em relação à China e à URSS é denominada diplomacia triangular. Os três países formavam um triângulo estratégico, de modo que Washington procurou garantir que Pequim e Moscou continuariam na disputa pela supremacia do bloco soviético, enquanto os estadunidenses obteriam vantagem estratégica em meio a essa disputa. Os EUA estão no centro – também chamado de área pivô – do triângulo estratégico, pois agiram de maneira que “tanto [a] URSS quanto [a] China percebessem sua cooperação com os EUA como de maior importância do que uma eventual cooperação entre si.” (TANCREDI, 2018, p.12). O que era compreendido como diplomacia triangular se converteu em uma corrida entre a RPC e a URSS para atrair os EUA para seu lado contra o inimigo ameaçador do socialismo.

Em 1972, por exemplo, Nixon visitou Moscou (HOBBSAWN, 2015; MUNHOZ, 2020). Como consequência, URSS e EUA assinaram o primeiro Tratado de Redução de Armas Estratégicas (START I, na sigla em inglês), além de que, nesse mesmo ano, assinaram o Tratado de Limitação de Sistemas de Mísseis Antibalísticos (ABMT, na sigla em inglês), que foi “parte de um esforço para controlar sua corrida armamentista em armas nucleares.” (KIMBALL; REIF, 2020, online, tradução própria)<sup>18</sup>. Pequim, por outro lado, assumiu a posição de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), tomando o lugar que outrora pertencia à Taiwan (KISSINGER, 2011). Esse movimento foi resultado do reconhecimento estadunidense da política de uma China. (KISSINGER, 2011)

Em setembro de 1976, Mao Tsé-Tung morreu, dando fim à revolução cultural chinesa (KISSINGER, 2011). Em meio a disputas de sucessão no Partido Comunista Chinês (PCCh), os soviéticos continuaram sendo vistos como uma grande ameaça à China. Em agosto de 1977, por exemplo, foi firmado o tratado sino-japonês, o qual era de natureza fortemente anti-soviética, prevendo, inclusive, cooperação militar em caso de levantes hegemônicos soviéticos (ABBASI, 1988). Tais medidas foram contrapartidas chinesas à sensação de cerco soviético, haja vista que a URSS firmou um acordo de cooperação com a Índia em 1971 e garantiram um aliado com a unificação do Vietnã, em 1975 (GARVER, 1991).

Portanto, as relações sino-soviéticas na década de 60 e 70 foram marcadas pela luta pela supremacia no bloco socialista, ao ponto de, em 1969, os dois países fazerem uso de força

---

<sup>18</sup> No original: “part of an effort to control their arms race in nuclear weapons.”

militar em litígios fronteiriços. Em meio a denúncias de revisionismo e de ultra-esquerdismo, os EUA viram uma oportunidade de garantir vantagem estratégica na Guerra Fria ao estabelecer o triângulo estratégico entre Moscou, Pequim e Washington. Com a morte de Mao Tsé Tung, as relações sino-soviéticas passaram por mudanças consideráveis, as quais serão discutidas na próxima seção.

### 1.3 A REAPROXIMAÇÃO SINO-SOVIÉTICA (1978-1991)

Sob a liderança de Deng Xiaoping, a partir de março de 1978, Pequim deu início à modernização do estado chinês<sup>19</sup> (MARTI, 2021). Em termos de política externa, a diplomacia chinesa passou por uma profunda reorientação de teor altamente pragmático (MORI, 1988), de modo que a paz no ambiente internacional era imprescindível. No entanto, no início do período de reaproximação, a RPC e a URSS ainda mantinham vivas as desconfianças passadas, como se evidencia no Camboja e no Afeganistão.

Como destacado anteriormente, na ocasião da unificação do Vietnã, criou-se um governo aliado aos soviéticos. No Camboja, por outro lado, sob o regime do Khmer Vermelho, havia um governo aliado aos chineses (DARÓZ, 2020). Em dezembro de 1978, os dois países entraram em guerra, de modo que a RPC e a URSS se viram em dois lados opostos da disputa pela manutenção – e ampliação – da influência dentro do bloco socialista (DARÓZ, 2020; SOUTHGATE, 2019). Em janeiro de 1979, as forças vietnamitas conseguiram derrubar o regime do Khmer Vermelho, o que resultou na instauração da República Popular de Kampuchea, não obstante, a China entrou diretamente no conflito, dando início à guerra sino-vietnamita (DARÓZ, 2020; SOUTHGATE, 2019). Mais uma vez, embora de maneira indireta, a URSS e a RPC estavam em lados opostos do *front* de batalha, ambas lutando pela supremacia no bloco socialista.

Em janeiro de 1979, as relações entre a RPC e os EUA foram completamente restauradas (CHINA, online), com Pequim apoiando a presença militar estadunidense na Ásia (MORI, 1988). Em março, a China afirmou que não tinha interesse em renovar o Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviética, pois se findaria em 1980 (TUCKER, 1996). Além disso, em dezembro de 1979, a URSS invadiu o Afeganistão, o que foi interpretado, por Pequim, como mais uma tentativa soviética de cercar a China.

O ano de 1982 foi essencial para as relações sino-soviéticas. Nesse ano, a modernização chinesa proposta por Deng Xiaoping alcançou seu ápice, enfatizando a relevância de uma

---

<sup>19</sup> Modelo que tinha como base, dentre outros elementos, as quatro modernizações, destinadas aos seguintes setores: agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia. Para maiores informações, ler Marti (2021).

política externa mais ampla e com o mínimo de atrito entre países, o que “marcou o início do que o Secretário-geral [do PCCh] Hu Yaobang referiu como “diplomacia independente e autônoma” e omnidirecional” (MORI, 1988, p.291, tradução própria)<sup>20</sup>. Nesse sentido, Abbasi (1988) enfatiza que, nesse momento, a China estava em uma posição de equidistância entre as duas superpotências mundiais, revelando a mudança na orientação internacional.

No décimo segundo congresso do PCCh, em setembro de 1982, Yaobang descreveu três grandes obstáculos da política externa chinesa: “a presença de forças soviéticas nas fronteiras sino-soviéticas e sino-mongólicas, o apoio soviético para a invasão soviética de Kampuchea e a invasão soviética no Afeganistão” (MORI, 1988, p.291, tradução própria)<sup>21</sup>. Porém, Yaobang declarou o desejo recíproco de inauguração de uma nova fase entre China e URSS, dando início a uma série de negociações e encontros para melhorar as relações entre os países.

Com a chegada de Ronald Reagan à presidência dos EUA e sua retórica altamente anticomunista, a *détente* soviético-estadunidense chegou ao fim (MUNHOZ, 2020). Diante disso, a URSS se viu isolada em face à clara cooperação sino-estadunidense-japonesa, expondo a necessidade de pacificação de relações com o vizinho meridional (ABBASI, 1988). Desse modo, Moscou, diante da nova política externa empreendida por Deng Xiaoping, viu uma oportunidade para melhoria de relações, enviando uma delegação de alto nível para a China em dezembro de 1984 – a primeira desde 1969, dando início ao que Mori (1988) descreve como a *détente* sino-soviética.

Mikhail Gorbachev tornou-se líder da URSS em 1985, implementando medidas drásticas em âmbito interno e externo (FITZPATRICK, 2023). Gorbachev implementou as políticas da *glasnost* e *perestroika* – transparência e reconstrução – no cenário interno, dando maiores liberdades econômicas e políticas, além de adotar uma política externa muito mais pragmática e com menor peso ideológico (FITZPATRICK, 2023; MUNHOZ, 2020), iniciando-se o que Kegley e Wittkopf (1996) denominam de diálogo renovado entre Washington e Moscou. Além disso, Gorbachev enfatizava que os gastos militares soviéticos eram muito altos e a pacificação e estabilidade no cenário internacional permitiria que o país realocasse tais receitas no desenvolvimento econômico do país (FITZPATRICK, 2023).

O ano de 1989 foi importante para as relações sino-soviéticas. Em abril deste ano, as aberturas econômicas e políticas empreendidas por Deng Xiaoping culminaram em inúmeros

---

<sup>20</sup> No original: “marked the start of what General Secretary Hu Yaobang referred to as 'independent and autonomous diplomacy' and omnidirectional diplomacy.”

<sup>21</sup> No original: “the presence of Soviet forces on the SinoSoviet and Chinese-Mongolian borders, the Soviet support for the Vietnamese invasion of Kampuchea, and the Soviet invasion of Afghanistan.”

protestos, atingindo seu ápice em 4 de junho (HOBSBAWM, 2015; KISSINGER, 2011). Nesse dia, ocorreram mobilizações na praça Tiananmen, em Pequim, e o governo chinês reagiu com muita violência, contendo os manifestantes (HOBSBAWM, 2015; KISSINGER, 2011). A China ficou extremamente isolada no pós-Tiananmen, levando Deng Xiaoping a colocar como prioridade internacional a superação desse cenário, de modo que o líder

resumiu a conduta da política externa chinesa com a “Estratégia dos 24 caracteres”, sistematizada como “Tao Guang Yang Hui” (韬光养晦), traduzida como “esconder nossas capacidades e esperar o nosso tempo”. Essa estratégia se resumia em: “Observar com calma; assegurar nossa posição, resolver nossos assuntos com tranquilidade; esconder nossas capacidades; ser bons em manter um baixo perfil; e nunca reivindicar liderança” (FONA, 2022, p.71)

A estratégia do *Tao Guang Yang Hui*, de acordo com Zhongying (2020, p.3-4, tradução própria)<sup>22</sup>, é amplamente baseada nos “nãos” ou *bu’s* (不), a saber:

- Não desafiará (不挑战: *bu tiao zhan*): Em 1989, a China tranquilizou os Estados Unidos, então a única superpotência, que não tinha intenção de desafiar a primazia dos Estados Unidos no mundo
- Não assumirá a liderança (不带头: *bu dai tou*): Um princípio da China política externa desde 1979, especialmente de 1989 a 2012.
- Não exportará (不输出: *bu shu chu*): [...]a]China afirmou que não exportaria suas ideologias políticas, incluindo seu “desenvolvimento modelo”, pois “respeita as diferenças” com os outros.
- Sem hegemonia (不称霸: *bu cheng ba*): a China afirmou repetidamente que não busca ser a hegemonia global.
- A China não atribui “condições políticas” (不附加条件: *bu fu jia tiao jian*) em sua “cooperação para o desenvolvimento” com os países em desenvolvimento. [...]
- “Não fará o primeiro uso de armas nucleares” (不首先使用: *bu shou xian shi yong*) também é um dos princípios de segurança internacional da China.

A política externa de Deng Xiaoping foi sumarizada no termo “*keeping a low profile*” (KLP), isto é, a manutenção de um baixo perfil diplomático que garantisse um ambiente internacional estável propício ao desenvolvimento chinês, mantendo o *status quo* e prezando por boas relações com as potências mundiais (ZHU, 2019). Para a superação do isolamento chinês, Gorbachev foi essencial, haja vista que os líderes se mantiveram próximos mesmo nos momentos mais críticos do isolamento chinês (ZUBOK, 2017). Ainda em 1989, Moscou retirou

<sup>22</sup> No original: No original: “• *Will not challenge* (不挑战: *bu tiao zhan*): In 1989, China reassured the United States, then the sole superpower, that it had no intention of challenging America’s primacy in the world.

• *Will not take the lead* (不带头: *bu dai tou*): A principle of China’s foreign policy since 1979, especially from 1989 to 2012.

• *No export* (不输出: *bu shu chu*): [...]China stated that it would not export its political ideologies, including its “development model”, as it “respects differences” with others.

• *No hegemony* (不称霸: *bu cheng ba*): China has repeatedly stated that it does not seek to be a global hegemon.

• *China attaches “no political strings”* (不附加条件: *bu fu jia tiao jian*) in its “development cooperation” with developing countries.

• “*No first use of nuclear weapons*” (不首先使用: *bu shou xian shi yong*) is also one of China’s international security principles.”

suas tropas do Afeganistão em março (HOBSBAWM, 2015) e apresentou a declaração conjunta de nove pontos sobre Kampuchea (CHINA, online), resolvendo todos os obstáculos que impediam uma aproximação com a China. Para selar a retomada das relações entre os países, em maio de 1989, Gorbachev visitou Pequim e encontrou Deng Xiaoping (HOBSBAWM, 2015), simbolizando um marco histórico nas relações sino-soviéticas.

A queda do muro de Berlim, em novembro de 1989, simbolizou a ruína do bloco socialista. De um lado, a abertura econômica e política desenfreada – a URSS –, do outro, a abertura econômica com altíssimas restrições políticas – a RPC –, mas apenas uma conseguiu se manter como fiel representante do socialismo, mesmo que diametralmente oposta do maoísmo de revolução permanente (HOBSBAWM, 2015; KISSINGER, 2011). Em 25 de dezembro de 1991, ocorreu a dissolução da URSS e o fim da Guerra Fria (MUNHOZ, 2020)

Percebe-se que houve uma relação inversamente proporcional entre a qualidade das relações sino-soviéticas e o nível de importância dada à ideologia. Com a chegada de Deng Xiaoping e a modernização do estado chinês, um cenário internacional pacífico se colocou como meta de política externa, evidenciando a necessidade de reaproximação sino-soviética. Apesar das mudanças chinesas, a invasão do Afeganistão e a Guerra Sino-vietnamita revelaram a existência de obstáculos consideráveis. Com Gorbachev, as relações entre os países melhoraram substancialmente, sobretudo, pela política externa mais pragmática da Rússia. Apesar de terem seguido vias diferentes de relacionamento com o Ocidente, especialmente em relação ao escopo de liberalização, as relações entre a China e a URSS foram retomadas de maneira considerável em 1989.

## **2 AS RELAÇÕES SINO-RUSSAS NO PÓS-GUERRA FRIA: DO ALINHAMENTO DAS POLÍTICAS EXTERNAS À CONVERGÊNCIA ESTRATÉGICA**

A década de 90 marcou a retomada plena das relações sino-russas, com a superação dos principais entraves que marcaram a Guerra Fria, dando continuidade ao processo de aproximação entre Deng Xiaoping e Gorbachev (DENG, 2002). Em meio ao triunfalismo estadunidense, os dois países seguiram caminhos relativamente opostos, realinhando-se a partir da doutrina Primakov, de 1996 (TSYGANKOV, 2022). Com a superação do ocidentalismo exacerbado, Rússia e China, deram início, de fato, à convergência estratégica entre eles, isto é, os dois países só alcançariam seus objetivos no sistema internacional se cooperassem (BRAEKHUS; OVERLAND, 2007). Assim, o objetivo deste capítulo é analisar a construção da convergência estratégica sino-russa a partir da década de 1990.

O segundo capítulo é dividido do seguinte modo: a primeira seção apresenta o panorama geral do sistema internacional na década de 1990 e das relações sino-soviéticas, dando luz ao triunfalismo estadunidense e como China e Rússia tentaram se inserir em um mundo cuja bipolaridade deu lugar à vitória do bloco capitalista. A segunda seção diz respeito à convergência estratégica, conceito essencial para o presente trabalho e que constitui o fio condutor para o processo analítico das relações sino-russas no século XXI.

### **2.1 O CENÁRIO INTERNACIONAL NA DÉCADA DE 1990 E AS POLÍTICAS EXTERNAS DA RÚSSIA E DA CHINA**

Rozman (1998) aponta que a Rússia, na primeira metade da década de 1990, passou por um processo de tentativa de implementação do modelo liberal na política e na economia – o chamado tratamento de choque. Pelo lado chinês, ocorreu a liberalização comercial, ao passo que, na política, ocorreram alguns movimentos no sentido de maior liberalização política, embora em um patamar substancialmente menor se comparado com a Rússia. Olhando para o vizinho chinês, os russos viam um modelo falido e alvo de fortes críticas, sobretudo, após o incidente de Tiananmen. Os chineses, por sua vez, utilizavam o fracasso soviético para legitimar a não liberalização completa do seu sistema político.

Com a dissolução da URSS, Boris Yeltsin se tornou presidente e a Rússia deu início a uma política externa muito mais inclinada para o Ocidente do que a chinesa. Não obstante, “[o] tão elogiado "tratamento de choque", em vez de revitalizar a economia russa, aprofundou sua crise e fez da Rússia a maior economia em retração do mundo.” (DENG, 2002, p.122, tradução

própria)<sup>23</sup>. Com isso, o processo de desilusão com as promessas do mundo ocidental foi tomando conta do cenário político russo, fazendo com que o vizinho chinês se tornasse um modelo a ser observado. Em outras palavras, os chineses estavam crescendo em níveis exponenciais, enquanto os russos – que incorporaram todo o manual ocidental – passavam por uma crise terrível e pior do que os anos críticos da URSS.

O triunfalismo estadunidense foi um fator indispensável para compreender o pensamento diplomático dos EUA e o mundo na década de 1990. Os estadunidenses se colocaram como vencedores absolutos da Guerra Fria, consolidando-se como única superpotência e com um prestígio e capacidade de definição da ordem mundial sem precedentes. A política externa estadunidense da década de 90 foi marcada pela tríade ocidental de progresso: democracia, direitos humanos e livre-comércio (PECEQUILO, 2003). Em suma, o líder hegemônico da ordem mundial não permitia que os países que não cumprissem os três requisitos desfrutassem das instituições do mundo globalizado, gerando isolamento diplomático, econômico e político.

A fim de garantir sua presença na Ásia, os EUA ampliaram a cooperação militar com o Japão e a Coreia do Sul, no chamado eixo “Washington-Tóquio-Seul”, representando o alinhamento de tais países com o mundo ocidental (DENG, 2002). O grande interesse estadunidense no leste asiático é explicado pela ilha de Taiwan, ponto sensível que coloca chineses e estadunidenses em posições diametralmente opostas. No tocante à Rússia, embora ainda fosse uma potência nuclear, o país estava em situação crítica em termos políticos e econômicos, não representando ameaça aos EUA em nenhuma esfera.

É importante ressaltar que os sentimentos sobre as relações sino-russas eram mistos e, por vezes, antagônicos. Por um lado, o medo do isolamento, pois o outro país poderia se virar muito para o Ocidente, por outro, o desejo de se inserir na ordem internacional posterior à Guerra Fria, marcada, sobretudo, pelos valores ocidentais, a saber, democracia, direitos humanos e livre comércio. Em diferentes graus, China e Rússia tentaram se adequar a tais valores e muito disso se deu porque os chineses conseguiram sobreviver enquanto Estado, ao passo que a URSS ruiu e tinha poucas opções a não ser se submeter às regras do ganhador da Guerra Fria (ROZMAN, 1998). Enquanto os dois países não tinham capacidade e poder para que se vissem como opções para a superação do isolamento, a única alternativa era a aproximação com as potências ocidentais.

---

<sup>23</sup> No original: “*The much-touted “shock treatment,” instead of revitalizing the Russian economy, deepened its crisis and made Russia the largest shrinking economy in the world.*”

A despeito da diferença de estratégia de inserção internacional dos dois países no pós-Guerra Fria, o alinhamento de políticas externas de ambos pode ser caracterizado como uma convergência estratégica. Braekhus e Overland (2007, p.42, tradução própria)<sup>24</sup> definem convergência estratégica como “sobreposição de objetivos centrais e interesses em relação aos desenvolvimentos de longo prazo na política mundial, que fornece a base para extensa cooperação tática entre dois ou mais estados.” Tratando de objetivos e interesses, a análise pela ótica da convergência estratégica demanda considerar, sobretudo, fatores ideacionais. Desse modo, questões como a identidade do país, no sentido de como ele se enxerga no mundo, como quer ser visto e seus objetivos enquanto Estado no plano internacional são indispensáveis.

A política externa russa, a partir de 1996, seguiu uma escalada retórica de distanciamento do Ocidente. Entre 1996 e 1998, o ministro das relações exteriores da Rússia foi Yevgeny Primakov (TSYGANKOV, 2022). No seu primeiro ano no cargo, ele promoveu mudanças significativas na política externa russa por meio da Doutrina Primakov, a qual, dotada de alto teor nacionalista, estabeleceu que a Rússia deveria assumir uma política externa ativa, com abordagens multifacetadas que refletisse a percepção pública de interesse nacional – fundamentada, acima de tudo, no medo e ceticismo das ações do mundo ocidental e a busca pelo papel de potência com poder decisório dos rumos mundiais (RUMER, 2019).

Biswas e Chakraborty (2019, p.185, tradução própria)<sup>25</sup> afirma que, para Primakov,

a busca pelo “pragmatismo racional desprovido de romantismo e inacessível sentimentalismo” era urgente e, para alcançar isso, ele indicou que era preciso estabelecer “parcerias construtivas” com países da Ásia. Ele citou especificamente China, Índia, Japão, Irã, Líbia e Iraque.

Em adição,

[a] reiteração da criação de uma ordem mundial multipolar que encontrou expressão em todos os conceitos de política externa da Rússia (2000, 2008, 2013, 2016) reflete o fato de que o triunfalismo do Ocidente não conseguiu construir a estrutura de paz pós-Guerra Fria precisamente porque considerava a Rússia como uma potência derrotada. Assim, a Rússia tornou-se cada vez mais crítica do unilateralismo dos EUA, que levou o primeiro a endossar um conjunto de crenças, valores, normas e práticas alternativas de governança global vis-à-vis o modelo americano de governança global. (BISWAS; CHAKRABORTY, 2019, p.192, tradução própria)<sup>26</sup>

<sup>24</sup> No original: “*overlap of key objectives and interests with regard to long-term developments in world politics, which provides the basis for extensive tactical co-operation between two or more states.*”

<sup>25</sup> No original: “*pursuance of ‘rational pragmatism devoid of romanticism and unaffordable sentimentality’ was the need of the hour and in order to achieve this, he called for forging ‘constructive partnerships’ with countries of Asia. He specifically mentioned China, India, Japan, Iran, Libya, and Iraq.*”

<sup>26</sup> No original: “*The reiteration of creating a multipolar world order that has found expression in all of Russia’s foreign policy concepts (2000, 2008, 2013, 2016) reflects the fact that the West’s triumphalism has failed to construct the post-Cold War peace structure precisely because it had considered Russia as a defeated power. Thus, Russia has become increasingly critical of US unilateralism that has driven the former to endorse a set of alternative beliefs, values, norms, and practices of global governance vis-à-vis the US model of global governance.*”

Portanto, na doutrina Primakov, a China é colocada como um país central para a construção de um mundo multipolar e a consolidação de um continente asiático com um arranjo de segurança que afaste as intervenções ocidentais. Com isso, o foco da política externa da Rússia se distanciou da que foi exercida no início dos anos 1990, isto é, de aproximação irrestrita com o Ocidente, alterando o centro de gravidade russo para a Eurásia. Desse modo, a doutrina Primakov se expressa por alguns elementos centrais: hegemonia russa no espaço pós-soviético, oposição à expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criação de um mundo multipolar e de mecanismos de integração com países essenciais da Ásia, especialmente a China (RUMER, 2019).

Fernandes e Oliveira (2021) apontam que há dois marcos iniciais para a doutrina Primakov. O primeiro se deu em 1996, com a criação do grupo denominado os Cinco de Xangai: Rússia, China, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão – o embrião da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) –, organização que estabeleceu a cooperação política, econômica e militar entre os membros. Com isso, cumpriu-se parte dos objetivos da doutrina, haja vista que ocorreu uma aproximação com países do espaço pós-soviético e da China.

O segundo marco foi a intervenção da OTAN na Iugoslávia, em 1999, sem a anuência da ONU, episódio no qual ocorreu o fatídico “laço de Primakov”<sup>27</sup> (FERNANDES; OLIVEIRA, 2021). Lukyanov (2016) e Pereira (2009) afirmam que a Sérvia era um aliado histórico da Rússia na Europa e cada ação unilateral da OTAN no leste europeu era percebida como um avanço ocidental contra uma linha vermelha. Desse modo, Primakov promoveu mudanças significativas na política externa russa.

Havia a percepção de que a submissão irrestrita de Moscou ao modelo liberal, por meio da terapia de choque, foi o principal responsável pelas graves crises políticas e econômicas no país. Diante desse cenário, Vladimir Putin chegou à presidência da Rússia em 2000, adotando uma plataforma política de alto teor nacionalista e crítico a várias ações do Ocidente (DALL’AGNOL, 2021). Porém, o distanciamento entre o Ocidente e a Rússia foi gradual, mantendo uma proximidade entre os países mesmo com Putin, a exemplo das várias tratativas entre a OTAN Moscou para que suas relações fossem estáveis (NASCIMENTO, 2008).

Há alguns marcos no século XXI que explicam o distanciamento entre a Rússia e o Ocidente. Em 2002, os EUA se retiraram do ABMT, evidenciando dois pontos: primeiro, Moscou interpretou a retirada unilateral do tratado como inadmissível, pois simbolizava dois

---

<sup>27</sup> Na ocasião da primeira incursão da OTAN na Iugoslávia, Primakov estava no avião a caminho de Washington para tratar sobre negócios. Após a confirmação da anuência dos EUA em relação ao ataque, o então primeiro-ministro retornou à Rússia.

pontos: primeiro, os EUA não reconheciam a posição russa de potência mundial, haja vista que saíram de maneira unilateral e sem consulta prévia. Segundo, o ABMT foi indispensável para a estabilidade russo-estadunidense, o que foi tido como uma ameaça à segurança nacional da Rússia. Outro marco se deu em 2003, quando os EUA e outros aliados ocidentais realizaram a Operação Liberdade do Iraque, invadindo o país do Oriente Médio também sem a anuência do CSNU (NASCIMENTO, 2008). Mais uma vez, ações unilaterais dos EUA levaram ao distanciamento entre a Rússia e o Ocidente.

O discurso de Putin na Conferência de Munique, em 2007, é um ponto de inflexão nas relações entre a Rússia e o Ocidente. O presidente russo afirmou que

[u]m Estado e, claro, em primeiro lugar os Estados Unidos, ultrapassou suas fronteiras nacionais de todas as maneiras. Isso é visível nas políticas econômicas, políticas, culturais e educacionais que impõe a outras nações. Bem, quem gosta disso? Quem está feliz com isso? (RUSSIA, 2007, online, tradução própria)<sup>28</sup>

Em relação à OTAN, Putin foi enfático:

[a]cho óbvio que a expansão da OTAN não tem nenhuma relação com a modernização da própria Aliança ou com a garantia da segurança na Europa. Pelo contrário, representa uma provocação séria que reduz o nível de confiança mútua. E temos o direito de perguntar: contra quem se destina esta expansão? (RUSSIA, 2007, online, tradução própria)<sup>29</sup>

Além da oposição ao unilateralismo dos EUA e à expansão da OTAN, Putin afirmou que Moscou seguiria uma política externa independente, buscando seus preceitos de objetivos nacionais sem se alinhar com o Ocidente (RUSSIA, 2007). Desse modo, Moscou deu um recado: o tempo de alinhamento russo passou, inaugurando o período mais assertivo da política externa russa no século XXI. Em 2007, por exemplo, a Rússia declarou sua retirada do Tratado de Forças Armadas Convencionais da Europa<sup>30</sup> (CFE, na sigla em inglês), alegando que a OTAN estava ampliando sua extensão para todo o continente europeu (NASCIMENTO, 2008).

Com o fim do segundo mandato de Putin, Dmitri Medvedev se tornou presidente da Rússia entre 2008 e 2011, embora o ex-mandatário tenha assumido o cargo de primeiro-ministro e possuía grande capacidade de influência na Rússia (DALL'AGNOL, 2021). No geral, o novo presidente promoveu mudanças na política externa, visando melhorar as relações com o Ocidente. Apesar da Guerra da Geórgia, em 2008, após declarações explícitas de desejo de

<sup>28</sup> No original: “*One state and, of course, first and foremost the United States, has overstepped its national borders in every way. This is visible in the economic, political, cultural and educational policies it imposes on other nations. Well, who likes this? Who is happy about this?*”

<sup>29</sup> No original: “*I think it is obvious that NATO expansion does not have any relation with the modernisation of the Alliance itself or with ensuring security in Europe. On the contrary, it represents a serious provocation that reduces the level of mutual trust. And we have the right to ask: against whom is this expansion intended?*”

<sup>30</sup> Esse tratado visava garantir a estabilidade entre os países da OTAN e do extinto Pacto de Varsóvia, estabelecendo padrões e limites para o uso e posicionamento de forças militares convencionais, isto é, não nucleares.

expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para o leste europeu (MIELNICZUK, 2013), foi durante seu governo que ocorreu o *reset* nas relações russo-estadunidenses<sup>31</sup>.

Em 2012, Putin retornou ao cargo de presidente da Rússia com uma plataforma política ainda mais nacionalista (DALL'AGNOL, 2021). Isso se refletiu em muitas linhas de sua política externa, especialmente na intensificação da doutrina Primakov e da necessidade de agir para garantir que a Rússia assumisse sua posição natural de potência (RUMER, 2019). Com isso, Putin se aproximou ainda mais da China, haja vista que Pequim reconhecia o desejo de Moscou como legítimo e sustentava uma ordem multipolar. Portanto, Putin e suas ações de política externa foram essenciais para a intensificação da convergência estratégica sino-russa.

Em fevereiro de 2013, o Chefe do Estado Maior da Rússia, Valery Gerasimov, propôs uma nova estratégia militar – denominada doutrina Gerasimov – para a Rússia atingir seus objetivos em um mundo em que o Ocidente se mostrava cada vez mais agressivo (RUMER, 2019), especialmente diante das revoluções coloridas, isto é, movimentos sociais de oposição ao governo que contam com apoio externo, como o amplo controle de informações e mobilização populacional para a derrubada de líderes que não estavam alinhados com o Ocidente (KORYBKO, 2018), como a Primavera Árabe. Em suma, a doutrina Gerasimov propunha uma proporção de 4:1 de ações não militares para ações militares, como o amplo uso de mídias em prol do controle e da mobilização social de grupos da sociedade civil favoráveis aos interesses russos, inserindo Moscou no amplo debate sobre guerras híbridas<sup>32</sup> e de nova geração, especialmente diante das novas ameaças<sup>33</sup> (RUMER, 2019). Malm (2019, p.55-56, tradução própria)<sup>34</sup> adiciona que,

[n]a Doutrina Gerasimov, a guerra é uma parte aceitável e esperada do fluxo do desenvolvimento do conflito, mas apenas em rajadas localizadas e rápidas de ação violenta. Afinal, a Doutrina Gerasimov procura usar medidas não militares para evitar uma escalada para uma guerra em grande escala.

Com um misto entre as doutrinas Primakov e Gerasimov, Moscou colocou em ação suas empreitadas mais agressivas: a anexação da Crimeia, em 2014 (GABUEV, 2015), a intervenção direta no conflito da Síria (PERRA, 2016), em 2015. Quanto à Ucrânia, o país era a linha

<sup>31</sup> O novo presidente dos EUA, Barack Obama, adotou uma nova linha de ação externa, tentando melhorar as relações com a Rússia, que se deterioraram consideravelmente desde a segunda metade da década de 1990.

<sup>32</sup> Conflitos de nova geração com foco nas estratégias não militares, pensando, especialmente, no papel dos indivíduos e das mobilizações sociais para fins políticos. Para maiores informações, ler Korybko (2018).

<sup>33</sup> Refere-se às ameaças que vão além das elencadas por abordagens tradicionalistas, como a guerra entre Estados. Para maiores informações, ler Buzan e Hansen (2012).

<sup>34</sup> No original: “*In the Gerasimov Doctrine, war is an acceptable and expected part of the flow of conflict development, but only in localized, quick bursts of violent action. After all, the Gerasimov Doctrine seeks to use nonmilitary measures to avoid an escalation to full-scale war.*”

vermelha que Moscou tentou, a priori, dissuadir para que a OTAN não avançasse, porém, sentindo-se cercada pela organização, tomou porções do território ucraniano.

A Rússia decidiu intervir diretamente no conflito sírio em um cenário em que o Estado Islâmico da Síria e do Iraque (ISIS) avançava bastante, e isso representava uma ameaça direta à Assad, que é o pilar da resistência contra o fundamentalismo islâmico no país e é um dos pilares de oposição ao ocidentalismo no Oriente Médio e no mundo (FREEDMAN, 2018; PERRA, 2016). Tais eventos evidenciam que os níveis de tensão entre a Rússia e o Ocidente foram aumentando progressivamente, chegando a atos militares abertos, embora indiretos. Putin deixou claro que utilizaria a força para alcançar seus interesses nacionais e que não havia limites para as ações do país para preservar o que era entendido como segurança nacional.

Quanto à política externa chinesa, Jiang Zemin foi o presidente que sucedeu a Deng Xiaoping em 1993 (KISSINGER, 2011). Em linhas gerais, o líder chinês deu prosseguimento ao *Tao Guang Yang*, mantendo a importância da política externa de baixo perfil diplomático da KLP (XUETONG, 2014). Essa postura foi essencial para Pequim superar o isolamento imposto ao país após os acontecimentos de Tiananmen e reconquistar a confiança dos países no sistema internacional (KISSINGER, 2011).

Durante a década de 1990, Su Hao (2009, p.35, tradução própria)<sup>35</sup> aponta que a China adotou a Diplomacia das Parcerias, na qual “[t]oda a cooperação é realizada no quadro da construção de “parcerias” multiníveis.” No nível mais alto das parcerias está a do tipo estratégica. Com isso em mente, Pequim e Moscou firmaram, em 1996, uma

“parceria de coordenação estratégica de igualdade, confiança e voltada para o próximo século.” A parceria estratégica enfatizou a “coordenação” porque tanto a China quanto a Rússia são nações importantes e influentes e são membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. China e Rússia fortaleceram a cooperação em questões internacionais e regionais, influenciando a política global e o desenvolvimento de um novo padrão internacional. (SU HAO, 2009, p.39, tradução própria)<sup>36</sup>

Nota-se que a Rússia era vista como uma potência que a China deveria ter boas relações, porém, isso era parte de um esforço de política externa mais amplo de boas relações com potências mundiais como um todo, incluindo os EUA. Um elemento, não obstante, é relevante: a Rússia também era importante na política de boa vizinhança chinesa (SU HAO, 2009). O já referido Grupo dos Cinco de Xangai é parte desse esforço chinês de aumentar suas relações

<sup>35</sup> No original: ““All the cooperation is realized in the frame of constructing multi-level “partnership.””

<sup>36</sup> No original: ““strategic coordination partnership of equality, trust and aimed at the next century.” The strategic partnership emphasized “coordination” because both China and Russia are important and influential nations, and are permanent members of the United Nations Security Council. China and Russia strengthened cooperation in international and regional issues, influencing the global politics and the development of a new international pattern.”

com os países asiáticos e de construção de parcerias multiníveis com os países vizinhos, especialmente a Rússia.

A década de 90 não foi de completa tranquilidade entre a China e o Ocidente. Entre julho de 1995 e março de 1996, por exemplo, ocorreu a terceira crise do estreito de Taiwan, ocasião na qual navios dos EUA estavam posicionados para um eventual conflito com os chineses (ALLISON, 2020). Outro evento ocorreu em 1999, durante a investida da OTAN na Iugoslávia, quando os estadunidenses bombardearam a embaixada da China em Belgrado, matando 3 chineses e deixando outros 20 feridos. Apesar de ser declarado um acidente, o acontecimento gerou tensões entre os dois países (ALLISON, 2020).

Um terceiro evento se deu em abril de 2001, quando um avião de espionagem estadunidense e um caça chinês se tocaram no espaço aéreo do Mar do Sul da China, de modo que o avião dos EUA pousou em uma ilha chinesa, ao passo que o avião chinês caiu no mar (ALLISON, 2020). Todos os tripulantes estadunidenses sobreviveram, porém, foram mantidos presos na China por dias e o avião foi desmontado (ALLISON, 2020). Tais ocorrências, não obstante, não foram obstáculos para a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, que foi um ponto de virada para a política externa de Pequim, pois o país passou a desfrutar, de maneira mais abrangente, da globalização internacional, abrindo muitos mercados para os produtos chineses e oportunidades para investimentos do país (ZHU, 2019). Assim, pode-se afirmar que Zemin manteve a política externa de Deng Xiaoping.

Com Hu Jintao (2003-2013), deu-se continuidade ao *Tao Guang Yang*, porém, ocorreram adaptações notórias, especialmente porque, no século XXI, a China já se posicionava como um dos principais atores do sistema internacional (MASAYUKI, 2009). A mudança mais simbólica foi a troca do termo “ascensão pacífica” para “desenvolvimento pacífico” como um dos pilares da política externa chinesa (MASAYUKI, 2009). Essa decisão se deu pelo fato de que o termo ascensão poderia ser interpretado como desafio ao *status quo* e de aspiração chinesa de assumir uma posição de liderança internacional (ZHU, 2019).

O desenvolvimento pacífico faz parte de uma visão mais ampla do objetivo geral da política externa chinesa: alcançar o “mundo harmonioso”, o qual

consiste objetivamente numa estrutura global, cuja base é formada pelos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (Panch Shila): (i) respeito mútuo da integridade territorial e da soberania; (ii) não agressão mútua; (iii) não intervenção nas questões internas; (iv) igualdade dos direitos e das vantagens mútuas; e (v) coexistência pacífica. (BRITO; GONÇALVES, 2010, p.24)

Os princípios da coexistência pacífica já eram norteadores da política externa chinesa desde Deng Xiaoping, porém, foram modificados para o desenvolvimento pacífico, pois o

“mundo harmonioso” é uma indicação conceitual da teoria da estratégia diplomática, e o governo chinês tem se esforçado para a realização dessa ideia no quadro das relações externas da China em três níveis, a saber, estabelecer relações de parceria bilateral, promover o processo de integração com cooperação regional e construir um quadro de redes globais com coordenação inter-regional. (SU HAO, 2009, p.34-35, tradução própria)<sup>37</sup>

A diferença central entre a política externa de Jiang Zemin para a de Hu Jintao é o nível de inserção internacional chinesa, sobretudo por meio da criação ou ampliação de mecanismos de integração entre a China e outras regiões – as parcerias –, especialmente com países em desenvolvimento (FONA, 2022). Portanto, nota-se relação direta entre o nível de influência econômica e política da China e o nível de exposição internacional do país.

As mudanças na política externa chinesa se deram conforme o país adquiriu relevância no sistema internacional, assumindo uma postura de maior assertividade e reivindicação de voz no ordenamento internacional. Em 2007, por exemplo, Pequim anunciou um aumento do orçamento militar de 18%, sob a alegação de que era uma medida necessária para a garantia da segurança nacional do país (CFR, online). Em 2008, no contexto da maior crise do século, os países em desenvolvimento, especialmente a China, apresentaram indicadores econômicos muito melhores quando comparados com os dos países desenvolvidos, colocando em evidência a necessidade de maior poder decisório daqueles países (FONA; NOGUEIRA, 2022). Em 2010, a China ultrapassou o Japão e se consolidou como a segunda maior economia mundial, colocando-se no centro das relações internacionais (ZHAO, 2013).

Em 2013, Xi Jinping tornou-se presidente da China, promovendo a maior mudança na política externa chinesa desde 1978. Zhu (2019, p.19, tradução própria)<sup>38</sup> afirma que, “[s]e Mao tornou a China independente (*zhan qi lai*) e Deng a tornou próspera (*fu qi lai*), Xi a tornará poderosa (*qiang qi lai*)”. Zhongying (2020) argumenta que com Xi Jinping ocorreu a mudança da política externa do *Tao Guang Yang* para a do *Xin Xing* (novo tipo/novo modelo). O presidente chinês adotou posições que dão um novo papel a Pequim, a saber:

- [a] China se descreveu como “um dos grandes países” (新型大国: *xin xing da guo*).
- A China praticou “novas relações internacionais” (新型国际关系: *xin xing guo ji guan xi*), particularmente, “novo relacionamento entre os grandes países” (新型大国关系: *xin xing da guo guan xi*).
- A China formulou uma “nova política de vizinhança” para uma “nova ordem regional” na Ásia. (ZHONGYING, 2020, p.10-11, tradução própria)<sup>39</sup>

<sup>37</sup> No original: ““*harmonious world*” is a conceptive indication of the diplomatic strategy theory, and the Chinese government has strived for the realization of this idea in the frame of China’s foreign relations from three levels, namely to establish bilateral partnership relations, to promote the integration process with regional cooperation and to build up a framework of global networks with interregional coordination.”

<sup>38</sup> No original: “If Mao made China independent (*zhan qi lai*), and Deng made it prosperous (*fu qi lai*), Xi will make it powerful (*qiang qi lai*)”

<sup>39</sup> No original: “China described itself as a “new major country” (新型大国: *xin xing da guo*)

No geral, a China abandonou a KLP, estabeleceu que o mundo deveria ser multipolar e se opôs ao unilateralismo estadunidense, mantendo a soberania e não interferência como elementos basilares da política externa do país (RANA, 2020). Xuotong (2014) aponta que a mudança levou a categorizações de países na política externa chinesa, e a Rússia se caracterizava como um pilar estratégico, evidenciando sua importância para a política externa de Xi Jinping e para o aprofundamento da convergência estratégica sino-russa. Foot e King (2021, p.220, tradução própria)<sup>40</sup> argumentam que isso se deu porque, “em suas perspectivas de segurança, ambos [temiam] um Ocidente intervencionista que [apoiasse] a mudança de regime em suas próprias sociedades”. Tal visão também ficou evidenciada em relação à “nova ordem regional” na Ásia, haja vista que a Rússia fazia parte dessa dinâmica de construção de um continente livre da influência ocidental.

Quanto ao último ponto exposto por Zhongying (2020), a sua manifestação se deu no projeto que materializou a mudança da inserção internacional chinesa: Belt and Road Initiative (BRI, na sigla em inglês). Esta foi anunciada por Xi Jinping em 2013 e consiste em um projeto multidimensional que objetiva ligar a China a todos os continentes, compreendendo vias terrestres, aéreas e marinhas (RANA, 2020). Desse modo, a iniciativa “se tornou um dos maiores megaprojetos de infraestrutura e investimento da história humana, cobrindo mais de 70 países, equivalente a 65 por cento da população mundial e 40 por cento do PIB global de 2018” (ZHU, 2019, p.5, tradução própria)<sup>41</sup>. Com isso, criam-se infraestruturas robustas, como redes de internet, de comunicação e de transporte.

Em 2014, sob liderança chinesa, foi criado o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB, sigla em inglês), propondo um novo paradigma de investimentos para a Ásia, especialmente em relação à BRI (BRITES; JAEGER, 2016). Em certa medida, Pequim se consolidou como principal fonte de investimentos em infraestrutura no continente asiático, criando mecanismos não alinhados com padrões financeiros ocidentais (BRITES; JAEGER, 2016). Portanto, a BRI e o AIIB são projetos de integração econômica e política, de modo que países de todos os continentes teriam elos profundos com Pequim.

Tal visão é alinhada com outro ponto do *Xin Xing*:

---

• China practised “new international relations” (新型国际关系: *xin xing guo ji guan xi*), particularly, “new major country relations” (新型大国关系: *xin xing da guo guan xi*).

• China formulated a “new neighbourhood policy” for a “new regional order” in Asia”

<sup>40</sup> No original: “in their security perspectives with both fearing an interventionist West supportive of regime change in their own societies”

<sup>41</sup> No original: “has become one of the largest infrastructure and investment mega-projects in human history, covering over 70 countries, equivalent to 65 percent of the world’s population and 40 percent of the global GDP as of 2018.”

[a] China, formalmente, propôs um “novo panorama de governança global” (新型全球治理观: *xin xing quan qiu zhi li guan*) pela primeira vez, declarando que a China provê “novos bens públicos” (新型公共产品: *xin xing gong gong chan pin*) regional e globalmente. (ZHONGYING, 2020, p.11, tradução própria)<sup>42</sup>

A BRI e o AIIB acompanham a visão de que a China está dando para o mundo bens públicos globais sem precedentes, retomando a noção de que novas relações internacionais estão sendo feitas pelo país. Portanto, Pequim se vê em uma posição de que oferece muito ao mundo e que o país ainda tem muito o que desenvolver, e, nesse sentido, faz-se necessário que o mundo reconheça a China como “um dos grandes países”. Com a BRI e o AIIB, não era mais possível que os chineses mantivessem uma política externa de baixo engajamento pelo simples fato de que o país se tornou um centro de poder inevitável.

O *Xi Xing* encontra respaldo em dois conceitos essenciais inaugurados por Xi Jinping na política externa do país: o sonho chinês e o rejuvenescimento da China (ALLISON, 2020). O sonho chinês é que a China retome a posição que um dia já foi sua, isto é, de grande potência, sendo dotada de legitimidade e capacidade de decisão dos rumos mundiais. Portanto, não se trata de algo novo, mas, sim, de retomada de um *status* que já foi dela, por isso o uso do termo rejuvenescimento.

Para alcançar o rejuvenescimento chinês, Xi Jinping propôs a estratégia denominada “*Striving for Achievement*” (SFA), a qual tem como pilar o princípio de que “a política externa deve atender à necessidade de rejuvenescimento nacional e não apenas ao desenvolvimento econômico.” (XUETONG, 2014, p.166, tradução própria)<sup>43</sup> Em termos concretos, uma das metas do rejuvenescimento nacional é “um país socialista rico e forte até o centenário da RPC em 2049.” (XUETONG, 2014, p.166, tradução própria)<sup>44</sup> Fona e Nogueira (2022) argumentam que a SFA fez com que a política externa chinesa não fosse movida apenas pelo pragmatismo econômico – típico da KLP –, retomando o fator ideológico, que se manifesta na meta de um país socialista rico e forte, isto é, ser apenas rico não basta. De acordo com Fona (2022, p.84), por meio da SFA, Pequim assumiu a

“diplomacia de grande potência com características chinesas em uma nova era”, isto é, uma postura ativa e assertiva na condução de sua política externa, uma vez que a China não mais se encontraria na posição de se tornar uma potência, e sim na posição concreta de grande potência. Logo, o tempo de “esconder as capacidades” teria passado e seria o momento de atuar de forma firme na defesa de seus interesses nacionais.

<sup>42</sup> No original: “China formally proposed a “new outlook of global governance” (新型全球治理观: *xin xing quan qiu zhi li guan*) for the first time, declaring that China provides “new public goods” (新型公共产品: *xin xing gong gong chan pin*) regionally and globally.”

<sup>43</sup> No original: “foreign policy should serve the need of national rejuvenation not just economic development.”

<sup>44</sup> No original: “to establish a moderately prosperous society by the hundredth anniversary of the CCP in 2021, and a rich and strong socialist country by the hundredth anniversary of the PRC in 2049.”

Portanto, com Xi Jinping a China passou por um ponto de inflexão na sua política externa, encontrando um parceiro vizinho com objetivos de política externa alinhados e com uma retórica de assertividade crescente contra o Ocidente capitaneado pelos EUA. Putin e o presidente chinês viram uma oportunidade estratégica de projeção de poder e de alinhamento para a concretização da convergência estratégica sino-russa.

## 2.2 A CONVERGÊNCIA ESTRATÉGICA SINO-RUSSA NO SÉCULO XXI

Apesar da convergência estratégica sino-russa ter se iniciado na segunda metade da década de 1990, é no século XXI que ela se aprofunda. Em junho de 2001, China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão formaram a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) – uma ampliação dos Cinco de Xangai – (MACHADO, 2021). Esta foi fundada sob o espírito de Xangai, descrito por Jiang Zemin como “confiança mútua, benefício mútuo, igualdade, consulta, respeito pelas diferentes civilizações e prosperidade comum.” (GUANG, 2007, p.48, tradução própria)<sup>45</sup> Além disso, questões de segurança internacional, como o terrorismo, separatismo e extremismo, foram colocadas como um dos elementos centrais da organização. Em adição, a organização tem, entre outras atribuições, a prerrogativa de reunir ministros da defesa dos seus membros e discutir as ameaças comuns mais significativas, além de possuir intenções explícitas de cooperar em direção a um arranjo de segurança mais robusto (MACHADO, 2021).

Machado (2021) expõe que os dois países almejam se firmar como forças que diluem a ingerência estadunidense no continente, objetivando a criação de uma zona de segurança asiática livre da influência ocidental e isso se manifesta, sobretudo, por meio da OCX. Assim, a visão de política externa de uma Ásia com capacidade de criar e manter as próprias estruturas de segurança é essencial para a convergência estratégica sino-russa. Em julho de 2001, Pequim e Moscou assinaram o Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável, o qual estabelece que os dois países jamais serão adversários e que se comprometem a manter relações pacíficas entre eles (GLOBAL TIMES, 2021). Em agosto de 2005, China e Rússia realizaram o primeiro exercício militar em conjunto (BOLT, 2014).

Em 2009, com o mundo ainda sentindo os efeitos da crise de 2008 e percebendo o desempenho notório dos países em desenvolvimento, presidentes do Brasil, Rússia, Índia e China se reuniram em Ecaterimburgo, estabelecendo o mecanismo de cooperação de alto nível

---

<sup>45</sup> No original: “mutual trust, mutual benefit, equality, consultation, respect to different civilizations and common prosperity”

dos BRICS<sup>46</sup> (LUIGI; PENNAFORTE, 2020). Assim, países que representavam a maior parcela da população mundial, bem como grande parte da economia mundial, concertavam com vistas à oposição à governança global que excluía o mundo em desenvolvimento. Hooijmaaijers (2021) argumenta que os BRICS são um efeito direto dos esforços russos e chineses de integração na década de 1990, especialmente da doutrina Primakov. Por um lado, a doutrina russa colocou a China como um parceiro indispensável para o mundo multipolar. Por outro lado, a China buscava melhores relações com as potências, incluindo a Rússia. Assim, o início da convergência estratégica sino-russa na década de 1990 foi imprescindível para que o BRICS fosse criado e é uma expressão mundial na coordenação de políticas entre os dois países.

Em 2011, China e Rússia elevaram as suas relações para o nível de parceria estratégica abrangente de coordenação (GLOBAL TIMES, 2021). Relembrando a hierarquia das parcerias chinesas, a estratégica é a de nível mais elevado, de modo que os dois países sustentavam tal *status* há duas décadas, adequando-o ao contexto e suas aspirações. Assim, explicita-se que a convergência estratégica entre os países se aprofundava cada vez mais, expressando o desejo mútuo de coordenação multissetorial e de alinhamento de políticas externas.

Em 2014, a Rússia anexou a Crimeia. Diante do isolamento político e econômico,

[a] crise na Ucrânia não só mudou a relação entre a Rússia e o Ocidente, mas também levou a uma cooperação mais intensa entre Moscou e Pequim. Depois que a União Europeia e os Estados Unidos impuseram sanções à Rússia, o presidente Vladimir Putin deu uma guinada dramática em direção à China e assinou uma série de acordos, incluindo um acordo de US\$ 400 bilhões para exportar gás para a China no último maio. Moscou está agora tentando reorientar toda a sua economia para a Ásia como forma de mitigar o impacto negativo das sanções ocidentais. (GABUEV, 2015, p.1, tradução própria)<sup>47</sup>

A China adotou uma postura muito branda em relação à Rússia, tanto que encontros presidenciais ocorreram mesmo nos momentos mais críticos de 2014. Com essa postura, Pequim e Moscou expressaram para o mundo que estavam comprometidos e alinhados para não deixarem o parceiro isolado em face aos separatismos e questões de cunho territorial (JURENCZYK, 2019). Assim, a Rússia sustentou uma posição de opositor ferrenho às posições críticas dos EUA quanto à Taiwan, Hong Kong, Xinjiang e o Mar do Sul da China, evidenciando reciprocidade na questão da primazia da soberania dos países.

---

<sup>46</sup> A África do Sul apenas entrou no grupo em 2011, de modo que, até então, o acrônimo era BRICS.

<sup>47</sup> No original: “*The Ukraine crisis has not only changed the relationship between Russia and the West but also led to more intense cooperation between Moscow and Beijing. After the European Union and the United States imposed sanctions on Russia, President Vladimir Putin made a dramatic turn to China and signed a series of deals, including a \$400 billion deal to export gas to China last May. Moscow is now attempting to reorient its entire economy towards Asia as a way to mitigate the negative impact of Western sanctions.*”

Ainda em 2014, os BRICS deram um passo essencial para a institucionalização do bloco de países, com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês) (BONES et al., 2022). Em face às intensas sanções ocidentais à Rússia, a criação de mecanismos financeiros alternativos aos ocidentais foi estabelecida como essencial para a China e a Rússia. No geral, os países concertaram de maneira coesa para superarem os custos econômicos de suas ações autodenominadas anti-hegemônicas.

Korolev e Portyakov (2019) argumentam que China e Rússia passavam por uma pressão do agente hegemônico, o mundo ocidental liderado pelos EUA, para que se adequassem às suas ordens de funcionamento. Nesse sentido, era de se esperar que os países se arranjassem nessa ordem, porém, o caminho tem sido o oposto, e os autores argumentam que isso se deve à centralidade dos líderes políticos, Xi Jinping e Putin, aprofundando a convergência estratégica (KOROLEV, PORTYAKOV, 2019). Isso se resume em personalidades que concentram uma quantidade de poder suficiente para que os países seguissem um caminho independente das pressões externas, refletindo na convergência na busca pelo interesse nacional irrestrita e baseada em visões que não se adequam à ordem internacional (KOROLEV, PORTYAKOV, 2019). Essa convergência pode ser percebida no fato de que

[a] China é o único grande país do mundo que apoia explicitamente o status de grande potência da Rússia e a influência internacional. Em particular, não importa quais crises e dificuldades a Rússia encontre, a China sempre enfatizou claramente que a Rússia é um dos centros de poder no mundo multipolar. (GUAN, 2022, p.32, tradução própria)<sup>48</sup>

Em maio de 2015, os dois países deram uma declaração em conjunto, na qual a Rússia declarou apoio à BRI, enquanto a China declarou apoio à União Econômica da Eurásia (UEE)<sup>49</sup> (CHARAP et al., 2017). Assim, reforça-se a convergência estratégica, pois os dois países asseguraram seus objetivos políticos e econômicos na Ásia. Em junho de 2016, China e Rússia publicaram a Declaração em Conjunto para a Promoção e Princípios do Direito Internacional, que é sustentada pelos seguintes pontos:

“não revolucionários” no sentido de que, ao contrário de seus predecessores da era da Guerra Fria, os líderes russos e chineses de hoje não buscam exportar seus sistemas políticos e autoritarismo antirrevolucionário.

‘antirrevolucionários’ no sentido de que se opõem [...] aos esforços ocidentais para fomentar a revolução naqueles países onde as elites governantes se opõem às políticas ocidentais.

<sup>48</sup> No original: “China is the only major country in the world that explicitly supports Russia’s major-power status and international influence. In particular, no matter what crises and difficulties Russia encounters, China has always clearly stressed that Russia is one of the power centers in the multipolar world.”

<sup>49</sup> Organização de integração regional formada por Armênia, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão e Rússia.

os dois países promovem normas, particularmente sobre questões cibernéticas e direitos humanos, que reforçam o controle interno e limitam a supervisão externa ou a capacidade de influenciar eventos além das fronteiras. (CHARAP et al., 2017, p.36-37, tradução própria)<sup>50</sup>

Em 2019, China e Rússia elevaram suas relações para “parceria estratégica abrangente de coordenação para uma nova era.” (GLOBAL TIMES, 2019, online, tradução própria)<sup>51</sup>. A parceria do tipo com Moscou, de acordo com Foot e King (2021), é a mais elevada das relações internacionais de Pequim. A expressão “nova era” expressa o desejo compartilhado de modificar a disposição global de forças, de atores e de poder, evidenciando a convergência estratégica sino-russa. Charap et al. (2017, p.36, tradução própria)<sup>52</sup> argumentam que

Pequim e Moscou acreditam que a ordem internacional está passando por uma mudança fundamental de centralização ocidental em direção a um sistema mais “equilibrado” e “multipolar”, e que o Ocidente está resistindo a essa mudança. Eles compartilham a visão de que o ponto final dessa mudança deve ser um mundo governado pela barganha e compromisso entre os centros de poder para chegar a novos acordos.

Ong (2009), Korolev e Portyakov (2019) e Guan (2022) argumentam que a determinante na relação entre Rússia e China é a posição hegemônica da superpotência. Ong (2009) argumenta que Pequim e Moscou entendem que a política externa estadunidense é guiada, sobretudo, pelo princípio da segurança internacional, sustentada pela luta antiterrorista, e que reflete na estratégia de se adiantar às ameaças, intervindo e utilizando a força em outros países. Desse modo, existe um consenso entre China e Rússia de que “o uso da força pelos EUA, às vezes contornando a Carta da ONU e o Conselho de Segurança, mina os princípios básicos do direito internacional” (ONG, 2009, p.316, tradução própria)<sup>53</sup>.

Ong (2009) aponta que um fator relevante da convergência estratégica entre os dois países consiste no desejo em comum de frear a expansão de valores liberais dos EUA na direção do Oriente. Nesse sentido, Guan (2022) aponta que os dois países se apoiam mutuamente por uma visão de não interferência em questões internas e que ambos passam por processos de

---

<sup>50</sup> No original: “‘nonrevolutionary’ in the sense that, unlike their Cold War-era predecessors, today’s Russian and Chinese leaders do not seek to export their political systems and anti-revolutionary authoritarianism. ‘anti-revolutionary’ in that they oppose (some imagined, some real) Western efforts to foment revolution in those countries where governing elites are opposed to Western policies. the two countries promote norms, particularly on cyber issues and human rights, which reinforce internal control and limit external oversight or capacity to influence events across borders.”

<sup>51</sup> No original: “China and Russia agreed to upgrade their relations to a comprehensive strategic partnership of coordination for a new era.”

<sup>52</sup> No original: “Beijing and Moscow believe that the international order is undergoing a fundamental shift away from Western-centricity and towards a more ‘balanced’, ‘multipolar’ system, and that the West is resisting this shift. They share a view that the end point of this shift should be a world governed by bargaining and compromise between centres of power to arrive at new arrangements.”

<sup>53</sup> No original: “the U.S. use of military force, at times in circumvention of the UN Charter and Security Council, undermines the basic principles of international law.”

construção de suas próprias noções de democracia e direitos humanos. Em suma, os dois países entendem que nenhum valor ocidental é absoluto, que não são dados imutáveis e universais e se manifestam das mais diversas formas entre os países – e esse processo deve ser respeitado.

Putin e Xi Jinping assumiram uma postura de centralização do poder, de forte investimento em forças militares e de mudança na ordem política hegemônica, visando, simultaneamente, alterar essa ordem e reassumir uma posição de relevância de não submissão que outrora ocuparam. Em suma, nas políticas externas de Xi Jinping e de Putin não há espaço para a unipolaridade, a qual será desafiada, constituindo o pilar do fortalecimento da convergência estratégica sino-russa. Conforme os dois países superaram a imagem de fraqueza do pós-Guerra Fria, demandaram maior poder de ordenamento mundial, ao passo que o líder do Ocidente e hegemônico, os EUA, agem para a manutenção da sua posição.

Em 2010, por exemplo, Obama deu início à política do pivô asiático, que tinha como objetivo “contrabalançar o crescimento chinês”, de modo que o centro gravitacional da política externa de Washington se deslocou para a Ásia (BRITES, 2016). De Castro (2013) argumenta que os estadunidenses começaram a se engajar muito mais na região, especialmente com países que possuíam algum tipo de contenda com Pequim, como o Japão e o Vietnã, especialmente em litígios no Mar do Sul da China.

Ainda em 2010, foi realizada a cúpula do G8, composto pelo G7 mais a Rússia, demonstrando que o Ocidente ainda tinha o interesse de nutrir boas relações com o país, iniciando já referido *reset* (PIFER, 2015). Nesse mesmo espírito, Washington e Moscou assinaram o Novo START, em substituição ao acordo de redução de armas estratégicas anterior (PIFER, 2015). Ressalta-se que, apesar do pivô asiático, Obama propunha que a política externa com a China também fosse de criação de laços positivos, o que não implica na desconsideração da clara competição entre os países (BRITES, 2016).

No início da Primavera Árabe, China e Rússia se opuseram às propostas de intervenção dos EUA e da OTAN, vetando resoluções desse tipo no CSNU, fazendo com que as posições opostas dos dois países e dos ocidentais se materializassem, sobretudo, nas disputas da Guerra Civil da Síria e da Líbia (FREEDMAN, 2018; PERRA, 2016). Porém, isso não foi suficiente para que a Rússia não entrasse na OMC, em 2012, demonstrando uma ambiguidade clara por parte do mundo ocidental, evitando criar litígios consideráveis com os países (PIFER, 2015).

O ponto de inflexão para as relações entre Rússia e o Ocidente foi a anexação da Crimeia em 2014, fazendo com que Washington se tornasse mais agressivo com a Rússia (UNGER, 2016). As medidas tomadas pela política externa dos Estados Unidos para conter a China se concretizaram com a Parceria Transpácífica (TPP, na sigla em inglês), de 2016, que criou uma

zona com condições comerciais mais favoráveis entre os membros (UNGER, 2016). Essa ação foi tanto uma reação à BRI quanto uma tentativa estadunidense de aprofundar as relações com países asiáticos próximos à China, visando balancear seu poder.

Na Estratégia de Segurança Nacional dos EUA (NSS, na sigla em inglês) de 2017 (US, 2017, p.2, tradução própria)<sup>54</sup>, já no governo Trump, caracterizado pelo *America First* e a retórica antichinesa e anticomunista, afirma-se que “China e Rússia desafiam o poder americano, influência e interesses, em uma tentativa de corroer a segurança e prosperidade americana”. A OTAN (2022, online, tradução própria)<sup>55</sup> adiciona:

[d]esde 2010, e particularmente desde 2014, quando a Rússia invadiu a Ucrânia e anexou ilegalmente a península da Criméia, o padrão de crescente agressão russa, bem como a ascensão da China, deu início a um novo cenário geoestratégico caracterizado por uma competição estratégica renovada.

Em 2017, Trump anunciou a Estratégia do Indo-Pacífico Livre e Aberto (HARUKO 2020). O indo-pacífico compreende a região que vai do oeste dos EUA até a costa leste da Índia, constituindo uma zona estratégica para Washington, visando ampliar suas relações comerciais, políticas e de segurança com os países aliados dessa região, a exemplo do diálogo de segurança quadrilateral (QUAD), composto por Austrália, EUA, Índia e Japão (HARUKO, 2020). Arapova et al. (2021) argumentam que há um desejo dos EUA de se opor à influência chinesa na região. Além disso, o uso do termo “livre” na estratégia se dá pelo fato de que os EUA entendem modelo chinês de integração com a região tem minado iniciativas democráticas, de modo que a liberdade se dá com a integração com Washington (ARAPOVA et al., 2021)

Em 2018, tem-se início à guerra comercial, isto é, a sobretaxação mútua de produtos para gerar prejuízos econômicos no outro país (NOGARA et al., 2021). Além disso, Trump reforçou e utilizou com muito mais frequência discursos agressivos contra a China, concentrando-se em dois aspectos: a ameaça do crescimento chinês à economia estadunidense e à ordem mundial (NOGARA et al., 2021). O presidente estadunidense afirmou que Pequim desfrutava do sistema internacional construído pelo mundo ocidental – especialmente suas instituições econômicas –, porém, não se comprometia com os valores desse mesmo sistema.

Trump afirmava que Rússia e China eram potências revisionistas (EUA, 2017), criando um cenário de disputa pelo ordenamento mundial. Com isso em mente, em 2019, os EUA anunciaram sua retirada do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF, na

<sup>54</sup> No original: “China and Russia challenge American power, influence, and interests, a emptying to erode American security and prosperity.”

<sup>55</sup> No original: “Since 2010, and particularly since 2014 when Russia first invaded Ukraine and illegally annexed the Crimean peninsula, the pattern of growing Russian aggression, as well as the rise of China, has ushered in a new geostrategic landscape characterised by renewed strategic competition.”

sigla em inglês) (MAGNOTTA, 2021). Com isso, os russos acusaram os EUA de serem uma ameaça nuclear para seu país, revelando a tensão entre os dois lados. Outro foco de tensão constituiu a área cibernética, dadas as acusações de Trump de influência direta russa na eleição de 2016 (MAGNOTTA, 2021). Nesse sentido, Washington publicou o Nuclear Posture Review (NPR), no qual foi exposto que o uso de armamento estratégico nuclear dos Estados Unidos era uma opção diante de ataques cibernéticos, em um claro recado à Rússia (MAGNOTTA, 2021).

Em 2020, Mike Pompeo (EUA, 2020, online, tradução própria)<sup>56</sup>, secretário de Estado dos EUA, afirmou que “se nós queremos ter um século XXI livre, não o século chinês dos sonhos de Xi Jinping, o antigo paradigma de engajamento cego com a China simplesmente não vai conseguir”. Nota-se a impossibilidade de coexistência entre o chamado mundo livre e o modelo proposto pela China, evidenciando o cenário de competição agressiva. Foram inúmeras as acusações dos estadunidenses em relação à China no tocante aos direitos humanos, especialmente em relação à Hong Kong, Xinjiang e Taiwan (MAGNOTTA, 2021). Portanto, Trump constitui o auge de uma postura estadunidense progressiva no sentido de percepção da ameaça chinesa e necessidade de assertividade em relação à China e à Rússia.

Na década de 1990, Rússia e China seguiram caminhos bem diferentes quanto à adequação ao modelo ocidental. Com o fracasso da terapia de choque e a desilusão russa, surgiu a doutrina Primakov, em 1996, reiterando que Moscou deveria buscar um mundo multipolar e criar laços mais profundos com países asiáticos. Em 2001, foi criada a OCX, e os dois países expressaram seu desejo de manutenção de um continente asiático livre da influência ocidental. A convergência estratégica sino-russa se aprofundou conforme os dois países se fortaleceram nos mais diversos âmbitos, constituindo seu auge com Putin e Xi Jinping. As políticas externas dos dois líderes enfatizaram o alinhamento de políticas externas para a superação da hegemonia ocidental liderada pelos EUA. Diante disso, o próximo capítulo analisa os documentos de defesa e política externa dos dois mandatários pela teoria da securitização.

---

<sup>56</sup> No original: “if we want to have a free 21st century, and not the Chinese century of which Xi Jinping dreams, the old paradigm of blind engagement with China simply won’t get it done.”

### 3 ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE XI JINPING E VLADIMIR PUTIN

O processo analítico da securitização envolve a análise de discursos (BUZAN *et al.*, 1998). Desse modo, neste capítulo, o objetivo é analisar documentos pertinentes à defesa e política externa de Xi Jinping e Vladimir Putin sob a ótica da securitização. A importância desses documentos se dá por serem oficiais, explicitando o que os estados chinês e russo veem como ameaças, oportunidades, e, acima de tudo, qual o mundo que julgam ser o mais benéfico para ambos os países, sobretudo, em termos de garantia dos interesses nacionais (CHINA, 2019; 2019; RÚSSIA, 2016; 2021). Portanto, tais documentos sintetizam elementos oficiais expressos pelo próprio Estado, adquirindo um caráter que reflete os diversos atores envolvidos nos mecanismos de percepção, definição e de ações a serem tomadas em face aos diversos acontecimentos do mundo.

Este capítulo está dividido nas seguintes seções: Segurança Nacional da Federação Russa, de 2021, seguido do Conceito de Política Externa da Federação Russa, de 2016. Na terceira seção, é feita a análise de securitização baseada nos documentos russos. Nas quartas e quintas seções, respectivamente, são analisados os seguintes documentos: Defesa Nacional da China na Nova Era, de 2019, e China e o Mundo na Nova Era, do mesmo ano. Na sexta seção, é realizada a análise da securitização baseada nos documentos chineses. Na sétima seção, é analisado como a convergência estratégica se sustenta diante dos processos de securitização dos dois países.

#### 3.1 DEFESA NACIONAL DA CHINA NA NOVA ERA (2019)

O documento “Defesa Nacional da China na Nova Era” é o principal do país no âmbito da defesa, expressando as principais ameaças percebidas pelo Estado chinês, bem como o que tem sido e deve ser feito para que a segurança nacional da China seja garantida. Trata-se de um documento grande e com muitos pontos, porém, o elemento basilar é que o mundo está passando por um período de mudanças turbulentas, produzindo uma série de incertezas e inseguranças internacionais. Indo além, a principal fonte de incerteza e insegurança é a não aceitação ocidental de construção de um mundo multipolar, isto é, o Ocidente se nega a perder a hegemonia global, criando ameaças à segurança internacional. (CHINA, 2019)

O documento também aponta que o objetivo central da política de defesa da China é a garantia de um ambiente estável para o desenvolvimento pacífico chinês, o qual visa, em última instância, a construção de uma Nova Era para o mundo, tendo como elemento principal a multipolaridade, o respeito à soberania e um modelo de relacionamento não hegemônico entre os atores mundiais. Com isso em mente, é notória a dualidade entre o desenvolvimento pacífico

chinês e a hegemonia ocidental, a qual é, reiteradas vezes, colocada como uma ameaça ao modelo chinês. Portanto, a Defesa Nacional da China na Nova Era aponta as ameaças à segurança nacional chinesa, explicitando projetos, inovações, ameaças e reformas estratégicas que visam garantir a plena segurança nacional chinesa. (CHINA, 2019)

Indo para análise do documento, a China faz a seguinte análise de conjuntura:

[à] medida que o realinhamento das potências internacionais se acelera e a força dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento continua crescendo, a configuração do poder estratégico se torna mais equilibrada. A busca pela paz, estabilidade e desenvolvimento tornou-se uma aspiração universal da comunidade internacional, com predominância de forças de paz sobre elementos de guerra. No entanto, o sistema e a ordem de segurança internacional são prejudicados pelo crescente hegemonismo, política de poder, unilateralismo e constantes conflitos e guerras regionais. (CHINA, 2019, p.2, tradução própria)<sup>57</sup>

A leitura que a China faz do mundo atual é de transição de um arranjo caracterizado pela hegemonia ocidental liderada pelos EUA para um arranjo multipolar e com grande capacidade de influência do mundo em desenvolvimento, estabelecendo o centro gravitacional da política internacional na região da Ásia-pacífico. Com isso em mente, “[a] China acredita firmemente que a hegemonia e a expansão estão fadadas ao fracasso, e a segurança e a prosperidade devem ser compartilhadas” (CHINA, 2019, p.37, tradução própria)<sup>58</sup>. Percebe-se traços do desenvolvimento pacífico chinês nesses trechos, haja vista que a oposição a qualquer tipo de hegemonia é exatamente um dos elementos basilares dessa proposta.

Esse cenário não é ideal para os atuais hegemônicos, levando ao seguinte cenário:

[à] medida que o centro econômico e estratégico mundial continua a se deslocar para a Ásia-Pacífico, a região se tornou um foco de grande competição entre países, trazendo incertezas para a segurança regional. Os EUA estão fortalecendo suas alianças militares na Ásia-Pacífico e reforçando a implantação e intervenção militar, adicionando complexidade à segurança regional. (CHINA, 2019, p.3, tradução própria)<sup>59</sup>

Portanto, a China sustenta a visão de que o mundo está passando por uma transição hegemônica, gerando embates entre o estado em ascensão e o estado hegemônico. A situação torna-se ainda mais grave quando o Ocidente também estabelece a região da Ásia-Pacífico como estratégica, pois isso se converte na expressão de poder da hegemonia ocidental (CHINA,

---

<sup>57</sup> No original: “As the realignment of international powers accelerates and the strength of emerging markets and developing countries keeps growing, the configuration of strategic power is becoming more balanced. The pursuit of peace, stability and development has become a universal aspiration of the international community with forces for peace predominating over elements of war. However, international security system and order are undermined by growing hegemonism, power politics, unilateralism and constant regional conflicts and wars.”

<sup>58</sup> No original: “China firmly believes that hegemony and expansion are doomed to failure, and security and prosperity shall be shared.”

<sup>59</sup> No original: “As the world economic and strategic center continues to shift towards the Asia-Pacific, the region has become a focus of major country competition, bringing uncertainties to regional security. The US is strengthening its Asia-Pacific military alliances and reinforcing military deployment and intervention, adding complexity to regional security.”

2019). Em última instância, a China teme a ingerência direta dos países ocidentais no continente asiático, sobretudo, no entorno chinês, espaço geográfico e político estratégico para a China.

A presença do Ocidente capitaneado pelos EUA na Ásia e no entorno chinês vai contra os arranjos de segurança que a China tem construído, a exemplo da OCX, sustentado na soberania, não interferência externa e cooperação militar regional, criando uma zona livre da influência estadunidense (CHINA, 2019). Tal visão é evidenciada no que o documento elenca ser a maior ameaça: o separatismo de Taiwan, onde se lê, por exemplo, que:

[n]ão prometemos renunciar ao uso da força e nos reservamos a opção de tomar todas as medidas necessárias. Isso não é de forma alguma direcionado aos nossos compatriotas em Taiwan, mas à interferência de forças externas e ao número muito pequeno de separatistas da “independência de Taiwan” e suas atividades. O ELN<sup>60</sup> derrotará resolutamente qualquer um que tentar separar Taiwan da China e salvaguardar a unidade nacional a todo custo. (CHINA, 2019, p.7, tradução própria)<sup>61</sup>

O documento reitera repetidas vezes que a interferência externa é um risco que potencializa o separatismo taiwanês e vai contra um dos princípios da política externa chinesa, que é a não interferência em assuntos internos de outros países, reiterando a imprescindibilidade da soberania como princípio chinês. Embora a última grande crise do estreito de Taiwan tenha ocorrido na década de 90, anualmente ocorrem estranhamentos no entorno da ilha, bem como exercícios de patrulha e de cooperação militar de ambos os lados que demonstram uma tensão crescente (ALLISON, 2020). Com o exposto no documento, a China é enfática na supremacia da soberania chinesa sobre sua integridade territorial. É importante destacar que os outros movimentos independentistas são lembrados no documento, como Xinjiang, Hong Kong e o Tibete, porém, o simbolismo e o foco em Taiwan são absolutos em relação aos outros tópicos.

Xinjiang, em especial, foi alvo de muitas críticas ocidentais de violações dos direitos humanos, sendo um ponto sensível e que a China adotou uma postura mais agressiva, com a implementação de medidas consideráveis contra os independentistas, especialmente a partir de meados da década de 2000 (CAPELLETTI, 2016). Pequim seguiu a linha de que se trata de questões internas e que noções de direitos humanos ocidentais são utilizadas para incitar movimentos de independência em Xinjiang (CHINA, 2019; 2019). Apesar da maior agressividade pelo governo chinês, não foram tomadas medidas extraordinárias que afetaram de maneira considerável as relações entre a China e o Ocidente, mesmo com as repetidas acusações.

<sup>60</sup> Sigla para o Exército de Libertação do Povo, exército da China.

<sup>61</sup> No original: “*We make no promise to renounce the use of force, and reserve the option of taking all necessary measures. This is by no means targeted at our compatriots in Taiwan, but at the interference of external forces and the very small number of “Taiwan independence” separatists and their activities. The PLA will resolutely defeat anyone attempting to separate Taiwan from China and safeguard national unity at all costs.*”

Em relação à interferência dos EUA em assuntos internos e movimentos agressivos do país, é destacado que

[a] China se opõe resolutamente às práticas erradas e atividades provocativas do lado dos EUA em relação à venda de armas para Taiwan, sanções ao Departamento de Desenvolvimento de Equipamentos CMC e sua liderança, entrada ilegal nas águas territoriais da China e espaços marítimos e aéreos perto de ilhas e recifes relevantes de amplo alcance e reconhecimento próximo frequente. (CHINA, 2019, p.32, tradução própria)<sup>62</sup>

Esse trecho explicita o ator que produz a ameaça: os EUA, e, no trecho anterior, o documento deixa claro que utilizará quaisquer forças necessárias para manter a sua integridade territorial, indo ao confronto com qualquer país que apoiar a independência de Taiwan. Além disso, iniciativas como o QUAD são vistas com preocupação, pois revela que os estadunidenses estão influenciando de maneira direta a dinâmica de segurança asiática, a qual deveria ser autônoma e livre da influência de Washington, constituindo uma ameaça à segurança e estabilidade regional (HARUKO, 2020).

Fravel (2019) afirma que a estratégia militar chinesa, desde a década de 80, é, essencialmente, defensiva, tendo sofrido alterações significativas para lidar com conflitos localizados, processos separatistas e disputas de informação, adentrando nas novas modalidades de guerra. Nesse ínterim, o amplo emprego de tecnologias intensivas, de última geração e de altíssima efetividade são importantes, haja vista a necessidade de utilização de mecanismos com potencial destrutivo estratégico, porém, que não levem a conflitos generalizados. Além disso, a tecnologia também é amplamente utilizada nos processos de disputas informacionais e de controles de narrativas, haja vista o escopo cibernético e de criação de redes de comunicação dos conflitos atuais.

Fravel (2019) aponta que a estratégia militar chinesa destaca que “operações conjuntas integradas” elevaram a importância da cooperação e concertação militar e em defesa com outros países. Nesse ponto,

[a] relação militar entre a China e a Rússia continua a se desenvolver em alto nível, enriquecendo a parceria estratégica abrangente de coordenação China-Rússia para uma nova era e desempenhando um papel significativo na manutenção da estabilidade estratégica global. Os militares chineses e russos continuaram o desenvolvimento sólido de mecanismos de intercâmbio em todos os níveis, expandiram a cooperação em intercâmbios de alto nível, treinamento militar, equipamentos, tecnologia e contraterrorismo, e realizaram interação e coordenação positivas em ocasiões internacionais e multilaterais. Desde 2012, os militares chineses e russos realizaram 7

---

<sup>62</sup> No original: “China resolutely opposes the wrong practices and provocative activities of the US side regarding arms sales to Taiwan, sanctions on the CMC Equipment Development Department and its leadership, illegal entry into China’s territorial waters and maritime and air spaces near relevant islands and reefs, and wide-range and frequent close-in reconnaissance. However, in China-US relations, the military-to-military relationship remains the generally stable one.”

rodadas de consultas estratégicas. De agosto a setembro de 2018, a convite do lado russo, o ELN participou pela primeira vez do exercício estratégico Vostok da Rússia.<sup>63</sup>

A utilização da expressão “estabilidade estratégica global” é exatamente o mundo em que o desenvolvimento pacífico é possível, isto é, o mundo da “Nova Era”, tão citado e enfatizado por Xi Jinping em todo seu mandato e que dá à Rússia um papel central. Desse modo, é notório que a estratégia de defesa chinesa vê na Rússia um aliado no processo de construção de um arranjo de defesa asiático que elimine a influência dos EUA na Ásia (CHINA, 2019). Nesse sentido, o documento reitera a importância da OCX para a concertação no campo da segurança e paz regional do continente asiático, demonstrando a importância da convergência estratégica sino-russa para os propósitos de segurança dos países (CHINA, 2019).

Apesar dos pontos ressaltados anteriormente, o princípio da doutrina militar chinesa de natureza defensiva é estendido para os EUA:

[a] China lida ativa e adequadamente com seu relacionamento militar com os EUA, de acordo com os princípios de não conflito, não confronto, respeito mútuo e cooperação ganha-ganha. Ele se esforça para tornar o relacionamento entre militares um estabilizador para as relações entre os dois países e, portanto, contribuir para o relacionamento China-EUA baseado na coordenação, cooperação e estabilidade. (CHINA, 2019, p.32, tradução própria)<sup>64</sup>

Esse ponto revela, mais uma vez, a postura defensiva chinesa, sem fazer referências explícitas e abertas a possíveis embates entre os dois países. Nota-se que a China condena as ações unilaterais do Ocidente e que as mudanças em curso são necessárias para o sonho chinês e o rejuvenescimento da nação, além de que o futuro compartilhado é a única disposição em que o rejuvenescimento da nação é, de fato, alcançado. Portanto, os países que se opõem a isso

---

<sup>63</sup> No original: “*The military relationship between China and Russia continues to develop at a high level, enriching the China-Russia comprehensive strategic partnership of coordination for a new era and playing a significant role in maintaining global strategic stability. The Chinese and Russian militaries have continued the development of exchange mechanisms at all levels, expanded cooperation in high-level exchanges, military training, equipment, technology and counter-terrorism, and realized positive interaction and coordination on international and multilateral occasions. Since 2012, Chinese and Russian militaries have held 7 rounds of strategic consultations. From August to September 2018, at the invitation of the Russian side, the PLA participated in Russia’s Vostok strategic exercise for the first time.*”

<sup>63</sup> No original: “*China actively and properly handles its military relationship with the US in accordance with the principles of non-conflict, non-confrontation, mutual respect and win-win cooperation. It strives to make the military-to-military relationship a stabilizer for the relations between the two countries and hence contribute to the China-US relationship based on coordination, cooperation and stability.*”*sound development of exchange mechanisms at all levels, expanded cooperation in high-level exchanges, military training, equipment, technology and counter-terrorism, and realized positive interaction and coordination on international and multilateral occasions. Since 2012, Chinese and Russian militaries have held 7 rounds of strategic consultations. From August to September 2018, at the invitation of the Russian side, the PLA participated in Russia’s Vostok strategic exercise for the first time.*”

<sup>64</sup> No original: “*China actively and properly handles its military relationship with the US in accordance with the principles of non-conflict, non-confrontation, mutual respect and win-win cooperation. It strives to make the military-to-military relationship a stabilizer for the relations between the two countries and hence contribute to the China-US relationship based on coordination, cooperation and stability.*”

são um obstáculo para os interesses nacionais da China, porém, o país se mostra pautado pela paz, destacada pela maneira pela qual as relações com os EUA, o que reflete a proposição de um novo modelo de relacionamento entre potências.

### 3.2 CHINA E O MUNDO NA NOVA ERA (2019)

O documento “China e o mundo na nova era” sistematiza a política externa chinesa, elencando objetivos, linhas de ação, propósitos, atores e ameaças aos interesses nacionais chineses. O documento é construído em duas partes: a primeira demonstra, com números e iniciativas, o crescimento econômico chinês e seu impacto no mundo nas últimas décadas (CHINA, 2019). A segunda parte é feita com base na dialética entre a Nova Era, caracterizada pela multipolaridade, o futuro compartilhado da humanidade e o novo relacionamento entre as potências, e a manutenção da hegemonia ocidental (CHINA, 2019). Portanto, o cenário é de transição, pois a China assumiu uma posição econômica tão exponencial que se tornou inevitável constituir um ponto de poder, e a hegemonia ocidental não aceita a transição.

O documento faz muitas referências ao desenvolvimento pacífico chinês, reafirmando a necessidade do estabelecimento de um mundo pacífico e estável, o único no qual é possível consolidar as reformas nacionais e internacionais que a China almeja (CHINA, 2019). Esse documento, diferentemente do outro, dá maior visibilidade a elementos não militares, como a dimensão do poder econômico (CHINA, 2019). Desse modo, o papel dos atores econômicos, bem como suas vias de ação e suas instituições internacionais são essenciais para Pequim.

Em relação ao documento em si, a análise é similar ao anterior, identificando um movimento de transição para um mundo cuja unipolaridade é impossível e a multipolaridade é o objetivo (CHINA, 2019). Em face disso, são lembrados os cinco princípios da coexistência pacífica, o conceito de futuro compartilhado e o de novo relacionamento entre as potências. A China adota uma postura pró-globalização em todas as suas instituições de cooperação e aprofundamento da interdependência econômica, apontando que tais elementos fazem parte do desenvolvimento pacífico chinês (CHINA, 2019). Porém, os países que construíram essa mesma ordem da globalização – o Ocidente – estão a ameaçando, o que, por sua vez, constitui um obstáculo para o desenvolvimento chinês, haja vista que seu crescimento depende de um mundo integrado e que as cadeias logísticas, de produção e de valor incluam Pequim .

Desse modo, a China reitera o compromisso com o desenvolvimento pacífico, porém, o documento é incisivo ao afirmar que “[n]enhum país deve esperar que a China negocie seus interesses centrais ou a aceitar qualquer coisa que está ferindo a soberania, segurança e

desenvolvimento da China” (CHINA, 2019, p.28, tradução própria)<sup>65</sup>. Esse trecho explicita que a China não abre mão de nenhum de seus instrumentos de expressão de poder econômico – como comércio e investimentos estrangeiros diretos –, pois eles são imprescindíveis para que o país se desenvolva. Com isso em mente e levando em consideração os vários movimentos globais de restrição do poder econômico, como sanções e a própria guerra sino-estadunidense, a China adota uma postura de oposição e de manutenção do funcionamento pleno dos mecanismos da globalização, da cooperação econômica e da interdependência.

O documento dá um papel inédito à China: “a principal força estabilizadora e a fonte de poder da economia mundial.” (CHINA, 2019, p.14, tradução própria)<sup>66</sup> O gigante asiático coloca o poder econômico como um dos pilares da sua inserção internacional e ainda vai além, estabelecendo-se como elemento indispensável para a economia mundial. Desse modo, qualquer medida restritiva ao fluxo comercial e financeiro chinês seria desastroso para o país e para o mundo. Portanto, a manutenção dos mecanismos internacionais que garantem o desenvolvimento chinês é colocada como fator de segurança nacional.

Em face a isso, “algumas pessoas se preocuparão que a China vá provar a expectativa obsoleta de que um país vai, invariavelmente, buscar a hegemonia quando ele cresce forte, então eles criaram o que eles chamam de teoria da “armadilha chinesa<sup>67</sup>”” (CHINA, 2019, p.14, tradução própria)<sup>68</sup>. Mais uma vez, os chineses demonstram a relação dialética entre a proposta chinesa de desenvolvimento e a clássica política de poder tão difundida entre os tomadores de decisão do Ocidente. Percebe-se que os líderes ocidentais criaram um ambiente perfeito para que um país com as dimensões, demografia e capacidades produtivas da China se tornasse um membro plenamente integrado ao sistema financeiro, comercial, cultural e político global, não obstante, esperava-se que se tornasse um operário, não um ordenador.

A China defende o direito ao desenvolvimento, que só pode ser exercido em um ambiente pacífico e com plena autonomia para os países (CHINA, 2019). Em outras palavras, o direito ao desenvolvimento apenas existe em um ambiente pacífico e uma mudança na cultura internacional, expressa, sobretudo, no novo relacionamento entre os países (CHINA, 2019). Nesse sentido, a China se apresenta não como um aspirante à hegemonia, mas como mais um

---

<sup>65</sup> No original: “No foreign country should expect China to trade its core interests or to accept anything that is damaging to China’s own sovereignty, security and development interests.”

<sup>66</sup> No original: “As a result, China became the main stabilizing force and power source of the world economy.”

<sup>67</sup> Termo elaborado por analistas ocidentais que faz referência aos movimentos políticos e econômicos chineses no cenário mundial, os quais, em última instância, criam uma armadilha para os interesses dos próprios países. Para maiores informações, ler Weiss (2022).

<sup>68</sup> No original: “some people worry that China will fulfill the outdated expectation that a country will invariably seek hegemony when it grows strong, so they have created what they call the “China threat” theory.”

foco de poder em meio a tantos e que a criação de um ambiente estável e pacífico é um passo na garantia do direito ao desenvolvimento.

A China se coloca como representante de um novo tipo de relacionamento entre potências, renunciando a propostas típicas do sistema internacional gerido pelo Ocidente, marcado pela primazia da hegemonia. Na busca da manutenção da primazia, a China vê com maus olhos os movimentos ocidentais para a preservação da sua hegemonia, ressaltando que

[a] mentalidade da Guerra Fria de cerco, restrição, confronto e ameaça está ressurgindo. O hegemonismo e a política de poder estão surgindo. A lei da selva e os jogos de soma zero encontraram um novo solo para se reproduzir. Esses desafios estão minando gravemente a ordem internacional pós-Segunda Guerra Mundial. (CHINA, 2019, p.32, tradução própria)<sup>69</sup>

O documento é altamente crítico aos países que buscam a hegemonia, afirmando que “[a] história mostra que a busca de hegemonia, aliança e confronto e o abuso de poder nas relações internacionais induzirão ao caos ou mesmo à guerra.” (CHINA, 2019, p.33, tradução própria)<sup>70</sup>. Em adição, a “hegemonia colocará a justiça em perigo” (CHINA, 2019, p.37, tradução própria)<sup>71</sup>. Mais uma vez, há uma mensagem clara: o mundo hegemônico não é o mundo que a China quer e está construindo, e ela vai tomar as medidas necessárias para superar tudo que vai de encontro aos seus interesses nacionais.

Quanto ao papel atribuído à Rússia no documento, afirma-se que o país é extremamente relevante para os BRICS e que seus bons indicadores econômicos eram imprescindíveis para evidenciar a importância dos países em desenvolvimento para o desenvolvimento econômico global (CHINA, 2019). Com isso, o documento reitera a importância da Rússia para a posição chinesa de motor da economia global. Em adição, o documento destaca que, tratando-se da relação entre os países, ele “servirá tanto como lastro quanto como propulsor em uma situação internacional complexa e volátil. Uma estreita parceria entre a China e a Rússia contribui para a paz, segurança e estabilidade mundiais.” (CHINA, 2019, online, tradução própria)<sup>72</sup>

Tal trecho evidencia outras falas anteriores do presidente Xi Jinping de que as relações sino-russas são o melhor exemplo do novo tipo de relacionamento entre os grandes países, especialmente porque são o símbolo da concertação pelo mundo multipolar (CHINA, 2019). O documento reconhece essa concertação por meio da OCX, a qual tem prerrogativa central no

<sup>69</sup> No original: “*The Cold War mentality of encirclement, constraint, confrontation and threat is resurfacing. Hegemonism and power politics are surging. The law of the jungle and zero-sum games have found new soil in which to breed. These challenges are grievously undermining the post-World War II international order.*”

<sup>70</sup> No original: “*History shows that the pursuit of hegemony, alliance and confrontation and the abuse of power in international relations will induce chaos or even war.*”

<sup>71</sup> No original: “*Hegemony will put justice in peril.*”

<sup>72</sup> No original: “*will serve as both a ballast and a propeller in a complex and volatile international situation. A close partnership between China and Russia contributes to world peace, security and stability.*”

sentido da garantia da paz e estabilidade não apenas da Ásia, mas do mundo (CHINA, 2019). Portanto, o relacionamento sino-russo é colocado como imprescindível pelo documento, em face ao estreito alinhamento em matéria de política externa, constituindo um bloco coeso para a superação do mundo unipolar.

Cabe também falar sobre menções aos EUA no documento. A esse respeito, é dito que a China não tem interesse de simplesmente substituir os estadunidenses, porém, é afirmado que

os EUA são incapazes de obrigar a China e ainda menos propensos a interromper o desenvolvimento da China. Os EUA não podem manter sua força tentando conter e suprimir outros países, ou transferindo suas próprias tensões domésticas para fora. (CHINA, 2019, p.44, tradução própria)<sup>73</sup>

Desse trecho, a frase que mais revela a visão chinesa sobre a transição em curso é a que diz que os EUA não possuem a capacidade de obrigar a China a seguir determinado caminho ou, em outras palavras, interromper o desenvolvimento chinês. Primeiramente, em um cenário de hegemonia absoluta de um país, nenhum outro ator do sistema internacional diria isso ao agente hegemônico se não tivesse capacidades de decisão e influência no cenário mundial consideráveis. Em segundo lugar, a China é clara ao afirmar que o mundo que tem sido construído é inevitável, isto é, Pequim é imparável e não há força hegemônica que seja capaz de reverter o inevitável. Apesar de enfatizar o intuito de desenvolvimento pacífico nas relações com a potência ocidental, os chineses (2019, p.44, tradução própria)<sup>74</sup> declaram que

[o]s EUA deveriam abandonar a mentalidade da Guerra Fria e desenvolver uma compreensão adequada de si mesmos, da China e do mundo. Deve adaptar-se ao desenvolvimento e prosperidade de outros países, e viver em harmonia com o resto do mundo, que é o princípio que os grandes países devem sempre seguir. A armadilha de Tucídides<sup>75</sup> não é uma lei inquebrável. No entanto, qualquer erro de cálculo estratégico grave entre os principais países corre o risco de transformar o conflito e o confronto em uma profecia autorrealizável.

Nota-se que a China estabelece uma dualidade entre o modelo clássico de relacionamento entre nações em ascensão e nações hegemônicas – caracterizadas pela armadilha de Tucídides, a mentalidade da Guerra Fria e a política de poder – e o novo modelo para relacionamento entre potências (CHINA, 2019). Apesar do novo modelo proposto pela

---

<sup>73</sup> No original: “*the US is unable to force China’s hand, and even less likely to halt China’s development. The US cannot maintain its strength by attempting to contain and suppress other countries, or by transferring its own domestic stresses outward.*”

<sup>74</sup> No original: “*The US should abandon the Cold War mentality, and develop a proper understanding of itself, China, and the world. It should adapt to the development and prosperity of other countries, and live in harmony with the rest of the world, which is the principle major countries should always follow. The Thucydides trap is not an unbreakable law. However, any serious strategic miscalculation between major countries risks turning conflict and confrontation into a self-fulfilling prophecy.*”

<sup>75</sup> Conceito criado por Tucídides, estrategista ateniense no contexto da guerra do Peloponeso. Em suma, o conceito afirma que sempre que uma potência em ascensão ameaça a potência hegemônica, o conflito é inevitável. Para maiores informações, ler Allison (2020).

China, o embate se torna praticamente inevitável caso alguma potência cometa qualquer erro de cálculo estratégico. Embora não seja definido e explicitado quais são esses erros, pode-se pressupor que são ações que ameacem de maneira considerável e imediata os interesses nacionais de outra potência. Portanto, a guerra não é desejada, não obstante, não é descartada e é uma opção clara diante de erros graves de outros países.

Nesse sentido, a China, “[p]oliticamente, advoga pelo respeito mútuo e a consulta em pé de igualdade, opõe-se à mentalidade da Guerra Fria e a política de poder”. (CHINA, 2019, p.32, tradução própria)<sup>76</sup> Por fim, o documento urge por um modelo não-hierárquico de relacionamento entre os países, sobretudo, as potências, de modo que o direito ao desenvolvimento seja plenamente garantido.

### 3.3 A SECURITIZAÇÃO NO CASO CHINÊS

As ameaças expostas nos dois documentos são amplas e variadas. Desde ameaças à soberania territorial chinesa, como é o caso do separatismo taiwanês amplamente fomentado por outros países, como ameaças ao desenvolvimento chinês, como as repetidas tentativas dos Estados Unidos de limitar a participação chinesa nas cadeias produtivas, comerciais e financeiras globais. Todas essas ameaças são condensadas em uma única: a hegemonia ocidental (CHINA, 2019; 2019). Como já foi amplamente exposto no discurso, é notória a relação dialética entre aquela ameaça e o desenvolvimento pacífico chinês, de modo que, a fim de garantir os interesses nacionais da China, é necessário que o mundo se adeque a um modelo multipolar – sobretudo o Ocidente (CHINA, 2019; 2019).

Um elemento que precisa ser pensado é o que os documentos querem defender, isto é, o objeto referente, e a resposta é clara: o estado chinês, centralizado na figura do PCCh. Em relação a este, é estabelecido como o responsável pela segurança e do bem-estar dos cidadãos e territórios da China, de modo que é ele quem garante a sobrevivência dos cidadãos chineses (CHINA, 2019; 2019). Dando sequência, o agente securitizador também é o estado chinês, haja vista que ele detém o monopólio e o aparato de expressão de força (CHINA, 2019; 2019).

A respeito da legitimação, ambos os documentos foram publicados pelo Conselho de Estado da China, liderado pelo primeiro-ministro da China e composto por todos os gabinetes executivos chineses (FERNANDES, 2014). Essa composição do conselho é respaldada diretamente pelo PCCh, autoridade centralizada com poder autoritativo para impetrar ações de política externa, conferindo, assim, legitimidade ao documento (FERNANDES, 2014).

---

<sup>76</sup> No original: “*Politically, it advocates mutual respect and consultation on an equal footing, opposes the Cold War mentality and power politics.*”

O último elemento do fluxo da securitização demanda uma análise mais cuidadosa, haja vista que, no caso chinês, há muitas ambiguidades. Primeiramente, o discurso chinês é sóbrio e faz referência a possíveis ações excepcionais no futuro, isto é, se determinados eventos ocorrerem, a China não poupará forças para tomar medidas excepcionais e que quebrem as regras do jogo internacional (CHINA, 2019; 2019). Em segundo lugar, os dois documentos representam a mudança discursiva de Pequim, evidenciando o *Xi Xing*, característico da política externa de Xi Jinping. Os documentos utilizam, repetidas vezes, o termo “novo” para se referir ao apelo chinês para a mudança e construção de um mundo com novos fundamentos (CHINA, 2019; 2019). O novo se resume, acima de tudo, em um mundo multipolar, de modo que a China se posicione como um grande país com capacidade de influência dos rumos mundiais. Desse modo, Pequim superou o discurso de aceitação do *status quo*, posicionou-se com assertividade e afirma que não renunciará aos seus interesses, propondo, assim, o *Xi Xing*.

Diante dos fatos apontados, pode-se afirmar que ocorreram mudanças significativas nas relações entre as partes? Sim, e o exemplo mais significativo é a guerra comercial entre China e EUA, que representa uma disputa profunda na disposição política mundial (NOGARA *et al.*, 2021). Desde 2010, quando a China se tornou a segunda maior economia mundial, o discurso chinês foi alterado e, mais do que nunca, Xi Jinping buscou garantir que seu país assumisse seu lugar de direito: o de ordenador do sistema internacional (XUETONG, 2014).

Diante dos fatos expostos, não é correto afirmar que a China securitizou a hegemonia ocidental, porém, o discurso é securitizante, isto é, há elementos significativos que apontam uma possível securitização completa no futuro. Ressalta-se que a ameaça da hegemonia ocidental foi apresentada como uma questão de segurança nacional, não obstante, a China não tomou ações extraordinárias de natureza unilateral e excepcional para lidar com essa ameaça.

### 3.4 ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL DA FEDERAÇÃO RUSSA (2021)

O documento expõe elementos estratégicos para a segurança nacional da Rússia, como ameaças, objetivos, modernização tecnológica e capacidade de projeção de força. O documento é bem similar ao documento de defesa chinês em termos de análise global, estabelecendo a hegemonia ocidental como elemento basilar da ameaça aos interesses nacionais russos. Uma diferença considerável entre os dois documentos é o enfoque que o documento dá à nação russa, compreendendo os elementos, como a cultura e os valores, que o identificam como pertencente a um único corpo político denominado Rússia, como a cultura e seus valores (RÚSSIA, 2021).

Semelhantemente ao documento chinês, a ameaça é multifacetada, porém, pode ser sintetizada na hegemonia ocidental, capitaneada pelos EUA. Em face de tal ameaça, o estado

russo e a nação russos são colocados em risco, e isso se dá desde políticas de contenção pelo lado ocidental até ações de demonização da cultura russa e seus valores, interpretada como interferência externa em assuntos internos (RÚSSIA, 2021). Desse modo, a Rússia estabelece seus objetivos de defesa nacional baseados no oposto da hegemonia ocidental, isto é, na primazia absoluta da soberania, especialmente no entorno russo.

No documento da estratégia de segurança nacional da Federação Russa, a análise de conjuntura é bem parecida com a chinesa, isto é, nota-se uma transição de poder com a qual o Ocidente hegemônico não concorda. Afirma-se que

[a] crescente instabilidade no mundo, o crescimento de sentimentos radicais e extremistas podem levar a tentativas de resolver as crescentes contradições interestatais por meio da busca de inimigos internos e externos, destruição da economia, valores tradicionais e desrespeito aos direitos e liberdades humanos básicos. (RÚSSIA, 2021, p.3, tradução própria)<sup>77</sup>

No trecho que diz respeito a "sentimentos radicais e extremistas", o documento trata principalmente do Ocidente, pois a Rússia afirma que este é movido por paixões, sobretudo, a da excepcionalidade do mundo ocidental a despeito das outras culturas e nações. Esse elemento já coloca em destaque a dimensão cultural da ameaça, pois os sentimentos radicais e extremistas são direcionados de maneira contrária à Moscou, de modo a suplantar a cultura e valores russos por valores ocidentais. Isso é ampliado pelo seguinte trecho:

[o]s valores tradicionais espirituais, morais e histórico-culturais russos estão sob ataque ativo dos EUA e seus aliados, bem como de corporações transnacionais, organizações estrangeiras sem fins lucrativos, não governamentais, religiosas, extremistas e terroristas. Eles exercem um impacto informativo e psicológico na consciência individual, grupal e pública, disseminando atitudes sociais e morais que contradizem as tradições, crenças e convicções dos povos da Federação Russa.

Informação e sabotagem psicológica e a "ocidentalização" da cultura aumenta a ameaça da Federação Russa perder sua soberania cultural. As tentativas de falsificar a história russa e mundial, distorcer a verdade histórica e destruir a memória histórica, incitar conflitos interétnicos e interconfessionais e enfraquecer o povo que forma o Estado aumentaram. (RÚSSIA, 2021, p.35, tradução própria)<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> No original: "Increasing instability in the world, the growth of radical and extremist sentiments can lead to attempts to resolve the growing interstate contradictions through the search for internal and external enemies, the destruction of the economy, traditional values and disregard for basic human rights and freedoms."

<sup>78</sup> No original: "Traditional Russian spiritual, moral and cultural-historical values are under active attack by the U.S. and its allies, as well as by transnational corporations, foreign non-profit non-governmental, religious, extremist and terrorist organizations. They exert an informational and psychological impact on individual, group and public consciousness by disseminating social and moral attitudes that contradict the traditions, beliefs and convictions of the peoples of the Russian Federation."

*Information and psychological sabotage and The "Westernization" of culture increases the threat of the Russian Federation losing its cultural sovereignty. Attempts to falsify Russian and world history, distort the historical truth and destroy historical memory, incite inter-ethnic and inter-confessional conflicts, and weaken the state-forming people have increased."*

Laruelle (2019) destaca a importância do nacionalismo à política externa russa. Trata-se de um elemento histórico e que se manteve por toda a história da Rússia, criando um elo entre a posição que o país quer desempenhar no mundo e a plena expressão da nação russa no globo. Portanto, qualquer ator internacional que afete esse objetivo da política externa russa é tido como ameaça, afetando a denominada soberania cultural. Esse elemento ressoa no sentimento de interferência externa generalizada do Ocidente nas revoluções coloridas, as quais criam grupos opostos dentro dessa mesma nação russa e seu entorno pós-soviético. Nesse sentido, o documento faz muitas referências à ameaça da ingerência ocidental em assuntos internos russos e do espaço pós-soviético, a exemplo do seguinte:

[p]aíses hostis estão tentando usar os problemas socioeconômicos da Federação Russa para destruir sua unidade interna, instigar e radicalizar um movimento de protesto, apoiar grupos marginais e dividir a sociedade russa. Métodos indiretos destinados a provocar instabilidade de longo prazo na Federação Russa estão sendo cada vez mais usados. (RÚSSIA, 2021, p.6, tradução própria)<sup>79</sup>

Em adição, “[a]s ações de alguns países são tomadas para instigar o processo de desintegração na Comunidade dos Estados Independentes (CEI) para destruir os laços da Rússia com seus aliados tradicionais.” (RÚSSIA, 2021, p.5, tradução própria)<sup>80</sup>. Nesse sentido, a Rússia (2021, p.16, tradução própria)<sup>81</sup> estabelece que um dos objetivos da Estratégia de Segurança Nacional do país é

[i]mpedir a interferência nos assuntos internos da Federação Russa, suprimir inteligência e outras atividades de serviços especiais, organizações de estados estrangeiros e indivíduos que prejudiquem os interesses nacionais da Federação Russa e outros ataques criminosos aos fundamentos da ordem constitucional da Federação Russa Federação Russa, direitos humanos e civis e liberdades, inclusive instigando “revoluções coloridas”.

Tais trechos revelam elementos da doutrina Gerasimov, pois as ameaças se tornaram multidimensionais e há pontos fundamentais dos conflitos que vão além do embate militar direto entre dois ou mais estados (RUMER, 2019). Desde manipulação de informações até ingerência externa, a guerra da nova geração é colocada como uma ameaça no documento. Outro ponto relevante do documento pondera sobre a tentativa de muitos países de isolar a

---

<sup>79</sup> No original: “*Unfriendly countries are trying to use socio-economic problems in the Russian Federation to destroy its internal unity, instigate and radicalize a protest movement, support marginal groups and divide Russian society. Indirect methods aimed at provoking long-term instability within the Russian Federation are increasingly being used.*”

<sup>80</sup> No original: “*The actions of some countries are aimed at instigating disintegration processes in the Commonwealth of Independent States (CIS) in order to destroy Russia's ties with its traditional allies.*”

<sup>81</sup> No original: “*Preventing interference in the internal affairs of the Russian Federation, suppressing intelligence and other activities of special services, organizations of foreign states, and individuals that harm the national interests of the Russian Federation, and other criminal attacks on the foundations of the constitutional order of the Russian Federation, human and civil rights and freedoms, including by instigating “color revolutions.”*”

Rússia, afirmando que há ações ocidentais para conter Moscou (RÚSSIA, 2021), tanto que o documento aponta que vários países consideram a Rússia uma ameaça de nível militar.

Quanto à China, o documento estabelece como um dos objetivos “[d]esenvolver uma parceria abrangente e uma interação estratégica com a República Popular da China” (RÚSSIA, 2021, online, tradução própria)<sup>82</sup>. Há uma linha similar ao documento chinês ao afirmar que os mecanismos de segurança asiáticos são indispensáveis para a sua segurança nacional russa. Nesse ponto, destaca-se a OCX, a qual é reiteradamente afirmada como uma organização imprescindível para a estabilidade e segurança asiática, seguindo padrões de não-alinhamento ocidental (RÚSSIA, 2021).

As relações sino-russas são colocadas em um patamar em que seus interesses nacionais se alinham, se complementam e que agem de maneira cooperativa nos mais diversos âmbitos (RÚSSIA, 2021). O documento também aponta a importância dos BRICS, pois garante a cooperação em âmbitos multilaterais e bilaterais, consolidando posições em comum entre os membros. Portanto, a relação com a China é tida como essencial (RÚSSIA, 2021).

O documento afirma que as tensões mundiais aumentam o risco de conflito armado, desde locais até mundiais. Um desdobramento dessa afirmação é que a Rússia precisa se preparar para isso, estando apta a lidar com as mais variadas ameaças, adotando medidas excepcionais para garantir a segurança do Estado, haja vista que sua existência é colocada em risco em conflitos das mais variadas naturezas. Seguindo essa linha de raciocínio, em relação ao país que capitaneia o Ocidente, os EUA, cita-se que:

[t]endo como pano de fundo o desenvolvimento de capacidades globais de defesa antimísseis, os Estados Unidos da América (EUA) têm seguido uma política consistente de abandono de compromissos internacionais de controle de armas. A implantação planejada de mísseis de alcance intermediário e curto dos EUA na Europa e na região da Ásia-Pacífico representa uma ameaça à estabilidade estratégica e à segurança internacional. (RÚSSIA, 2021, p.12, tradução própria)<sup>83</sup>

Esse trecho expressa a opinião da Rússia quanto à saída dos EUA de vários acordos de limitação e controle de determinados tipos de armamentos, como o ABMT, de 2002 e o INF, em 2019, produzindo um cenário de vulnerabilidade estratégica para a Rússia (DALL’AGNOL, 2021). Em face às várias ameaças, que podem ser sintetizadas na hegemonia ocidental, o

---

<sup>82</sup> No original: “*Developing a comprehensive partnership and strategic interaction with the People's Republic of China*”

<sup>83</sup> No original: “*Against the backdrop of developing global missile defense capabilities, the United States of America (U.S.) has pursued a consistent policy of abandoning international arms control commitments. The planned deployment of U.S. intermediate-range and shorter-range missiles in Europe and the Asia-Pacific region poses a threat to strategic stability and international security.*”

documento enfatiza que Moscou continua comprometida com a resolução pacífica dos litígios internacionais. Porém, afirma-se que

[n]o caso de ações hostis de Estados estrangeiros que ameacem a soberania e a integridade territorial da Federação Russa, incluindo aquelas relacionadas ao uso de medidas restritivas (sanções) de natureza política ou econômica ou ao uso de modernas tecnologias de informação e comunicação, a Federação Russa considera legítimo tomar as medidas simétricas e assimétricas necessárias para coibir tais ações hostis, bem como para evitar que elas voltem a acontecer no futuro. (RÚSSIA, 2021, p.39, tradução própria)<sup>84</sup>

É importante destacar o uso da palavra “assimétricas”, pois revela que o país está disposto a tomar medidas extraordinárias e que não seguem o nível de reciprocidade esperado para casos de uso da força. Em outras palavras, a Federação Russa expressa a possibilidade de utilizar a força antes de que usem contra ela, tendo como principal exemplo a anexação da Crimeia em 2014, constituindo a ruptura das regras do jogo internacional. Desse modo, nota-se um claro discurso securitizador, cuja análise será aprofundada adiante.

### 3.5 CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA DA FEDERAÇÃO RUSSA (2016)

O documento “Conceito de Política Externa da federação Russa” sistematiza as diretrizes de política externa do Estado da Rússia, elencando objetivos e quais os principais entraves para alcançá-los. Ele é bastante direto e segue um padrão parecido com o anterior, ressaltando a sensação de cerco em relação aos países ocidentais, especialmente por meio da OTAN (RÚSSIA, 2016). Em outras palavras, o documento aglutina um sentimento claro do estado russo: a insatisfação.

O sentimento de insatisfação é percebido pelo Ocidente como revisionismo, revelando, obviamente, o desejo de manutenção do *status quo* pelos países ocidentais. Desse modo, a Rússia expressa a sensação de estar inserida em uma ordem em que seu papel não é condizente com o que julgam ser apropriado, isto é, de um grande país com alto poder decisório internacional (RÚSSIA, 2016). Portanto, há um forte caráter nacionalista no documento.

O elemento nacionalista reitera uma disputa já presente no documento anterior: a dialética cultural entre os valores ocidentais e a nação russa. O país observa com muita preocupação ações ocidentais que afetam a existência não apenas do estado russo, mas, sim, da

---

<sup>84</sup> No original: “*In the case of unfriendly actions by foreign states that threaten the sovereignty and territorial integrity of the Russian Federation, including those related to the use of restrictive measures (sanctions) of a political or economic nature or the use of modern information and communication technologies, the Russian Federation considers it legitimate to take the symmetrical and asymmetric measures necessary to curb such unfriendly actions, as well as to the to prevent them from happening again in the future.*”

nação, revelando a referida dialética. Assim, a Rússia enfatiza que seus interesses nacionais estão sob ataque do mundo ocidental.

De início, é importante apontar que a análise conjuntural que a Rússia faz é semelhante à do documento anterior: o mundo passa por uma transição na qual a hegemonia perde sua predominância e não aceita a configuração vindoura, declaradamente multipolar. Nesse cenário, Moscou (2016, online, tradução própria)<sup>85</sup> se coloca em uma posição clara, “caracterizad[a] pela consistência e continuidade e reflete o papel único que a Rússia desempenhou durante séculos como um contrapeso nos assuntos internacionais e no desenvolvimento da civilização global.” Essa visão corrobora com um dos objetivos da política externa russa, a saber, consolidar-se como um país que tem poder de influência dos rumos globais.

Há uma dialética entre a posição que a Rússia quer desempenhar no mundo e a hegemonia ocidental, produzindo um cenário em que são vetores opostos de disposição de poder no mundo. No geral, o sentimento russo é de insatisfação quanto ao seu papel na ordem global, o que é explicitada no seguinte trecho do documento:

[o]s problemas sistêmicos na região euro-atlântica que se acumularam ao longo do último quarto de século manifestam-se na expansão geopolítica prosseguida pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e pela União Europeia (UE), juntamente com a sua recusa em iniciar a implementação de declarações políticas relativas à criação de um quadro europeu comum de segurança e cooperação, resultaram numa grave crise nas relações entre a Rússia e os Estados Ocidentais. A política de contenção adotada pelos Estados Unidos e seus aliados contra a Rússia, e a pressão política, econômica, de informação e outras que a Rússia está enfrentando prejudicam a estabilidade regional e global, prejudicam os interesses de longo prazo de todos os lados e vão contra a necessidade crescente de cooperação e enfrentamento de desafios e ameaças transnacionais no mundo de hoje. (RÚSSIA, 2016, online, tradução própria)<sup>86</sup>

É evidenciado que a coexistência entre os dois lados é impossível se o Ocidente não mudar os rumos de suas ações no sistema internacional. Há a percepção de que a Rússia está sendo cercada, pressionada, sentindo-se obrigada a tomar determinadas ações a fim de se adequar à hegemonia ocidental (RÚSSIA, 2016). Em outras palavras, a Rússia estaria abdicando do referido papel histórico de contrapeso na política internacional, assumindo uma identidade que vai contra seus interesses nacionais.

---

<sup>85</sup> No original: “*characterized by consistency and continuity and reflects the unique role Russia has played for centuries as a counterbalance in international affairs and the development of global civilization.*”

<sup>86</sup> No original: “*Systemic problems in the Euro-Atlantic region that have accumulated over the last quarter century are manifested in the geopolitical expansion pursued by the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and the European Union (EU) along with their refusal to begin implementation of political statements regarding the creation of a common European security and cooperation framework, have resulted in a serious crisis in the relations between Russia and the Western States. The containment policy adopted by the United States and its allies against Russia, and political, economic, information and other pressure Russia is facing from them undermine regional and global stability, are detrimental to the long-term interests of all sides and run counter to the growing need for cooperation and addressing transnational challenges and threats in today’s world.*”

A descrição dos atos estadunidenses em relação à Rússia como “política de contenção” é simbólica, pois remonta à postura estadunidense em relação ao bloco socialista durante a Guerra Fria (RÚSSIA, 2016). Embora o texto não faça referência explícita à “mentalidade da Guerra Fria”, como a China o faz, há traços que revelam críticas à postura universalista dos EUA aos moldes do conflito bipolar manifestada, sobretudo, pela expansão da OTAN, relembrando a postura ocidental no século passado (RÚSSIA, 2016).

O documento destaca que a divisão do mundo entre o Ocidente e a Rússia é uma ameaça aos interesses nacionais de Moscou (RÚSSIA, 2016). Outro ponto relevante do documento é a posição da nação russa no cenário internacional, seguindo o documento anterior (RÚSSIA, 2016). Nesse sentido, há um conjunto de objetivos que englobam a preservação da nação russa – o que inclui todos seus cidadãos nacionais, mesmo os que estão em outro país. Esses objetivos, porém, são confrontados pelo Ocidente no contexto da transição a uma nova ordem mundial, criando um cenário competitivo em que “[e]ssa competição envolve não apenas capacidades humanas, de pesquisa e de tecnologia, mas, tem ganhado, progressivamente, uma dimensão civilizacional na forma de duelo de valores.” (RÚSSIA, 2016, online, tradução própria)<sup>87</sup>

A relação dialética entre a hegemonia ocidental e a posição da Rússia no sistema internacional, portanto, assume uma dimensão que transcende a política de poder e engloba a Rússia como um corpo espiritual excepcional e que quer se autopreservar e se perpetuar (RÚSSIA, 2016). Esse desejo russo, de acordo com o documento, é interpretado pelo Ocidente como desrespeito aos direitos humanos, ameaçando a preservação da nação russa. O documento ainda aponta que um dos objetivos da política externa russa é justamente se opor ao uso dos direitos humanos como prerrogativa para intervir em outro país (RÚSSIA, 2016). Esse ponto é essencial para a projeção de poder da própria Rússia no sistema internacional, haja vista o elemento basilar de não interferência na região pós-soviética, expondo a preocupação com as revoluções coloridas.

A China é colocada como essencial para a política externa de Moscou, especialmente porque “[a] Rússia vê as abordagens de princípios comuns adotadas pelos dois países para abordar as questões-chave da agenda global como um dos elementos centrais da estabilidade regional e global.” (RÚSSIA, 2016, online, tradução própria)<sup>88</sup> Similarmente ao documento

---

<sup>87</sup> No original: “*This competition involves not only human, research and technological capabilities, but has been increasingly gaining a civilizational dimension in the form of dueling values.*”

<sup>88</sup> No original: “*Russia will continue developing comprehensive, equal, and trust-based partnership and strategic cooperation with the People’s Republic of China, and proactively step up cooperation in all areas. Russia views common principled approaches adopted by the two countries to addressing the key issues on the global agenda as one of the core elements of regional and global stability. Building on this foundation, Russia intends to promote foreign policy cooperation with China in various areas, including countering new challenges and threats,*

anterior, faz-se referências muito positivas à OCX e aos BRICS, sobretudo, pelo seu papel de concertação não-ocidental e de criação de mecanismos de segurança que se cuja primazia é a soberania dos países. Portanto, a China é estabelecida como imprescindível para os objetivos de política externa da Rússia.

Em relação aos EUA, o documento repete o desejo de manter boas relações com o país, preservando o respeito aos interesses nacionais das duas partes. Porém, afirma-se que

[a] Rússia não reconhece a política dos EUA de jurisdição extraterritorial além dos limites do direito internacional e considera inaceitáveis as tentativas de exercer pressão militar, política, econômica ou qualquer outra, reservando-se o direito de responder com firmeza a ações hostis, incluindo o reforço da defesa nacional e tomar medidas retaliatórias ou assimétricas. (RÚSSIA, 2016, online, tradução própria)<sup>89</sup>

Além disso, “[a] Rússia vê a criação de um sistema global de defesa antimísseis pelos EUA como uma ameaça à sua segurança nacional e reserva o direito de tomar as medidas retaliatórias adequadas.” (RÚSSIA, 2016, online, tradução própria)<sup>90</sup> Esse trecho demonstra o sentimento de contenção, pressão e de cerco à Rússia. É importante destacar, assim como o documento anterior, que Moscou tem a prerrogativa de tomar ações assimétricas em face às ameaças sistemáticas aos interesses nacionais do país, reverberando a lógica de tomada de quaisquer medidas necessárias para garantir seus interesses nacionais.

### 3.6 A SECURITIZAÇÃO NO CASO RUSSO

Os russos estão, claramente, insatisfeitos com a sua posição internacional, reivindicando um papel que faz jus ao papel que atribui a si mesmo. O Ocidente, por sua vez, entende tal postura como revisionista, a qual é, de maneira explícita, elencada como ameaça (RÚSSIA, 2016; 2021). Baseado nas análises dos documentos selecionados, há similaridades com o caso chinês, pois a ameaça é percebida em diversas dinâmicas, como a ingerência externa nas revoluções coloridas e a sensação de cerco, sobretudo da OTAN no leste europeu. A diferenciação da ameaça pelos russos é a tentativa de “apagamento” da nação russa pelo Ocidente ameaça (RÚSSIA, 2016; 2021). Todos esses pontos são sintetizados na ameaça da hegemonia ocidental. Com isso em mente, a Rússia argumenta que a posição hegemônica do ocidente representa uma ameaça clara para o país ameaça (RÚSSIA, 2016; 2021).

---

*resolving urgent regional and global problems, cooperation in international organizations and multilateral associations.”*

<sup>89</sup> No original: “Russia does not recognize the US policy of extraterritorial jurisdiction beyond the boundaries of international law and finds unacceptable attempts to exercise military, political, economic or any other pressure, while reserving the right to firmly respond to hostile actions, including the bolstering of national defence and taking retaliatory or asymmetrical measures.”

<sup>90</sup> No original: “Russia views the creation of the global missile-defence system by the US as a threat to its national security and reserves the right to take adequate retaliatory measures.”

Tais elementos incorporam a doutrina Primakov, haja vista que reiteram a impossibilidade da Rússia de se sentir segura em um arranjo que não seja o multipolar, especialmente em face aos movimentos da OTAN ameaça (RÚSSIA, 2016; 2021). Além disso, também há traços da doutrina Gerasimov, sobretudo nas referências às revoluções coloridas e processos de interferência externa baseados em abordagens não-tradicionais, incorporando as novas ameaças ameaça (RÚSSIA, 2016; 2021). Assim, há amplas evidências de um processo paulatino e contínuo de assertividade da Rússia.

Quanto ao objeto referente, trata-se do estado russo e da nação russa. Como já foi constatado pela análise dos documentos, diferencia-se da análise chinesa pois os valores que compõem o “ser russo” estão ameaçados pelo combate ocidental direto a tais valores ameaça (RÚSSIA, 2016; 2021). Assim, por um lado, há a percepção do cerco ocidental, especialmente da OTAN, constituindo uma ameaça ao estado russo em si, ao passo que, por outro lado, os valores russos estão sendo corroídos pelo Ocidente.

Esse ponto faz com que o processo de securitização da Rússia seja diferente do chinês, tendo em vista que engloba o setor societal e de coletividades. Em outras palavras, a ameaça não é limitada à esfera militar e ao Estado, no sentido de que não se trata apenas de um risco material, mas, sim, que engloba a dimensão imaterial da Rússia, isto é, a nação russa ameaça (RÚSSIA, 2016; 2021). Desse modo, os objetos referentes são mais amplos que os chineses.

O agente securitizador é o Estado, haja vista que é o único que possui capacidades, meios e legitimidade para garantir a sua sobrevivência e da nação russa ameaça (RÚSSIA, 2016; 2021). A legitimidade dos documentos se dá por ambos terem sido aprovados pelas casas legislativas da Rússia, além do próprio presidente ter dado o aval ameaça (RÚSSIA, 2016; 2021). Portanto, uma audiência constituída e com concentração de poder suficiente deu legitimidade para os documentos.

Quanto ao último elemento do fluxo da securitização, Moscou tomou uma série de medidas excepcionais para enfrentar a ameaça. Pelo menos desde 2007, a Rússia adotou discursos agressivos e que revelam planos de tomada de medidas que “quebram as regras do jogo”, especialmente com a anexação da Crimeia em 2014 (DALL’AGNOL, 2021). Os russos se posicionaram de maneira combativa em relação ao Ocidente, de modo que os padrões de relacionamento entre os dois lados foram diametralmente modificados se comparados com a primeira metade da década de 90. Portanto, os documentos são evidências da securitização completa da Rússia da hegemonia ocidental nos setores militar e societal.

### 3.7 AS SECURITIZAÇÕES E A CONVERGÊNCIA ESTRATÉGICA

A convergência estratégica sino-russa é evidenciada na similaridade entre as lógicas de securitização entre os países. O principal ponto se materializa na definição da ameaça, isto é, ambos compartilham da percepção de que a principal ameaça é a hegemonia ocidental (CHINA, 2019; 2019; RÚSSIA, 2016; 2021). Como demonstrado, essa ameaça se manifesta de vários modos, englobando desde a sensação de cerco até interferências diretas em assuntos competentes à soberania integral do país.

Pequim e Moscou enfatizam que o Ocidente utiliza a política da contenção e de práticas que refletem uma mentalidade da Guerra Fria, criando uma disposição de forças internacionais que se empenham, constantemente, em conter e frear os dois países (CHINA, 2019; 2019; RÚSSIA, 2016; 2021). Pelo lado chinês, acusa-se o Ocidente de incentivar e fomentar diversos separatismos da China, especialmente o de Taiwan, sob a retórica dos direitos humanos, caracterizando interferência externa em assuntos que são, de maneira integral, competência da soberania chinesa (CHINA 2019; 2019). Os russos percebem a interferência estrangeira nas revoluções coloridas e nas diversas acusações de violação dos direitos humanos na Rússia, com um discurso similar ao chinês de que o Ocidente, especialmente a OTAN, interfere, diretamente, na Rússia (RÚSSIA, 2016; 2021).

Uma diferença na ameaça entre os dois lados é que Pequim dá enfoque maior ao aspecto econômico (CHINA 2019; 2019). Isso se dá pela posição central da economia chinesa no mundo, de modo que quaisquer dinâmicas de limitação da inserção chinesa nas cadeias produtivas, financeiras e comerciais do mundo são desastrosas. Quanto à Rússia, essa ameaça também é percebida, mas Moscou tem uma relevância menor na economia mundial. Em suma, a possibilidade de sanções econômicas é apontada como uma ameaça à segurança nacional chinesa, discurso que Moscou não incorpora com intensidade (RÚSSIA, 2016; 2021).

O segundo ponto de diferenciação entre os discursos é em relação ao objeto referente. Os dois países compartilham da percepção de que a ameaça é direcionada ao Estado, porém, os russos vão além. Embora os documentos chineses sejam dotados de uma alta carga nacionalista e puguem uma noção não hierarquizada de civilizações, não é manifestado uma ameaça tão urgente à nação chinesa (CHINA 2019; 2019). Os russos, por sua vez, estabelecem que o Ocidente tenta apagar a nação russa, impondo seus valores. A noção russa encontra uma retaguarda no discurso chinês, haja vista que é exatamente pela ausência de uma noção civilizacional não hierarquizada que está ocorrendo o apagamento da nação russa. Moscou, portanto, assume uma postura mais agressiva em torno do embate cultural entre o Ocidente e o país (CHINA, 2019; 2019; RÚSSIA, 2016; 2021).

O terceiro ponto é em relação à tomada de medidas excepcionais que, em última instância, caracterizam uma securitização completa. O evento mais enfático é a anexação da Crimeia, em 2014. Tratou-se da medida excepcional tomada pela Rússia em face à ameaça existencial: a hegemonia ocidental, percebida na expansão da OTAN (GABUEV, 2015). Moscou quebrou as regras do jogo sob a retórica de que a sua sobrevivência e a sobrevivência de cidadãos russos dependiam de ações extraordinárias. Uma vez tomadas tais medidas, as relações entre a Rússia e o Ocidente nunca mais foram as mesmas, mudando, diametralmente, os padrões de comportamento entre os lados. Nesse cenário, a China não apenas tomou medidas econômicas para compensar as sanções ocidentais como se manteve próxima à Rússia, como foi demonstrado anteriormente (JURENCZYK, 2019).

A anexação da Crimeia foi o evento que simbolizou o auge da subida retórica anti-ocidental adotada pela Rússia desde 2007 (RÚSSIA, 2007). Uma vez que a Rússia conseguiu, em certa medida, se reorganizar econômica, social e militarmente e ter condições de reivindicar o papel que perdeu com o fim da Guerra Fria, a submissão ao Ocidente foi de única opção para ameaça existencial (DENG, 2002). Olhando para a contraparte chinesa, não há nenhum elemento que evidencie a tomada de medidas extraordinárias e que tenha afetado de maneira enfática a relação entre Pequim e o Ocidente.

Como argumentado anteriormente, enquanto os russos promoveram uma securitização completa da ameaça, o discurso chinês é securitizante, isto é, ocorreu a securitização da ameaça e pode ser que ela se converta em ações extraordinárias no futuro. Desde meados da década de 2000, com a China se estabelecendo como uma potência global inequívoca, ocorreu a mudança discursiva que caracteriza o discurso securitizante (CHINA 2019; 2019). Com o *Xi Xing*, há a reivindicação de mudanças no sistema internacional, criando, assim, uma pressão anti-hegemônica que faz parte do referido discurso de Pequim (CHINA 2019; 2019).

Os chineses afirmam que existe a possibilidade do uso da força para atingir seus objetivos, sobretudo em relação à Taiwan, sendo um indício de que, futuramente, pode ocorrer uma securitização completa (CHINA 2019; 2019). A partir de Xi Jinping, a posição de Pequim em relação à província rebelde tem se tornado mais assertiva, porém, ainda se mantém a postura de não usar força militar (CHINA 2019; 2019). A ameaça do ocidente é explicitada e ainda não alcançou o nível de urgência expresso pelos russos (CHINA, 2019; 2019; RÚSSIA, 2016; 2021). Assim, a diferença salutar entre o processo chinês e russo é que os chineses possuem um discurso securitizante, ao passo que os russos já realizaram a securitização completa.

Em face à hipótese analisada, é importante analisar como a convergência estratégica se dá, pois os dois países estão em fases diferentes do que pode se tornar o mesmo processo.

Primeiramente, dada a similaridade discursiva, os dois países agem de maneira concertada de modo a superar o isolamento ocidental por conta do discurso combativo. Isso foi evidenciado em 2014, com a anexação da Crimeia e em outras ocasiões em que a China foi acusada, por exemplo, de violar os direitos humanos de regiões separatistas, como a de Xinjiang.

Criou-se um bloco sino-russo cujos mecanismos de concertação fazem com que a outra potência sempre legitime seu discurso, sustentado, acima de tudo, pela defesa da multipolaridade e da primazia da soberania. Então, o *Xi Xing* só pode ser colocado em prática se a doutrina Primakov também estiver em prática, e vice-versa. Dado o discurso anti-hegemônico inerente da convergência estratégica sino-russa, ele só se torna realizável se constituírem um bloco coeso cujos discursos se complementem e compensem os ônus políticos e econômicos de ações anti-hegemônicas, evidenciando a convergência estratégica sino-russa.

A China e a Rússia buscam, por exemplo, a criação de um mecanismo de cooperação de segurança e estabilidade na Ásia que garanta o estabelecimento de uma zona livre de interferência estrangeira (MACHADO, 2021). A iniciativa que manifesta esse desejo é a OCX, a qual, por sua vez, só funciona se os dois maiores países da Ásia – em termos de poder político – concertarem. É impossível falar do estabelecimento de uma zona asiática cujo princípio basilar é a soberania se Pequim e Moscou não estiverem alinhados. Como já argumentado anteriormente, esse elemento é um dos pilares para o alinhamento de políticas externas que leva à convergência estratégica sino-russa.

Isso se dá não apenas pelo alinhamento discursivo, mas pela capacidade de influência política. Se não forem Rússia e China, qual país – ou países – tem a capacidade de explicitar o desejo de enfrentar a influência ocidental do continente que se tornou o centro de gravidade da política internacional? De um lado, a inequívoca potência militar russa, do outro, a inequívoca potência militar e econômica chinesa, coadunando discursos, construindo iniciativas em comum e assegurando que o outro país nunca estará isolado no sistema internacional.

Portanto, os documentos de política e defesa da Rússia e da China compartilham da visão de que é preciso superar o mundo unipolar e instaurar um mundo multipolar. Com isso, pela lente analítica da securitização, visa-se proteger os estados russo e chinês, com a adição do elemento nacional por Moscou. A diferença entre os dois países se dá no fato de que Moscou realizou a securitização completa, ao passo que a China adotou um discurso securitizante, porém, não realizou ações excepcionais. A convergência estratégica, diante dessa dinâmica, é percebida pela concertação sino-russa no sentido de compensação e sustentação do ônus político e econômico de suas ações conjuntas de natureza anti-hegemônica.

## CONCLUSÃO

O primeiro capítulo fez um levantamento histórico das relações entre Pequim e Moscou durante a Guerra Fria. O início das relações sino-soviéticas foi marcado pela ambiguidade de Stálin, pois o líder desejava preservar a liderança no bloco socialista, ao passo que a China se opunha à visão hierárquica da URSS (LUTHI, 2008). Pequim, porém, não tinha outra opção a não ser os soviéticos, tendo em vista o cenário bipolar da Guerra Fria.

Com a morte de Stálin e a ascensão de Krushev, em 1953, tem-se início à era de ouro das relações sino-soviéticas (GOULART; SILVA, 2018). Em 1956, o líder soviético deu um discurso em que fez duras críticas à Stálin, especialmente em relação ao culto de personalidade e suas medidas repressivas, bem como apresentou o princípio de coexistência pacífica com o bloco capitalista, o que foi mal-visto na China. Esta afirmou que Krushev estava realizando um revisionismo que traía o movimento socialista, iniciando-se as distensões sino-soviéticas (GOULART; SILVA, 2018).

Em 1964, os EUA entraram, de maneira direta, na Guerra do Vietnã (MUNHOZ, 2020). Mesmo diante do inimigo em comum, tanto Moscou quanto Pequim temiam um domínio da outra parte sobre o Vietnã, evidenciando a desconfiança mútua (RADCHENKO, 2010). Nesse mesmo ano, Brezhnev se tornou líder da URSS, propondo tanto melhoras nas relações com a China quanto maior engajamento no conflito vietnamita, o que foi decisivo para a vitória das forças do norte (RADCHENKO, 2010). Ainda assim, os esforços soviéticos não foram suficientes para o apaziguamento entre sino-soviético, a exemplo da revolução cultural chinesa iniciada em 1966, que deu ainda mais enfoque ao inimigo soviético, reiterando-os como traidores do movimento socialista (RADCHENKO, 2010).

Em 1969, ocorreu o conflito sino-russo (GERSON, 2010). Embora tenham tido poucas baixas, o risco de conflito nuclear era explícito, fazendo com que os dois lados abandonassem as armas (GERSON, 2010). Nesse cenário, os EUA viram uma oportunidade de adquirirem vantagem estratégica na Guerra Fria com a estratégia da diplomacia triangular, a qual só foi possível pelo fato de Rússia e China se verem como ameaças superiores à representada por Washington (KISSINGER, 2011). As relações sino-soviéticas só melhoraram em 1978, após a morte de Mao e com a liderança de Deng Xiaoping (MORI, 1988).

Apesar das mudanças no sentido de redução de tensões e do maior pragmatismo de Deng Xiaoping, em 1979 ocorreu a guerra sino-vietnamita e a URSS invadiu o Afeganistão, alimentando o sentimento de cerco pela parte chinesa (MORI, 1988). Quando Gorbachev assumiu a liderança da URSS, ocorreu um esforço soviético no sentido de melhoria das relações tanto com a China quanto com o mundo ocidental. Com o alinhamento de Deng Xiaoping e

Gorbachev, ocorreu a visita do líder soviético a Pequim, normalizando as relações sino-soviéticas (KISSINGER, 2011).

Com os eventos da Praça Tiananmen, a China ficou extremamente isolada e Deng Xiaoping, a fim de superar esse cenário, deu início à política externa do KLP e do *Tao Guang Yang Hui* (ZHONGYING, 2020). O segundo capítulo analisou as relações sino-soviéticas a partir do fim de 1991, traçando uma linha analítica baseada na convergência estratégica sino-russa. Com o fim da Guerra Fria, os EUA triunfaram, o bloco socialista ruiu e Pequim e Moscou se viram em cenários diferentes (ROZMAN, 1998). Do lado russo, Yeltsin se comprometeu com metas de liberalização intensa e de adequação ampla ao modelo ocidental – a terapia de choque (DALL’AGNOL, 2021). Do lado chinês, a liberalização se limitou ao cenário econômico (KISSINGER, 2011). Apesar das diferenças, ambos os lados visavam a construção de boas relações com os EUA.

Diante do fracasso da terapia de choque, um novo paradigma desponta na política externa russa em 1996: a doutrina Primakov, a qual foi amplamente incorporada por Putin (TSYGANKOV, 2013). Nesse mesmo ano, tem-se início ao processo de cooperação com a China, com os Cinco de Xangai (FERNANDES; OLIVEIRA, 2021). Ainda em 1996, as relações sino-russas foram elevadas para parceria de coordenação estratégica de igualdade, confiança e voltada para o próximo século, expressando o nível mais alto de relações da China e a clara intenção de cooperação (FERNANDES; OLIVEIRA, 2021). Em 2001, é criada a OCX, essencial para o desejo sino-russo de criação de uma zona de segurança e estabilidade livre de influência externa (TSYGANKOV, 2013). Com a reorganização econômica e política dos dois países, ambos adotaram a retórica de ampla insatisfação da posição que desempenhavam no sistema internacional.

Em 2009, é realizada a primeira cúpula dos BRICs (LUIGI; PENNAFORTE, 2020). Em 2010, a China se tornou a segunda maior economia mundial e passou a desempenhar um papel central nos fluxos financeiros e comerciais de todo o globo (ZHAO, 2013). Em face à ascensão chinesa, Obama deu início ao pivô asiático, visando, acima de tudo, balancear a ampla influência chinesa no continente asiático (UNGER, 2016). Pelo lado russo, teve-se início ao *reset*, muito embora tenha sido infrutífero (PIFER, 2015).

Em 2012, Putin retornou à presidência da Rússia, intensificando a assertividade anti-ocidental de Moscou (DALL’AGNOL, 2021). Em 2013, Xi Jinping tornou-se presidente da China, promovendo a mudança de política externa mais considerável do país desde Deng Xiaoping, sintetizada no *Xi Xing* e no SFA (ZHONGYING, 2020). Em 2015, Rússia e China declararam apoio recíproco às iniciativas de integração econômica das duas partes, a BRI e a

UEE (CHARAP *et al.*, 2017). Junto com a OCX, as iniciativas evidenciam a idealização de uma Eurásia livre da influência ocidental.

Os dois presidentes assumiram políticas externas mais engajadas no sentido de construção de um mundo multipolar e de oposição clara à hegemonia ocidental. Em 2014, Putin anexou a Crimeia, marcando um ponto de inflexão nas relações sino-russas, pois Pequim adotou uma postura de compensação econômica e política do isolamento ocidental imposto a Moscou (GABUEV, 2015). Com Trump, a tensão entre os EUA, a Rússia e a China atingiu seu ápice (MAGNOTTA, 2021). Foi nesse cenário, em 2019, que os dois países elevaram as relações para parceria estratégica abrangente de coordenação para uma nova era.

Há uma relação diretamente proporcional entre a pressão ocidental sobre a Rússia e a China e a convergência estratégica entre eles. Levando isso em consideração, o terceiro capítulo analisou os documentos mais recentes – dentro do recorte temporal estabelecido (2013-2021) – da China e da Rússia que tratavam de temas de defesa e política externa. A análise foi feita pela teoria da securitização, visando entender quais os efeitos da convergência estratégica sino-russa em suas dinâmicas de segurança.

Tendo como base o fluxo da securitização, a ameaça percebida tanto pela Rússia quanto pela China é a hegemonia ocidental liderada pelos EUA (CHINA 2019; 2019; RÚSSIA, 2016; 2021). Essa ameaça é a síntese de uma série de ações interpretadas pelos países como obstáculos aos seus interesses nacionais, especialmente em relação às interferências em assuntos internos e na manutenção do mundo unipolar. As ações que o mundo ocidental, acima de tudo os EUA, tomam para a manutenção da hegemonia são interpretadas como ameaça, pois vai contra o objetivo central da política externa dos dois países e que se converte em um interesse nacional: a instauração de um mundo multipolar.

Dando continuidade, nota-se o primeiro ponto de diferença entre China e Rússia: o objeto referente. Enquanto o primeiro estabelece que o elemento a ser defendido é o Estado (CHINA, 2019; 2019), a Rússia amplia e adiciona a nação russa (RÚSSIA 2016; 2021). Desse modo, amplia-se a dinâmica da securitização para o setor societal e das coletividades, isto é, a ameaça também é direcionada à sobrevivência dos valores e das subjetividades que compõem o denominado “espírito russo”. É importante ressaltar que os chineses fazem referência a elementos culturais e de valores (CHINA, 2019; 2019), porém, não é representado como uma ameaça considerável cuja sobrevivência está ameaçada, tal qual a Rússia o faz (RÚSSIA 2016; 2021).

Por fim, chega-se ao último ponto, que são as ações excepcionais que foram tomadas e que alteraram de maneira substancial as relações entre os vários atores envolvidos na dinâmica

analisada. Trata-se do ponto de maior diferenciação entre as partes. Em primeiro lugar, a Rússia tomou ações excepcionais e extraordinárias sob a retórica de que precisava fazê-lo para garantir sua sobrevivência, em especial com a anexação da Ucrânia. Tratou-se do momento em que Moscou quebrou as regras do jogo, evidenciando o aumento paulatino e progressivo do grau de assertividade russa em relação ao ocidente desde 2007, alterando suas relações de maneira vultuosa (GABUEV, 2015). Em síntese, o processo de securitização da Rússia está completo.

A China, por sua vez, não tomou medidas de caráter extraordinário que caracterizem a quebra das regras do jogo. Não obstante, há uma mudança discursiva na China desde meados da década de 2000, alcançando sua maior expressividade com Xi Jinping e sua política externa do *Xi Xing* e SFA (FONA, 2022). Por meio da maior agressividade, manifestações explícitas de insatisfação com a ordem mundial atual e demandas por mudança, Pequim enfatizou que sua segurança nacional só é garantida em um mundo multipolar. Com isso, a China adota um discurso securitizante, isto é, que pode se converter em uma securitização completa no futuro.

Ora, como afirmar a convergência estratégica de dois países que estão em estágios diferentes de securitização – considerando o cenário hipotético de securitizações futuras pelos chineses? A resposta se dá em torno de uma ideia principal: há uma concertação sino-russa para a compensar o isolamento de suas ações anti-hegemônicas. Em síntese, a doutrina Primakov só pode ser colocada em prática no mundo do *Xi Xing*, criando mecanismos de compensação do isolamento sofrido tanto pela securitização completa quanto pelo discurso securitizante. Retomando a hipótese, ela se provou parcialmente verdadeira, haja vista os diferentes estágios de securitização de China e Rússia, como foi evidenciado no último capítulo.

Este trabalho é uma pesquisa ainda incipiente do tema e demanda análises ainda mais amplas e complexas. A principal limitação do trabalho, sem dúvida, foi a limitação de páginas, gerando uma série de simplificações de processos muito extensos, como os fatores de mudança das políticas externas de Pequim e Moscou. Em segundo lugar, nota-se uma escassez considerável de material sobre o tema em língua portuguesa, especialmente de produções brasileiras. Esse ponto é notório, sobretudo, no primeiro capítulo, pois a história das relações sino-soviéticas é praticamente inexplorada no Brasil.

Para pesquisas futuras, a análise de discursos presidenciais é essencial, buscando elementos que explicitem dinâmica de segurança que mostrem a convergência estratégica sino-russa. Ademais, trata-se de um tema que o Brasil precisa dar mais atenção. No geral, as produções são focadas apenas nos BRICS, com pouco sobre a China e a Rússia isoladamente. Por fim, reitera-se a importância de compreender as relações sino-russas, a fim de entender as dinâmicas de segurança mundial e o mundo em transição.

## REFERÊNCIAS

- ABBASI, A. R. K. Sino-Soviet Relations. **Strategic Studies**, Islamabad, v.11, n.4, p.79-91, 1988.
- ADLER, E. O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 47, p.201-252, ago. 1999.
- ALLISON, G. **A Caminho da Guerra**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- ARAPOVA, E.; DENISOV, I.; PARAMONOV, O.; SAFRANCHUK, I. Russia, China, and the concept of Indo-Pacific. **Journal of Eurasian Studies**, Seul, Special Issue: From Greater Europe to Greater Eurasia, p.1-14, mar. 2021.
- BEKKEVOLD, J. I. Imperialist Master, Comrade in Arms, Foe, Partner, and Now Ally? China's Changing Views of Russia. *In*: KIRCHBERGER, S.; SINJEN, S.; WÖRMER, N. (ed.) **Russia-China Relations: Emerging Alliance or Eternal Rivals?** 1 ed. Gewerbestrasse: Springer Nature Switzerland AG, 2022, p.41-59.
- BISWAS, S.; CHAKRABORTY, S. Russo-Iranian Relations in the Light of Putin's Foreign Policy and the Iranian Nuclear Crisis. **Jadavpur Journal of International Relations**, Calcutá, v. 23, n. 2, p.179-198, set. 2019.
- BOLT, P. J. Sino-Russian Relations in a Changing World Order. **Strategic Studies Quarterly**, Maxwell, v. 8, n. 4, p. 47-69, 2014.
- BONES, N. K.; FILHO, H. de C.; PENNAFORTE, C. Novo banco de Desenvolvimento do BRICS: alternativa ao poder financeiro ocidental? **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v.13, p.1-18, 2022.
- BRAEKHUS, K. E.; OVERLAND, I. A Match Made in Heaven? Strategic Convergence between China and Russia. **China and Eurasia Forum Quarterly**, s.l., v. 5, n. 2, 2007, p. 41-61.
- BRITES, P. V. P. A Política dos EUA para o Leste Asiático no Governo Obama: o balanceamento da China e a geopolítica regional. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 7-20, 2016.
- BRITES, P. V. P.; JAEGER, B. C. A criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e os desafios à governança financeira global? **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.7, n.33-34, p.89-103, dez. 2015/mar. 2016.
- BUZAN, B.; HANSEN, L. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. Marília: Editora UNESP, 2012.
- BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- BRITO, L. B.; GONÇALVES, W. Relações Brasil-China: uma parceria estratégica? **Século XXI**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan-dez 2010.

CAPPELLETTI, A. Socio-economic disparities and development gap in Xinjiang: the cases of Kashgar and Shihezi. *In*: HAYES, A; CLARKE, M. **Inside Xinjiang: Space, place and power in China's Muslim Far Northwest**. [S. l.]: Routledge, 2016. cap. 7, p. 151-182.

CHARAP, S.; DRENNAN, J.; NOËL, P. Russia and China: A New Model of Great-Power Relations. *Survival*, v.59, n.1, p.25-42, jan. 2017.

CHINA. **President Xi Jinping Holds Telephone Talks with Russian President Vladimir Putin**. China, 2013. Disponível em: [http://se.china-embassy.gov.cn/eng/jbwzlm/xwtd/201306/t20130618\\_3009206.htm](http://se.china-embassy.gov.cn/eng/jbwzlm/xwtd/201306/t20130618_3009206.htm). Acesso em: 5 de mar. 2023.

CHINA. **"End the past and open up the future"-the normalization of relations between China and the Soviet Union**. China, online. Disponível em: [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/ziliao\\_665539/3602\\_665543/3604\\_665547/200011/t20001117\\_697807.html](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/ziliao_665539/3602_665543/3604_665547/200011/t20001117_697807.html). Acesso em: 20 mar. de 2023.

CHINA. **Full Text: China's National Defense in the New Era**. China, 2019. Disponível em: [https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content\\_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html](https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html). Acesso em: 20 mar. de 2023.

CHINA. **Full Text: China and the World in the New Era**. China, 2019. [https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201909/27/content\\_WS5d8d80f9c6d0bcf8c4c142ef.html](https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201909/27/content_WS5d8d80f9c6d0bcf8c4c142ef.html). Acesso em: 20 mar. de 2023.

CHINA. **30 Years of Sino-US Relations**. China, online. Disponível em: [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/ziliao\\_665539/3602\\_665543/3603\\_665545/201403/t20140325\\_697794.html](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/ziliao_665539/3602_665543/3603_665545/201403/t20140325_697794.html). Acesso em: 01 mar. 2023.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **U.S.-China Relations**. COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, online. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/us-china-relations>. Acesso em: 13 mai. 2023.

DALL'AGNOL, A. C. **Queda & Ascensão da Rússia**: Estabilidade estratégica, construção do Estado e reforma militar de larga escala (1991-2021). Curitiba: Appris, 2021.

DÁROZ, C. R. C. A última guerra da China – Reflexões sobre o conflito Sino-Vietnamita de 1979. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, Niterói, v.12, n.24, p.121-146, jul.-dez. 2020.

DENG, P. Embracing the Polar Bear? Sino-russian relations in the 1990s. *Journal of Third World Studies*, Gainesville, v.19, n.2, p.113-139, 2002.

DUQUE, M. G. O papel de síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 459-501, set./dez. 2009.

FERNANDES, M. P.; OLIVEIRA, L. F. R. de. O caminho da Rússia pós-soviética: as inflexões promovidas por Primakov. *Tensões Mundiais*, Fortaleza, v. 18, n. 38, p. 41-66, 2022.

FERNANDES, T. M. **Conhecendo o Sistema Político Chinês**. Brasília: Apex-Brasil, 2014.

FITZPATRICK, S. **Breve história da União Soviética**. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2023.

FONA, L. E. M. **A transição da política externa chinesa da “ascensão pacífica” para o “sonho chinês” à luz do debate teórico de RI na China**. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p.176, 2022.

FONA, L. E. M.; NOGUEIRA, I. A transição na política externa da “ascensão pacífica” para o “sonho chinês” à luz do debate teórico de RI na China. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, Salvador/Recife, v. 47, n. 255, p. 86-108, jan./abr. 2022.

FOOT, R.; KING, A. China’s world view in the Xi Jinping Era: Where do Japan, Russia and the USA fit? **The British Journal of Politics and International Relations**, v.23, n.2, p.210-227, 2021.

FRAVEL, M. T. **Active Defense: China's Military Strategy since 1949**. New Jersey: Princeton University Press, 2019.

FREEDMAN, R. O. From Khrushchev and Brezhnev to Putin: Has Moscow’s Policy in the Middle East Come Full Circle? **Contemporary Review of the Middle East**, Nova Délhi, v.5, n.2, Junho 2018, p.102-115.

GABUEV, A. A “soft alliance?” Russia-China relations after the Ukraine crisis. **European Council on Foreign Relations**, Berlim, n.126, fev. 2015.

GARVER, J. W. Sino-Vietnamese Conflict and the Sino-American Rapprochement. **Political Science Quarterly**, Londres, v. 96, n. 3, 1981.

GARVER, J. W. The Indian Factor in Recent Sino-Soviet Relations. **The China Quarterly**, Cambridge, n.125, p.55-85, mar. 1991.

GERSON, Michael S. **The Sino-Soviet Border Conflict: Deterrence, Escalation, and the Threat of Nuclear War in 1969**. Defense Threat Reduction Agency, November 2010.

GLOBAL TIMES. **Key timeline of China-Russia relationship**. Global Times, 2021. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202106/1227323.shtml>. Acesso em: 5 mar. 2023.

GOULART, M. R.; SILVA, V. H. D. da. Rompimento da Aliança Sino-Soviética: a Influência dos Respetivos Líderes e da Política Doméstica Chinesa. **Revista Perspectiva: Reflexões Sobre a temática Internacional**, Porto Alegre, v.10, n.19, p.57-75, set. 2018.

GUAN, G. Thirty years of China–Russia strategic relations: achievements, characteristics and prospects. **China International Strategy Review**, Pequim, v. 4, p.21–38, 2022.

GUANG, P. A Chinese perspective on the Shanghai Cooperation Organization. *In*: BAILES, A. J. K.; DUNAY, P.; GUANG, P.; TROITSKIY, M. (orgs.) **The Shanghai Cooperation Organization**. SIPRI Policy Paper n. 17, 2007.

HARUKO, W. The “Indo-Pacific” concept geographical adjustments and their implications. **Rajaratnam School of International Studies**, Singapura, n. 326, 2020.

HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOOIJMAAIJERS, B. China, the BRICS, and the limitations of reshaping global economic governance. **The Pacific Review**, Oxford, v.34, n. 1, p.29-55, 2021.

JIFENG, L.; YANQIONG, L. Analysis of Soviet Technology Transfer in the Development of China's Nuclear Weapons. **Comparative Technology Transfer and Society**, v.7, n. 1, p. 66-110, abr. 2009.

JOHNSON, J. B.; REYNOLDS, H. T.; MYCOFF, J. D. **Political science research method**, 8 ed. Los Angeles; London; New Delhi; Singapore; Washington, DC: SAGE; CQ Press, 2016.

JURENCZYK, L. The attitude of the People's Republic of China towards the annexation of Crimea by the Russian Federation in the context of attachment to the principles of foreign policy. **Humanities and Social Sciences**, Kathmandu, v.26, n.1, p. 29-38, jan./mar. 2019.

KEGLEY, C. W. Jr.; WITTKOPF, E. R. **American Foreign Policy – Pattern and Process**. 5 ed. Nova Iorque: St. Martin 's Press, 1996.

KENNEDY, R. F. **Treze Dias que abalaram o Mundo**. Porto Alegre: Citadel, 2023.

KIMBALL, D.; REIF, K. **The Anti-Ballistic Missile (ABM) Treaty at a Glance**. Arms Control Association, 2020. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/factsheets/abmtreaty>. Acesso em: 20 mai. 2023.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KISSINGER, H. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KOROLEV, A.; PORTYAKOV, V. Reluctant allies: system-unit dynamics and China-Russia relations. **International Relations**, Aberystwyth, v. 33, n. 1, p. 40-66, mar. 2019.

LIJPHART, A. Comparative Politics and the Comparative Methods. **The American Political Science Review**, Cambridge, v. 65, n. 3, set. 1971, p.682 - 693.

LIU, D.; XU, H. A rational policy decision or political deal? A multiple streams' examination of the Russia-China natural gas pipeline. **Energy Policy**, v.148 parte B, 2021.

LUIGI, R.; PENNAFORTE, C. A (re)emergência do BRICS e o reordenamento de poder na geopolítica contemporânea. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v.9, n.18, Jul./Dez. 2020.

LUKYANOV, F. A. **Putin's Foreign Policy**. Russia in Global Affairs, 2016. Disponível em: <https://eng.globalaffairs.ru/articles/putins-foreign-policy/>. Acesso em: 8 abr. 2023.

LONDON, K. L. A Sino-Soviet Dilemma. **The Russian Review**, v.26, n.1, p.26-37, jan. 1967.

LÜTHI, L. M. The People's Republic of China and the Warsaw Pact Organization, 1955-63. **Cold War History**, Londres, v.7, n.4, p.479-494, out. 2007.

LÜTHI, L. M. **The Sino-Soviet Split: Cold War in the Communist World**. New Jersey: Princeton University Press, 2008.

MACHADO, D. A relação China-Rússia e a constituição da cultura da Organização para a Cooperação de Xangai. **Janus.net, e-journal of International Relations**, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 65-80, mai./out. 2021.

MAGNOTTA, F. **Um Balanço da Política Externa da Era Trump**. Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), 2021. Disponível em: [https://www.cebri.org/media/documentos/arquivos/um\\_balanco\\_da\\_politica\\_extern.pdf](https://www.cebri.org/media/documentos/arquivos/um_balanco_da_politica_extern.pdf). Acesso em: 10 mar. 2023.

MALM, D. **Perspectives on russian foreign policy: the Gerasimov doctrine and war by other means**. Tese (Mestrado em Governança) – Faculdade de Estudos sobre o Governo, Universidade John Hopkins. Baltimore, p.115, 2019.

MARTI, M. E. **A China de Deng Xiaoping**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

MASAIUKY, M. China's Search for a New Foreign Policy Frontier: Concept and Practice of "Harmonious World". In: IIDA, Masafumi (ed.). **China's Shift: Global Strategy of the Rising Power**. Tokyo: National Institute for Defense Studies, 2009.

MELO, W. F. Tchecoslováquia em 1968: a construção do socialismo interrompida. **MovimentAção**, Dourados, v. 5, n. 9, p. 27-54, 2018.

MIELNICZUK, F. O Conflito entre Rússia e Geórgia: uma revisão histórica. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v.1, n.2, p.157-166, jul.-dez. 2013.

MIKHAILOVA, I. Rússia e China: transformações econômicas à luz da história das relações bilaterais. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.2. n.3, jul./dez., 2013.

MORI, K. The impact of Sino-Soviet detente. **The Pacific Review**, Oxford, v.1, n.3, p.290-295, 1988.

MUNHOZ, S. J. **Guerra Fria: história e historiografia**. Curitiba: Appris, 2020.

NASCIMENTO, F. A. L. **A Federação Russa e a OTAN: uma análise das políticas de Moscou em relação à aliança ocidental**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, PUC-SP/UNESP/UNICAMP. Campinas, São Paulo, Marília, p.153, 2008.

NOGARA, T. S.; PAUTASSO, D.; RABELO, A. M. P.; UNGARETTI, C. R. As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, 2021.

ONG, R. China's strategic convergence with Russia. **The Korean Journal of Defense Analysis**, Seul, v. 21, n. 3, set. 2009.

OTAN. **Strategic Concepts**. OTAN, 2022. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_56626.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_56626.htm). Acesso em: 20 mai. 2023.

PECEQUILO, C. S. **A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou Mudança**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

PEREIRA, P. S. Por que participaram tantos países nas missões do Kosovo? **E-cadernos CES**, Coimbra, v. 6, p. 24-34, dez. 2009.

PERRA, A. From the Arab Spring to the Damascus Winter: The United States, Russia, and the New Cold War. **Contemporary Review of the Middle East**, Nova Délhi, v.3, n.4, p.363–386, 2016.

PIFER, S. US-Russia Relations in the Obama Era: From Reset to Refreeze? In: IFSH (ed.). **OSCE Yearbook 2014**, Baden-Baden 2015, p. 111-123.

RADCHENKO, S. The Sino-Soviet split. In: LEFFLER, M. P.; WESTAD, O. A. **The Cambridge History of the Cold War**. 1 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

RADCHENKO, S. **Two Suns in the Heavens: The Sino-Soviet Struggle for Supremacy, 1962-1967**. Stanford: Stanford University Press, 2009.

RANA, R. Emerging trend in China's foreign policy: opportunities and challenges ahead. **BJIR**, Marília, v. 9, n. 1, p. 72-101, jan./abr. 2020.

ROZMAN, G. Sino-Russian Relations in the 1990s: A Balance Sheet. **Post-Soviet Affairs**, Columbia, v.14, n.2, p.93-113, 1998.

RUMER, E. **The Primakov (Not Gerasimov) Doctrine in Action**. Carnegie Endowment for International Peace, 2019.

RÚSSIA. **Foreign Policy Concept of the Russian Federation**. Rússia, 2016. Disponível em: [https://archive.mid.ru/en/web/guest/foreign\\_policy/official\\_documents/-/asset\\_publisher/CptICk6BZ29/content/id/2542248](https://archive.mid.ru/en/web/guest/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICk6BZ29/content/id/2542248). Acesso em: 2 abri. 2023.

RÚSSIA. **National Security Strategy of the Russian Federation**. Rússia, 2021. Disponível em: [https://paulofilho.net.br/wp-content/uploads/2021/10/National\\_Security\\_Strategy\\_of\\_the\\_Russia.pdf](https://paulofilho.net.br/wp-content/uploads/2021/10/National_Security_Strategy_of_the_Russia.pdf). Acesso em: 2 abri. 2023.

RÚSSIA. **Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy**. Rússia, 2007. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>. Acesso em: 10 mai. 2023.

SANTANA, C. S. de. Notas sobre a História da Revolução Cultural Chinesa (1966-1976). **História Social**, Campinas, n. 17, p.115-131, 2009.

SHEN, Z.; XIA, Y. Between Aid and Restriction: The Soviet Union's Changing Policies on China's Nuclear Weapons Program, 1954-1960. **Asian Perspective**, Baltimore, v.36, n.1, p.95-122, jan./mar. 2012.

SOUTHGATE, L. **ASEAN Resistance to Sovereignty Violation: Interests, Balancing and the Role of the Vanguard State**. 1 ed. Bristol: Bristol University Press, 2019.

SOUZA, M. M. de. A Educação Socialista na China durante a grande revolução cultural proletária (1966-1976). **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 10, n. 3, p. 245-268, dez. 2018.

SU, H. Harmonious World: The Conceived International Order in Framework of China's Foreign Affairs. In: IIDA, M. (ed.). **China's Shift: Global Strategy of the Rising Power**. Tokyo: National Institute for Defense Studies, 2009.

TSYGANKOV, A. P. **Russia's Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity**. Washington DC: Rowman & Littlefield Publishers, 2022.

TUCKER, N. B. China as a Factor in the Collapse of the Soviet Empire. **Political Science Quarterly**, Oxford, v.110, n.4, p. 501-518, 1995-1996.

TUCKER, F. H. The 'Cultural Revolution' and the Sino-Soviet Rift. **Communist Affairs**, s.l., v.5, n.6, p.10-17, nov./dez. 1967.

US. **National Security Strategy of the United States of America**. United States of America, 2017. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

US. **Communist China and the Free World's Future**. United States of America, 2020.

UNGER, D. The Foreign Policy Legacy of Barack Obama. **The International Spectator**, Roma, v.51, n. 4, p.1-16, 2016.

WENDT, A. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, v. 46, n. 2, 1992, p. 391-425.

WILSON CENTER. **Joint Communique between the United States and China**. Wilson Center, online. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/joint-communique-between-united-states-and-china>. Acesso em: 10 mar. 2023.

XUETONG, Y. From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement. **The Chinese Journal of International Politics**, Pequim, v. 7, n. 2, abr. 2014.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. Los Angeles: SAGE, 2003.

ZEMIN, J. **Discurso na inauguração da OCX**. China, 2001.

ZHAO, S. Chinese Foreign Policy as a Rising Power to find its Rightful Place. **Perceptions**, Istambul, v. 18, n. 1, p. 101-128, 2013.

ZHONGYING, P. From Tao Guang Yang Hui to Xin Xing – China's Complex Foreign policy transformation and Southeast Asia. **ISEAS – Yusof Ishak Institute**, Singapura, v.7, 2020.

ZHU, Z. **A Critical Decade: China's Foreign Policy (2008-2018)**. Singapura: World Scientific, 2019.

ZUBOK, V. The Soviet Union and China in the 1980s: reconciliation and divorce. **Cold War History**, Londres, v.17, n.2, p.121-141, mai. 2017.

RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

ANEXO I  
APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O estudante Lucas Rocha Barbuda de Matos do Curso de Relações Internacionais, matrícula 20192004300154, telefone: 62996150710, e-mail lucasrbm591@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “O dragão e o urso: a convergência estratégica sino-russa (2013-2021)”, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 23 de junho de 2023.

Assinatura do(s) autor(es):

Nome completo do(s) autor(es): Lucas Rocha Barbuda de Matos

Assinatura do professor orientador:

Nome completo do professor orientador: Giovanni Hideki Chinaglia Okado